

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PLÍNIO JOSÉ DA FRAGA JÚNIOR

A MORTE DE UM JORNAL DO BRASIL: Contada por seus editores

RIO DE JANEIRO
2014

PLÍNIO JOSÉ DA FRAGA JÚNIOR

A MORTE DE UM JORNAL DO BRASIL: Contada por seus editores

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Muniz Sodré de Araújo Cabral

RIO DE JANEIRO
2014

FICHA CATALOGRÁFICA

DA FRAGA JR., Plínio José

"A morte de um jornal do Brasil - Contada por seus editores". Rio de Janeiro, 2014.

148f.

Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Escola de Comunicação - ECO.

Orientador: Muniz Sodré de Araújo Cabral

1. Jornalismo impresso. 2. Memória. 3 História oral. 4 Novas e velhas tecnologias. 5. Investigação documental. I. Sodré, Muniz (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação. III. Título

PLÍNIO JOSÉ DA FRAGA JÚNIOR

A MORTE DE UM JORNAL DO BRASIL: Contada por seus editores

Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação e Cultura.

Aprovada em:

Orientador: Prof. Dr. Muniz Sodré de Araújo Cabral
Pós-Doutor pela Université Paris-Sorbonne (Paris IV)
Professor-emérito UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

Profa. Dra. Raquel Paiva de Araújo Soares
Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ
Departamento de Comunicação – UFRJ

Profa. Dra. Cristiane Henriques Costa
Doutora em Comunicação e Cultura pela UFRJ
Departamento de Comunicação - UFRJ

RESUMO

DA FRAGA JÚNIOR, Plínio José. "**A morte de um jornal do Brasil - Contada por seus editores**". Orientador: Muniz Sodré de Araújo Cabral. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação. Rio de Janeiro. 2014

A mítica de um jornal é construída por seus editores. A narrativa e análise da atuação de editores do **Jornal do Brasil**, entre as décadas de 1950 e 2000, mostram como eles foram responsáveis pela criação da mítica do fazer jornalístico do **Jornal do Brasil**, uma linha com identidade própria no panorama da imprensa nacional. A partir do conhecimento mais amplo de como construíram esse fazer específico, levantamos padrões que possam auxiliar na transformação da produção jornalística na era da informação digital, multifacetada, ágil, onipresente, mas necessitada de seletividade, de qualidade e de abordagens éticas e inteligentes. Mapear essas linhagens jornalísticas ajuda estabelecer a evolução do campo profissional até aqui e traçar caminhos para o futuro. Das questões administrativas mais prosaicas à investigação histórica importante, os relatos dos editores permitem engrandecer o entendimento de período rico do jornalismo e resgatar a memória de um fazer específico pouco reconhecido ou estudado.

Palavras-chave: Jornalismo impresso. Memória. História oral. Novas e velhas Tecnologias. Investigação documental.

ABSTRACT

DA FRAGA JÚNIOR, Plínio José. **"A morte de um jornal do Brasil - Contada por seus editores"**. Orientador: Muniz Sodré de Araújo Cabral. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação. Rio de Janeiro. 2014

The myth of a newspaper is constructed by its editors. The narrative and analysis of the performance of editors of the Journal of the Brazil, between the 1950s and 2000, show how they were responsible for creating the myth of journalistic do Jornal do Brazil, a line with its own identity in the panorama of the national press. From the broader knowledge of how to do this specific built, raised patterns that can assist in the transformation of journalistic production in the age of digital information, multifaceted, flexible, ubiquitous, but in need of selectivity, quality and ethical and intelligent approaches. Map these journalistic lines help establish the evolution of the professional field so far and outline ways forward. Administrative issues important to the more prosaic historical research, reports from editors allow magnify the understanding of journalism and rich period reclaim the memory of a specific make little recognized or studied.

Keywords: Rinted Journalism. Memory. Oral History. New and old Technologies. Document Investigation.

À Paula Cesarino Costa, por
compartilharmos e curtimos a vida à moda
antiga.

*“Daqui a duzentos anos, os historiadores dirão do nosso tempo: “A época do **Jornal do Brasil**”. Pois o velho órgão, acima de qualquer dúvida ou sofisma, é um momento da vida brasileira. Assim como houve a época do fraque, outra do espartilho, uma terceira do charleston, há a do **Jornal do Brasil**. No futuro, quando as gerações sapatearem em cima das nossas cinzas, bastará recorrer às suas coleções. E os curiosos saberão como nós sorríamos e vestíamos, e calçávamos, e amávamos etc. etc. Eis o que eu queria sublinhar: há coisas que só o **Jornal do Brasil** diz, faz, afirma ou insinua.”*

Nelson Rodrigues (1968)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	OS NOVOS PATRÕES DOS JORNAIS	24
2.1	O NOVO JOGADOR	30
2.2	A JABUTICABA DA MÍDIA	33
2.2.1	Propriedade cruzada x interesses cruzados	38
2.2.2	Um caso de cinema	39
3	MÍDIA EM MUDANÇA	42
3.1	JORNAL E IDEOLOGIA	45
3.2	PATRIMONIALISMO NA MÍDIA	48
3.3	DE OLHO NO DONO	52
4	A FUNÇÃO PÚBLICA DO EDITOR	55
4.1	A AGENDA E O EDITOR	57
4.2	O INTERMEDIADOR DE INTERESSES	60
4.3	O RESGATE DA MEMÓRIA	63
4.4	O QUE FAZ O EDITOR	65
4.5	A FROTA DE ESTILISTAS	69
5	JANIO DE FREITAS (EDITOR DO JB ENTRE 1959-1962)	76
5.1	DE PILOTO A EDITOR	85
6	ALBERTO DINES (EDITOR DO JB ENTRE 1962 E 1973)	88
6.1	O OBSERVADOR DA IMPRENSA	101
7	ELIO GASPARI (EDITOR POLÍTICO DO JB ENTRE 1974 E 1978)	105
7.1	O ITALIANO	110
8	MARCOS SÁ CORRÊA (EDITOR DO JB ENTRE 1985-1991)	115
8.1	O REPÓRTER-FOTOGRAFICO	123
9	MARIO SERGIO CONTI (EDITOR DO JB EM 2001)	127
10	CONCLUSÃO	132
	REFERÊNCIAS	142
	ANEXOS	149

1 INTRODUÇÃO

Os jornais vão desaparecer? Os jornalistas _ acostumados a fazer perguntas _ são atualmente confrontados com um questionamento para o qual não têm respostas exatas. Alguns enumeram esperanças de que a circulação da notícia num ambiente de simultaneidade, instantaneidade e globalidade (SODRÉ, 2006) seja o desenvolvimento natural na era da supertransformação tecnológica, movimento sucedâneo ao de evoluções como às ocorridas quando do aparecimento do rádio e da televisão; para estes, o jornalismo mudará, mas não perecerá. Uma parcela razoável vislumbra cenário tenebroso com o fim do jornalismo como tal _ preocupado com o espaço público, do qual é agente transmissor, relacionador e fiscalizador _ substituído por um ajuntamento de acontecimentos desconexos disponível em número maior e em todos os lugares a cada instante; esta morte não só está fadada a verificar-se, como ocorreria em futuro próximo. Há aqueles que veem nas novas tecnologias a salvação do jornalismo diário, prática nascida no século 16 em situação de desconfortável concorrência em busca da atenção do leitor, uma espécie de arcaísmo como hoje são a válvula ou o transistor.

No livro “Une Presse Sans Gutenberg”, dois jornalistas franceses da área digital de **Le Monde** noticiam, quase 550 anos depois da morte de fato, a morte simbólica do inventor Johannes Gutenberg (1390-1468). Jean-François Fogel e Bruno Patino escrevem que a internet despojou o jornalismo de seus privilégios. Difundir a informação, ir ao encontro de uma audiência, decidir que acontecimento deve ser divulgado e hierarquizar-lo deixou de ser privilégio de uma categoria profissional específica.

A internet não é um suporte técnico a mais; é o fim do jornalismo tal como praticado até aqui. Submetido à onipresença de uma mídia nova, pouco a pouco modificado pela concorrência entre seus diversos suportes, ele teve de revisar a cada dia um pouco mais a sua relação com a audiência. A imprensa não está no começo de um novo capítulo de sua história, mas inicia sim outra história, sob o regime da internet (FOGEL, 2005, p.16).

É um arrazoado inteligente sobre a nova era, mas por demais incômodo. Não pelas ideias que assevera, mas por seus autores parecerem por demais “integrados”, como conceituou Umberto Eco, em contraposição aos “apocalípticos” anunciadores da morte da imprensa. A produção diária de jornal, com suas

preocupações imediatas de buscar a manchete de amanhã, sem sinergia com os produtores de notícia para os meios eletrônicos, continua a seguir velhos cânones do jornalismo no acabamento das reportagens. Num resumo simplificado, busca-se o enfoque diferenciado, agarra-se à exclusividade, privilegia-se o texto analítico e retrabalham-se as narrativas como forma de que o jornal de amanhã ainda se diga útil, apesar da concorrência múltipla da informação em tempo real. Parece pouco, e o é, para quem supostamente vive a ameaça de processo de extinção.

Como analisa Marques de Melo, o jornalismo brasileiro exhibe “sintomas de exaustão ou raquitismo”. Em sua opinião porque mantém sintonia fina com três vértices históricos da pirâmide invertida _ que, quem, quando _, ignorando ou minimizando a convergência midiática e a superposição de audiência.

Quem escuta uma notícia no rádio e a confirma, vendo imagens na televisão, não se satisfaz quando busca canais complementares para se informar e emitir juízos de valor. Com a reiteração dos ingredientes básicos da informação de atualidades (que, quem, quando), o usuário sente-se frustrado. Sua demanda é de explicações, detalhes, cenários, antecedentes e perspectivas. Ou seja, quer ampliar horizontes, desejando novas informações que deem conta das circunstâncias (como), das motivações (por que) e do ambiente (onde). (MELO, 2009, p.6)

As corporações jornalísticas, até pela matéria-prima que lidam, não podem ser chamadas de pouco afeitas às novidades e vivem um momento de mais expectativas do que de experimentações. Estas existem _os maiores jornais tentam valorizar o chamado jornalismo online e experiências multimídias, buscam interatividade com o leitor e iniciam projetos de sinergia entre suas redações do velho e do novo meio_, mas são nitidamente de alcance limitado, sinalizações sobre as dúvidas a respeito de que rumo tomar.

É um momento de crise, como o vivido em meados do século passado quando houve a passagem da imprensa artesanal à imprensa industrial, como analisou Werneck Sodré:

Diz-se de qualquer fen meno ou processo que atravessa uma crise quando as formas antigas já não satisfazem ou não correspondem ao novo cont do, e vão sendo quebradas, sem que se tenham definido ainda plenamente as novas formas; as crises são, assim, próprias das fases de transi o (SODRÉ, 1999, p. 391).

Mais do que nunca, com a facilidade de acesso às múltiplas redes de informação, os leitores precisam de notícias selecionadas, hierarquizadas, submetidas a crivos técnicos de procedência, confiabilidade, imparcialidade e objetividade, com clareza na redação e de estilo agradável na leitura. Mais do que nunca o papel do editor, como exercido pelos grandes editores, fez-se tão necessário. Alguns deles exerceram influência de tal grau fundamental na imprensa ou numa redação que serão chamados aqui de editores-síntese, porque seus períodos à frente do jornal deixaram marcas que se enraizaram e se multiplicaram, sendo possível enxergar em suas atuações elementos que caracterizam momentos históricos.

A proposta deste trabalho é traçar um panorama sobre como atuaram nos últimos 60 anos alguns destes editores-síntese, em postos que comandaram um jornal mítico da imprensa brasileira, o **Jornal do Brasil**. Nelson Werneck Sodré (1999, p. 258) definiu o jornal como ocupante de "lugar especial" na história da imprensa, e Ana Paula Goulart Ribeiro (2007, p.153) listou uma série de medidas "vanguardistas" do periódico no mercado nacional _ para citar exemplos de por que pode ser definido como jornal mítico.

Em que se alterou a função pública do editor entre 1959 quando Janio de Freitas a ocupou no **JB** e Mario Sergio Conti em 2001? Quais as transformações de renovação do processo jornalístico comandadas pelo mais longo editor do **Jornal do Brasil**, Alberto Dines (1962-1973), e por aquele que implantou a informatização na redação, Marcos Sá Corrêa (1985-1991)? Como trabalhava um jornalista à época da ditadura militar ao editar o noticiário político, como fez Elio Gaspari, entre 1974 e 1978? Os editores têm de exercer o papel de intermediadores do interesse dos eleitores e o das empresas, com que grau de concessões a cada um dos lados? Quais conflitos que surgiram nestas seis décadas? Comparativamente, em que mudaram? Como se construiu a mítica do fazer jornalístico do **JB** com personalidades de formação cultural e política tão diferente como os editores citados? Como esses editores-síntese acompanham hoje discussões do vínculo de leitores com novas plataformas? Como analisam as questões pertinentes à visibilidade e representação? E em relação a papel e materialidade social?

Marialva Barbosa escreve que as reformas jornalísticas a partir da década de 1950, elaboradas em defesa de rigores técnicos, acabaram por instituir a mítica da neutralidade e da objetividade na representação dos jornalistas para si mesmos. Os

jornalistas passam a compartilhar crenças e valores comuns que, por um lado, delinearão o campo da profissão e, por outro, criaram efeitos colaterais comportamentais que perduram até hoje.

Sobressai na idealização da profissão a ideologia da vocação, através da qual o jornalismo teria uma espécie de missão superior, só podendo ser alcançada se revestir suas ações de um dever religioso. A profissão torna-se uma espécie de religião, na qual se espera o cumprimento do dever como algo sagrado, um chamamento, uma ordem divina (BARBOSA, 2007, p.165).

Os semideuses do jornalismo, em geral, ainda hoje pouco reconhecem que erram, têm dificuldade de assumir que nenhuma narrativa é totalmente neutra ou objetiva e que é preciso esforço e método para aumentar a pluralidade e a amplitude das visões. Como os editores-síntese acompanharam o percurso da formação do campo profissional? Na década de 50, caminhava para o jornalismo quem tinha alguma ligação com a palavra, do literato ao advogado. A partir das reformas, as redações se profissionalizam, mas hoje vivem atrofiadas entre o “especialista em generalidades” e “o generalista em especialidades”.

O fim da circulação da versão impressa do **JB** é sua morte social, porque, como configurada hoje, as relações de visibilidade e representação entre o jornal e seu leitor ainda são feitas pela plataforma em papel. Pode ser que isso mude em futuro não muito distante. Mas as experiências internacionais de jornais exclusivamente em tablets, por exemplo, não são um sucesso, e um deles, do magnata Rupert Murdoch, fechou. No Brasil, o jornal **O Globo** tem uma revista para tablete que busca ser um complemento para sua edição de papel, mas não é uma experiência isolada de publicação eletrônica.

Como demonstrou Ana Paula Goulart Ribeiro (2007), a década de 1950 foi momento de profundas transformações no jornalismo brasileiro, sobretudo naquele exercido na cidade do Rio de Janeiro. O modelo norte-americano de jornalismo implantou-se no periodismo nacional, provocando a modernização das empresas e dos textos, a profissionalização dos jornalistas e a constituição de todo um ideário sobre o que era o jornalismo e qual era sua função social. Essas reformas, em seu conjunto, configuraram a autonomia do campo jornalístico, em especial relação aos campos políticos e literários.

Até 1956, os principais jornais mantinham formas pesadas, com páginas repletas de fios e adereços, imagens pequenas e sem qualidade, e com linguagem pouco atraente e empolada. O jornalista Villas-Bôas Corrêa, que começou sua carreira em 1948, recorda-se do frenesi das reformas.

A grande reforma da imprensa brasileira começa em **O Jornal**, órgão-líder dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, que trouxe do Uruguai um especialista em paginação famoso, chamado Guevara. A imprensa foi surpreendida pelo impacto das reformas, bastante audaciosas. Depois tivemos a reforma do **Diário Carioca**, com Danton Jobim e Pompeu de Souza, e a implantação do lead e sublead, a técnica da paginação vertical e títulos audaciosos. Para dar um exemplo, lembro quando o **Diário Carioca** foi surpreendido, ao final do expediente, com a notícia de que o general Eurico Gaspar Dutra havia deixado o Ministério da Guerra, desincompatibilizando-se para disputar a Presidência da República. Era notícia para manchete. Só que o jornal estava paginado e rodando. Foi necessário um segundo clichê. Pompeu de Souza retirou uma materinha de uma coluna, colocando a notícia, com um título surpreendente para a época: “Sai Dutra, entra Góis”, numa referência a Góis Monteiro, o substituto no ministério. O esquema até então era outro. Títulos enormes, com subtítulos imensos, numa maçaroca de texto que ninguém lia. Uma perda de espaço em jornal (ENTREVISTA AO AUTOR).

O **Diário Carioca** foi o mais importante jornal do começo dos anos 50. Buscava melhorar suas edições com a tentativa de padronizar textos a partir de um manual de redação, inspirado em suas versões norte-americanas (COSTA, 2011).

Foi o impulsionador da reforma que faria em seguida o **Jornal do Brasil**.

A fase das reformas marca o início do desaparecimento dos jornais vespertinos e a redução dos títulos em circulação. Em 1952, o Rio tinha 30 jornais diários (GOULART RIBEIRO, 2007, p.37). Mas fazer jornal era uma espécie de aventura coletiva, não uma decisão empresarial-comercial.

Três ou quatro pessoas alugavam uma sala e faziam um jornal. Era mais fácil fazer. Poucos jornais tinham sede própria como **Correio da Manhã** e **Jornal do Brasil**. Toda a redação de **A Notícia**, por exemplo, acotovelava-se numa sala de aproximadamente oito metros por quatro. Ao centro, tinha uma mesa enorme, em que a maioria dos jornalistas se sentava e escrevia as matérias à mão, em laudas que eram sobras do papel de bobina, cortadas à faca. As matérias seguiam para a oficina escritas à mão. A primeira página era bonita, enfeitada, assim como a última página, ambas feitas de acordo com o padrão do jornal. As páginas internas eram páginas de continuação, em que entrava o que cabia. Era comum as matérias terminarem sem pé nem cabeça. Porque o funcionário da oficina, na correria para montar o jornal para ser impresso, olhava para as 30 linhas que houvesse sobrado e não pensava duas vezes: jogava no lixo (ENTREVISTA AO AUTOR).

Quase 60 anos depois, com a pressão exercida pelos novos meios eletrônicos, os jornais buscam novos tipos de reformas. A mera reorganização gráfica não mais será suficiente para responder os desafios dos novos tempos. Na avaliação de Janio de Freitas, a crise se manifesta porque o jornalismo cada vez mais se afasta dos seus princípios mais básicos.

Há pouco rigor nos jornais brasileiros. Na seleção temática, na hierarquização dos fatos e na transmissão deste ao leitor. De muitos anos para cá, faz-se um jornalismo muito declaratório. Os repórteres estão reduzidos a ir, recolher a declaração e trazer para o jornal. Ou até recolher a declaração exclusivamente pelo telefone. É um mal extremamente sério do jornalismo brasileiro, que tem hoje caráter bastante alienante. Os temas brasileiros de real importância raramente figuram na imprensa. Ficam na lantejola do declaratório. Apareceu um documento, publicam. Mas não há um trabalho consistente do jornalismo brasileiro como contribuição efetiva para a formação de uma consciência brasileira, de uma educação social e política. Há um esbanjamento enorme de papel. O que se gasta de papel a pretexto do tal serviço é um besteirol monumental. É um esbanjamento. Parece um jornalismo muito rico. Mas os salários provam que não é. São poucos os jornalistas que viajam. Em um país deste tamanho, deveria sempre haver três, quatro jornalistas viajando. Há assunto suficiente. Mas não existe isso. Nem há, nos jornais brasileiros, cobertura nacional, que só se dá em tempo de eleição. Não se tem noção em São Paulo do que se passa no Pará, no Amazonas. Os jornais brasileiros noticiam mais a Coreia do que o Ceará (ENTREVISTA AO AUTOR).

Marcos Sá Corrêa faz uma provocação. Sexta maior economia do mundo, o Brasil tem a quarta maior rede de televisão do mundo, a quarta maior revista de informação do mundo, mas não tem nada parecido por entre os jornais. A **Folha**, líder nacional em vendas, tem circulação na casa de 350 mil exemplares. Segundo a Associação Mundial de Jornais, o diário líder no mundo vende 14 milhões de exemplares por mês e o lanternado na lista dos mais vendidos alcança 1,9 milhão de exemplares _ mesmo num cenário de redução de leitores em todo o mundo há quase uma década.

Não considero a imprensa brasileira ruim nem, especificamente no caso dos jornais, equiparada ao padrão internacional. Os moderníssimos jornais europeus, os grandes jornais americanos e mesmo os grandes jornais regionais americanos estão se distanciando da gente. Isso também é questão de gosto, de cultura, claro. Mas temos alguns parâmetros para acreditar que alguma coisa ficou para trás nos jornais brasileiros. O mercado dos jornais de qualidade não está crescendo. É um fracasso coletivo dos jornais, que não estão sabendo diversificar interesses (ENTREVISTA AO AUTOR).

No final dos anos 90, pouco antes de assumir a direção do **Jornal do Brasil**, Mario Sergio Conti lançou “Notícias do Planalto”, livro em que pretendia traçar um panorama das relações entre política e jornalismo. Em 2013, publicou nova edição, em que adicionou um posfácio no qual afirma que os jovens repórteres que expuseram o governo Fernando Collor não apuravam mais notícias do Planalto. Cada qual teve razões particulares para isso. Mas o denominador comum dos que abandonaram a imprensa foi terem ido trabalhar em empresas, suas ou de outros, que se dedicam a atender políticos profissionais, homens de negócio e instituições. Agora são assessores de comunicação, relações públicas e publicitários. Gerem gabinetes de crise, contratados por "gente de bens" denunciada nos órgãos de imprensa nos quais antes trabalhavam. Quem ontem apontava as dissonâncias entre o marketing e a realidade é hoje marqueteiro, concluiu. A encruzilhada da imprensa hoje se agrava, na visão de Conti.

O problema não é de quem trabalhava numa redação de 100 pessoas intelectualmente empolgadas e hoje comanda empresas com muito mais gente exercendo acriticamente o inverso do jornalismo. Do esporte à cultura, da macro à microeconomia, da cobertura das cidades à política, dos cadernos de moda aos de culinária, só existe movimento onde é ele passível de ser monetizado. O delírio digital na mídia impressa, além de um componente suicida, é alimentado pelo conluio de fabricantes, operadoras e prestadores de serviço. Não há espaço para o consumidor cético ou exigente (CONTI, 2013, p. 618).

A hipótese central deste trabalho é de que os editores-síntese aqui enfocados são os responsáveis pela criação da mítica do fazer jornalístico do **JB**, uma linha com identidade própria no panorama da imprensa nacional. A partir do conhecimento mais amplo de como construíram esse fazer específico, pretendemos levantar padrões que possam auxiliar na transformação da produção jornalística na era da informação digital, multifacetada, ágil, onipresente, mas necessitada de seletividade, de qualidade e de abordagens éticas e inteligentes.

Por meio da realização de entrevistas com os principais personagens, de pesquisa em arquivos oficiais do Brasil e dos Estados Unidos, de detalhado exame de centenas edições de jornais e apoiado em pesquisa bibliográfica de autores relevantes e conceituados, buscamos construir um painel que permitisse atingir as respostas das perguntas acima levantadas. Ou, ao menos, dar indícios de como

essas inquirições podem ser delineadas ou explicadas por seus personagens proeminentes.

No primeiro capítulo buscamos contextualizar nosso objeto de estudo, mostrando sua importância histórico-jornalística. Tentamos mapear o percurso de 120 anos do **Jornal do Brasil** para registrar sua solidez cultural, traçar a genealogia que o fez tornar-se um jornal-mítico de uma escola de jornalismo e por que o consideramos uma instituição que, apesar de refletir o interesse de seus donos, era aberta à influência do cidadão. Discutimos como o conceito de modernidade é usado para justificar a mudança empresarial que resultará no fim da circulação da edição impressa do **Jornal do Brasil**.

No segundo capítulo historiamos a resistência da estrutura patrimonial na sociedade brasileira, recorrendo a Raymundo Faoro, o melhor demonstrador de como ocorre no Brasil o aparelhamento do Estado por uma camada social específica. Estendemos a discussão do patrimonialismo à mídia, usando o cabedal teórico de Muniz Sodré, que aponta como, no patrimonialismo, critérios específicos e culturais se sobrepõem às razões econômicas. Mostramos como o **Jornal do Brasil** cresceu à sombra e interligado ao poder, por fatores políticos e econômicos. Por meio de acesso a documentos inéditos de arquivos oficiais, revelamos como o poder político exercia sua vigilância e influência no jornal, dependente de suas relações com o Estado por questões financeiras que se avolumavam.

Buscamos alinhar a forma de ação do novo empresário que tenta se aproximar dos jornais em busca da nova realidade estabelecida pelo capitalismo financeiro globalizado. Discutimos como os jornais conferem materialidade à ideologia das forças sociais dominantes e mostramos o cenário brasileiro dos grandes conglomerados de mídia.

No terceiro capítulo refletimos sobre a constituição da função pública do editor e das mudanças a ela relacionadas com a expansão capitalista e com o ideário daí nascente. Explicitamos as funções do editor-chefe e o caracterizamos como intermediador entre os interesses do proprietário e da sociedade, como definiu Habermas.

Colocamos em destaque também a importância do resgate da memória de quem faz jornal. Usando conceitos de Paul Ricoeur, Andreas Huyssen e David Lowenthal, procuramos demonstrar a relevância de combater o esquecimento, porque a ação dos homens presentes sempre está em contato com momentos do

passado. Lembramos que os jornalistas ao falarem de suas ações no passado negociam poder e autoridade, procurando identificar-se para si e para a categoria que os rodeia.

Dedicamos o quarto capítulo a Janio de Freitas, jornalista que foi editor e secretário de Redação do **Jornal do Brasil** entre 1959 e 1961. Reconstruímos a partir de seu discurso a relação com o poder político e com o poder empresarial, representado nos donos do **JB**. Retomamos a polêmica histórica sobre a reforma gráfica do **JB** e mostramos como o poder, nesse caso, interveio para solidificar a sua versão dos fatos, que se choca muitas vezes com a dos protagonistas.

Abordamos no quinto capítulo o período de Alberto Dines na edição do **JB**, entre 1962 e 1973. É a época em que o editor fez contorcionismos para intermediar o interesse do leitor com a pressão do poder político sobre o proprietário do jornal. Explicamos como as decisões mais ousadas jornalisticamente foram recebidas, assimiladas ou rechaçadas.

No sexto capítulo mostramos exemplos da forma como foi construída a mítica do fazer jornalístico do **Jornal do Brasil** ao abordar a gestão de Elio Gaspari como editor político entre 1974 e 1978. Explicamos ainda como as narrativas estão repletas da disputa política do período, entre as correntes de poder governamental e também entre as correntes de poder corporativo.

No sétimo capítulo usamos a gestão de Marcos Sá Corrêa (1985-1991) para revelar, com documentos inéditos obtidos em arquivos oficiais, os movimentos internos do proprietário do **Jornal do Brasil** contra os próprios interesses e os da Redação para diminuir os confrontos com o poder político e econômico durante o regime militar. Documentos obtidos no Departamento de Estado americano desnudam os comportamentos e reações dos atores políticos e jornalísticos, numa empreitada que pode ser simbolizada como uma das mais importantes contribuições de um órgão de imprensa para a democracia e a cidadania brasileiras.

No oitavo capítulo, ao tratar da gestão de Mario Sergio Conti (2001), abordamos como uma instituição brasileira de 120 anos chega ao seus dias finais. O projeto em nome da modernidade revelou-se apenas tentativa de lucro rápido e ganho de poder político para interesses longe do que se pode considerar bem público.

A versão impressa do **Jornal do Brasil** foi extinta em 31 de agosto de 2010, depois de décadas enfrentando crises econômicas e administrativas, em razão de

mudanças tecnológicas que não acompanhou, inapetência técnica, malversação de recursos, desavenças societárias e crônica incapacidade de corrigir seus próprios erros. Desde essa data até o final de 2013, uma edição foi publicada diariamente na internet. Era um jornal diagramado como o de papel, mas que não era impresso. Sem qualquer relevância mercadológica, política ou sociocultural, até mesmo esse arremedo de jornal já deixou de ser feito. Na prática, o **Jornal do Brasil** acabou, apesar de ser mantido como site jornalístico porque os donos contratualmente perderiam a marca, se deixassem de usá-la. Na internet, sob o nome centenário, aparece agora um dístico: "O **JB** é um jornal do povo. Não cobra assinatura. Não é preciso pagar para se informar".

Apesar de sua frágil situação financeira, o **JB** havia chegado aos anos 2000 com tiragem média de 76 mil exemplares. Em 2001, o uso da marca **Jornal do Brasil** foi arrendado por 60 anos à Companhia Brasileira de Multimídia, que tinha como maior acionista o empresário Nelson Tanure. Assumindo a presidência do **JB**, Tanure fez o jornal retornar ao local de sua antiga sede, no nº 110 da avenida Rio Branco, no centro, para poucos anos depois, instalá-lo na Casa do Bispo, imóvel histórico localizado no bairro do Rio Comprido, na zona norte do Rio de Janeiro.

As quatro sedes que o **Jornal do Brasil** ocupou em 120 anos refletiram momentos de ascensão e decadência. Do sobrado da rua Gonçalves Dias, no centro, nos tempos iniciais, ao suntuoso prédio da avenida Brasil que marcou época, o jornal construiu sua imagem pública dialogando também com o panorama urbano da cidade. Entre 1973 e 2001, a sede da avenida Brasil simbolizou a pretensão grandiosa dos proprietários e depois a decadência irrefreável. O projeto foi elaborado pelo arquiteto modernista Henrique Mindlin (1911-1971), o mesmo do hotéis Intercontinental e Sheraton Rio. A sede tinha área total de 35 mil metros quadrados, o equivalente a mais de cinco vezes o tamanho do campo do Maracanã. Só a redação dispunha, na avenida Brasil, de 3.400 metros quadrados, contra 850 metros quadrados do prédio na avenida Rio Branco. Eram nove andares e um terraço com heliporto. No térreo, a elegância de painel de Athos Bulcão (1918-2008), com formas geométricas em relevo, saudava quem chegava à recepção. Foram necessários cinco anos de obras para a construção da sede, iniciada em 1969, dois anos antes do começo da elevação da vizinha ponte Rio-Niterói. Nesse período, Mindlin morreu.

Caderno especial do **JB** publicado, em 15 de agosto de 1973, detalhava o "edifício concebido para o ano 2000", ressaltando que, "numa conjugação de bom senso e exigência de qualidade, jamais foi contratado o mais barato, sempre o melhor". O prédio foi projetado para suportar a expansão da empresa por 70 anos, até 2040. Podia abrigar cerca de 1.500 pessoas, engalanadas em vidro e mármore. Não havia interruptores isolados, só luz modular. O heliporto, de inusitada concepção arquitetônica, era uma estrutura de um prato de quase cem metros, apoiada na coroa de dois pilares distantes 12 metros um do outro. Contava com seis elevadores eletrônicos, 1.200 janelas, 500 portas, 750 aparelhos telefônicos.

À época da inauguração da sede da avenida Brasil, trabalhavam na reportagem do **JB** 48 pessoas (36 homens, 12 mulheres), com idade média de 26 anos. Metade tinha dedicação exclusiva, e metade, curso superior. Havia correspondentes em 15 capitais brasileiras (JB, 1973, p.30). Eram 15 diagramadores e 68 revisores, porque "nenhuma linha de texto é publicada sem passar ao menos por dois revisores _ universitários recrutados depois de rigorosos testes de conhecimentos de vernáculo", salientava a reportagem. As 20 unidades de rotativas permitiam a impressão de até 70 mil exemplares por hora de um jornal com 160 páginas. Comparativamente, quando na sede da Gonçalves Dias, o **JB** saía com míseras seis páginas editoriais.

Nunca se chegou a um valor fechado do total do custo da nova sede, bancada por um empréstimo atrelado à variação do dólar. Mas é atribuído a ela o início da derrocada financeira do jornal. Desastre complementado pela opção de comprar rotativas de um sistema tecnologicamente atrasado e que seria desativado anos depois. Quando da inauguração da sede na avenida Brasil, a tiragem média era de 150 mil exemplares diários, chegando domingo aos 250 mil. O **JB** detinha 53% do mercado de classificados do Rio, 28% dos anúncios de serviços, 33% dos anúncios do comércio e 41% dos anúncios da indústria (JB, 1973, p.33.). O **Globo** e **O Dia**, seus principais concorrentes, tinham de se contentar com os restos do mercado.

A essa potência jornalística não ficou imune nem o poeta Carlos Drummond de Andrade, colunista que saudou a nova sede em poema, publicado no caderno especial. Intitulava-se "A casa do jornal, antiga e nova" e se estendia por mais de 120 versos (JB, 1973, p.1). Dizia que "a casa da notícia, com degraus de mármore e elevador *belle époque*, alçada em torre e sirena, chama os homens a compartilhar o

novo no placar nervoso dos telegramas"; "fato e repórter unidos, re-unidos, num só corpo de prensa, transformam-se em papel no edifício-máquina da maior avenida, devolvendo a tempo o testemunho do tempo"; "paiol de informação repleto, a render-se dia e noite à fome sem paz dos linotipos, casa entre terremotos, óperas, campeonatos, revoluções, plantões de farmácias, dividendos, hidrelétricas, pequeninos classificados de carências urgentes". Definia a sede como "pátria do telex infatigável" e concluía: "Todo jornal há de ser explosão de amor feito lucidez a serviço do pacífico ser".

Em 2003, à beira da falência, uma série de medidas de recuperação do **JB** foi tentada. A principal delas tratava da redução do preço para R\$ 1, o mesmo dos ditos jornais populares. Em 2006, o periódico tentou se modernizar graficamente, mudando do formato tradicional *standard* para o *berliner* (ou "europeu"), de dimensões menores, mas ainda assim maiores do que o formato tabloide. Tanure chegou a lançar, em 2007, a JBTv, que durou apenas seis meses. O canal de TV era uma obsessão da família Nascimento Brito, que várias vezes teve negada a concessão de exploração do meio.

Em 2010, a tiragem diária caíra para apenas 20 mil exemplares. Há décadas em crise financeira, com falhas de gestão, queda de circulação, falta de meios de superar sua concorrência e crescimento de dívidas fiscais e trabalhistas, o **JB** tinha dificuldades para manter o seu custo operacional de cerca de R\$ 3 milhões por mês – adicionando-se a isso um passivo estimado entre R\$ 100 milhões em dívidas (HERKENHOFF, 2010) ou R\$ 750 milhões (ISTOÉ, 2010).

Os anos finais do **JB** foram marcados pelo fim da gestão patrimonialista (famílias Pereira Carneiro/Nascimento Brito, desde 1918 na direção) com a transferência de controle, em 2001, para o grande grupo capitalista especializado em fazer dinheiro canibalizando empresas arruinadas (Cia das Docas, de Nelson Tanure). Os últimos dias se caracterizaram pelo uso do jornal como bastião de interesses privados nem precariamente escondidos em discurso de interesse público, como tentaremos demonstrar adiante.

Um jornal não se restringe à veiculação de notícias, mas foram estas que moldaram a ideia moderna de jornalismo _este embasado numa suposta neutralidade que assegura confiabilidade pública aos relatos. Na era da mídia eletrônica de massa, a notícia não apenas representa ou transmite aspectos da realidade, mas constitui uma realidade própria. No dizer de Muniz Sodré (2009),

jornalismo não é reflexo, mas construção social de uma realidade específica. A midiatização é hoje o processo central de visibilização e produção dos fatos sociais na esfera pública e o enquadramento midiático é a operação principal pela qual se seleciona, enfatiza e se apresenta o acontecimento.

Sodré (2009, p. 41) afirma que se “produz a notícia com a presunção de que o acontecimento adquira o estatuto pleno de fato, dando sentido ao que ocorreu e possibilidades de previsão quanto ao que ainda vai ocorrer”. Obedecida a determinada técnica, o leitor dispõe-se a crer na versão oferecida pelo profissional. O jornalista seria o intérprete qualificado de uma realidade que deve ser contextualizada, reproduzida e compreendida nas suas relações de causalidade e condicionamentos históricos. “Assim, notícia, a anglo-saxônica *news of the day*, constitui-se como o relato (micro narrativo) de um acontecimento factual, ou seja, inscrito na realidade histórica e, logo, suscetível de comprovação (SODRÉ, 2009, p.70-71).”

Tudo isso tende a mudar, entretanto, sob as pressões das novas práticas informativas correntes na internet, dita ‘mídia instantânea’, mas também ‘mídia pessoal’, onde o antigo ‘público-receptor’ constitui-se agora como fonte emissora ou ‘homem-mídia’, devido às possibilidades técnicas de que se investe todo e qualquer indivíduo munido de um computador, modem, linha telefônica ou banda larga. Por um lado, os blogs (contração de web e log-book, rede e diário de navegação) ou fontes de natureza individual implicam uma intervenção pessoal nos discursos socialmente circulantes (ainda que, em princípio, limitado ao espaço das redes cibernéticas) e acabam influenciando a pauta jornalística profissional (SODRÉ, 2009, p.100).

O leitor se investe de chances de determinar a notícia, intervindo diretamente na competência técnica do jornalista profissional. Com a internet, emerge outra lógica que desloca para o receptor grande parte do poder de pautar acontecimentos. Na expressão de Sodré, esse leitor pode dizer: “A mídia sou eu”. Ou como questionou um dos “integrados” ao modelo da cibercultura: “Seria ainda necessário, para se manter atualizado, recorrer a esses especialistas da redução ao menor denominador comum que são os jornalistas clássicos?” (SODRÉ, 2009, p. 109).

A natureza do espaço público, tradicionalmente animado pela política e pela imprensa escrita, mudou. As formas tradicionais de representação da realidade e as novíssimas (o virtual, o espaço simulativo ou telerreal da hipermídia) interagem, constituindo e movimentando novos sujeitos sociais.

Foucault escreveu que o século 18 deu à opinião uma autoridade considerável. A opinião foi vista como boa por ser a consciência imediata de todo o corpo social, reatualização instantânea do contrato social. Mas o século 18 desconhecia as condições reais da opinião, a mídia, uma materialidade que obedece aos mecanismos da economia e do poder em forma de imprensa. E que a mídia seria necessariamente comandada por interesses econômico-políticos.

Eles não perceberam os componentes materiais e econômicos da opinião. Eles acreditaram que a opinião era justa por natureza, que ela se difundiria por si mesma e que seria um tipo de vigilância democrática. No fundo, foi o jornalismo _ invenção fundamental do século 19 _ que manifestou o caráter utópico de toda esta política do olhar (FOUCAULT, 2008, p.224).

A radical privatização do destino humano acompanha aceleradamente a radical desregulamentação da indústria e das finanças. Bauman sublinhou que, de maneira gradual mas inexorável, torna-se axioma do discurso público que tudo o que economicamente “tem sentido” não necessita do apoio de nenhum outro sentido _ político, social ou categoricamente humano. Imagens de fome e miséria “despertam alarme e ira universais”, mas a destruição da autossuficiência econômica dos povos afligidos em nome do livre comércio, mercados abertos e balanças comerciais favoráveis pode contar com amplo apoio do eleitorado democrático.

Na sociedade pós-moderna e de consumo, escolher é o destino de todos, mas os limites de escolhas realistas diferem e também diferem os estoques de recursos necessários para fazê-las. É a responsabilidade individual pelas escolhas que é igualmente distribuída, não os meios individualmente possuídos para agir de acordo com essa responsabilidade (BAUMAN, 1998, p. 243).

As escolhas são feitas de acordo com as condições socioeconômicas a que estão submetidas. Bourdieu (2008) constatou que a significação conferida pelas diferentes categorias de leitores à leitura do jornal pode ser totalmente diferente das funções que lhe são comumente atribuídas. Escreveu que o efeito político de um jornal não se avalia pela orientação do discurso como pode ser apreciado no campo da produção ideológica, mas pela relação que os leitores mantêm com o jornal, cuja mensagem política pode ser ignorada por eles e cuja ação política mais importante pode ser o fato de não atribuir importância à política.

Este mundo em fragmentação e fluido, no qual os grandes sistemas sociais e ideológicos e as relações Estado-Nação darão lugar, ou no mínimo terão de conviver com uma complexa rede de identidades regionais, foi batizado por Alain Minc (1994) como nova Idade Média. A sociedade digital pode ser um instrumento de igualitarismo, sem aniquilar liberdades e diferenças. Mas pode se converter numa "máquina de dominação".

Não se sai impunemente de vários séculos vividos dentro do culto do progresso e do sentimento de uma ordem possível. A tentação é grande, numa primeira instância, de se acreditar condenado a uma regressão e de vivê-la na angústia, com o mesmo sentimento dos nossos predecessores da primeira Idade Média, convencidos, de certo modo, de que o céu lhes cairia sobre a cabeça. Daí as pulsões de inquietude, a sedução do fatalismo, as manifestações de ansiedade e desordem coletiva. (...) Quando tudo vai bem, ou pelo menos quando cada um acredita que tudo irá melhor, mostram-se tênues as diferenças entre os que se antecipam e os que se atrasam: empurrados pelos ventos, os segundos conseguem não se marginalizar. Com a desordem por pano de fundo, é impossível imaginar a mínima prova de recuperação: a lucidez torna-se vital (MINC, 1994).

Balzac criou um axioma pouco honrado para o produto do trabalho dos jornalistas. "Se a imprensa não existisse, seria preciso não inventá-la" (1999, p. 143), escreveu no século 19. Quem sabe o futuro nos permitirá uma nova formulação: para que a imprensa subsistisse, foi preciso reinventá-la.

2 OS NOVOS PATRÕES DOS JORNAIS

O dia amanheceu nublado na terça-feira, 31 de agosto de 2010, confirmando a previsão que o **Jornal do Brasil** estampara na página A-15, da sua edição 145 do Ano 120, como informava o cabeçalho. O título principal do jornal destacava ação da Polícia Federal para combater fraudes no programa de reforma agrária do governo.

A retirada de moradores que haviam ocupado um prédio público na Lapa e a ampliação do número de carcaças de navios nas águas da baía da Guanabara também receberam destaque. A capa do caderno de cultura, com reportagem sobre o escritor Raymond Caver, parecia um apelo conformado aos próprios funcionários do **Jornal do Brasil** no último dia de sua circulação em papel: “Nada de heroísmo, por favor”. A primeira página da edição preferiu definir o fim do jornal impresso como “uma nova fase do **JB**, o primeiro jornal 100% digital brasileiro”.

Terminava a história do **Jornal do Brasil**, um dos símbolos de inteligência editorial da imprensa nacional. Um dos exemplos da maestria de seus editores foi a previsão do tempo que alardeou em 14 de dezembro de 1968, edição que noticiava o Ato Institucional número (AI-5): “Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.: 38°, em Brasília. Mín.: 5°, nas Laranjeiras”.

Assim o jornal alertara os leitores da censura que sofria. Sua primeira página circulou com anúncios classificados em lugares inusuais. Em dois blocos, de três colunas cada um, reportagens censuradas, removidas por ordens dos militares, deram lugar aos chamados tijolinhos, oferecendo serviços como cautela e hipoteca de bens, dinheiro a juros nada módicos e linhas de telefone a preços estratosféricos. Transformar a previsão meteorológica em informação cifrada foi um exemplo simples de como ser grande mesmo no diminuto corpo da previsão do tempo no alto da primeira página. Tempos idos.

Na última edição de sua história, no segundo semestre de 2010, o tempo tinha previsão de nuvens espessas, mas o jornal saía de linha, sem que houvesse chuvas ou trovoadas. Seu encerramento foi recebido publicamente com a tranquilidade dos dias de céu limpo. No expediente, lia-se que administração e tecnologia do **JB** estavam a cargo de Humberto Tanure, e o marketing e negócios, sob a responsabilidade de Marcos Vargas. O Conselho Editorial era integrado por

Villas-Boâs Corrêa, Mauro Santayana e Heitor Ferreira. O editores-executivos eram Ricardo Gonzalez e Fernando Santana. O corpo tipográfico dessas informações era diminuto, como o papel histórico que viviam, apesar de não serem responsáveis em última instância por ele. Na publicação derradeira não havia menção ao empresário Nelson Tanure, que se anunciara acionista majoritário do **Jornal do Brasil**, na edição de 8 de abril de 2001. "Eu desprezo o poder" foi o título da entrevista, em página inteira, que Tanure concedeu ao jornal que adquirira das famílias Pereira Carneiro e Nascimento Brito. Essas famílias estavam desde 1918 na direção da empresa que o edita _ inicialmente com o empresário Ernesto Pereira Carneiro e, partir de 1949, com a condessa Pereira Carneiro e o advogado Manoel Francisco do Nascimento Brito, casado com uma enteada de Carneiro.

Tanure foi apresentado pelo **JB**, em 2001, como "empresário baiano de 49 anos, formado em administração de empresas em Salvador e que havia cursado história e filosofia cristãs na Universidade Columbia, em Nova York". Prometia um "jornal inovador".

Ao chegar aos 110 anos, o **JB** dá provas de sua maturidade. Ele está sabendo se renovar, se reinventar, para poder continuar a dar a sua contribuição à sociedade brasileira. Os sofrimentos que enfrentou, as perseguições de que foi vítima são parte de sua história. Ele sobrevive porque aprendeu com o seu sofrimento, com os percalços que enfrentou. Espero que nos próximos anos ele volte a ser o segundo jornal do Rio e esteja entre os quatro maiores do Brasil. Quero que ele volte a ser um jornal inovador, o preferido da juventude, dos intelectuais, da elite política e empresarial. Estou convencido de que teremos de novo um **Jornal do Brasil** corajoso, influente e economicamente saudável, o jornal que participou de tantas lutas e influenciou a formação de várias gerações (JORNAL DO BRASIL, 2001, Caderno Especial, p. 3).

Fundado em 1891, por Rodolfo Sousa Dantas e Joaquim Nabuco, dirigido por Rui Barbosa dois anos depois, o **Jornal do Brasil** mudou de mãos diversas vezes até 1918, quando foi adquirido por Pereira Carneiro. De acordo com Alzira Alves de Abreu (RIO DE JANEIRO, 2001), em seus primeiros anos o jornal alcançou prestígio, tendo como enfoque principal os temas políticos e literários.

O **Jornal do Brasil** passava por problemas financeiros desde o início da década, apesar de ter se reestruturado internamente e mantido relacionamento estável com o governo. Para reorganizar as finanças da empresa, Pereira Carneiro convidou José Pires do Rio para assumir o cargo de diretor-tesoureiro. Pires do Rio¹ assumiu sua nova função em 1934, e o jornal foi reestruturado. Para ele era preciso transformar o periódico num “boletim de anúncios”, dando ênfase aos classificados. Questões políticas, culturais e outros assuntos passaram a ter menos destaque. Defendia o abandono do interesse tradicional pelas artes e pela literatura; a seu ver, os literatos deveriam ser afastados gradativamente da empresa. Além disso, sua postura em relação à contenção de despesas provocou inúmeros atritos com os funcionários. Dessa forma, o **Jornal do Brasil** foi aos poucos perdendo sua importância como órgão noticioso e, com as páginas majoritariamente ocupadas por anúncios, o jornal passou a ser chamado, pejorativamente, de “jornal das cozinheiras” (ABREU, 2001, vol.3: p. 2.869).

Trinta anos depois de ter adquirido o **JB**, Ernesto Pereira Carneiro, que havia obtido um título de conde do Vaticano, convidou em 1949 o advogado Manoel Francisco do Nascimento Brito, casado com sua enteada, Leda Marchesini, para ser consultor jurídico do **Jornal do Brasil**. Com o afastamento de Pereira Carneiro em 1952, por razões de saúde, a administração do jornal foi interinamente assumida pela condessa Marina Dunshee de Abranches Pereira Carneiro. O conde Pereira Carneiro morreu dois anos depois, com a condessa sendo formalizada na direção, tendo Nascimento Brito como seu braço direito.

No final da década de 1950, com a compra de um novo equipamento gráfico, o **Jornal do Brasil** iniciaria uma série de reformas em suas páginas. Foi um processo lento, com diversas fases e responsáveis. Os principais foram Odylo Costa Filho, Janio de Freitas e Amilcar de Castro. Com Odylo, a chamada reforma do **Jornal do Brasil** chegou à primeira página, em março de 1957. Reduziram-se os classificados e aumentou-se o uso da fotografia. No caderno de esportes, Janio de Freitas comandava um laboratório próprio de mudanças, como a retirada dos fios que separavam as colunas de texto. Com a saída de Odylo em razão de desentendimentos internos, Nascimento Brito convidou Janio de Freitas para levar para os demais cadernos do **JB** o estilo que ele e Amilcar executavam no caderno de Esportes. "O novo modelo teve muitos autores e paternidade discutida. Foi gerado na redação do **Jornal do Brasil**, que, na avenida Rio Branco, ficava dois andares abaixo da administração. Mas eu descia a todo hora para ver o que

¹ José Pires do Rio era paulista de Guaratinguetá (1880). Formou-se em engenharia e farmácia. Foi ministro, deputado e por fim diretor-tesoureiro do **Jornal do Brasil**, cargo que ocupou até morrer (ABREU, 2001, p. 5.067-8)

estavam fazendo", lembrou Nascimento Brito, em entrevista publicada no próprio jornal (JORNAL DO BRASIL, 7.abr.2003, caderno especial 110 anos).

Como mostrou Ana Paula Goulart Ribeiro (2007, p.156), antes da reforma, a reportagem praticamente inexistia no jornal, que era todo feito dentro da redação, sem a busca de informação na rua ou por meio de fontes. A reforma não se limitou a mudar os padrões jornalísticos e gráficos. Houve grande reestruturação empresarial, com adoção de novas técnicas de gestão, marketing, circulação e captação e apresentação de anúncios. Foi o momento de glória do jornal, que viveria a partir de então altos e baixos. Os pontos históricos altos, em geral associados a questões jornalísticas. E os baixos, a questões administrativo-financeiras, marca das décadas finais do século XX.

Poucos conheciam o último dono do **JB**, antes que assumisse a empresa. Uma das raras entrevistas que o empresário Nelson Tanure concedeu foi ao próprio jornal cujo título arrendou em 2001. Lembrou ser filho de caixeiro viajante e que deixou Salvador em direção ao Rio de Janeiro com a intenção de ser representante comercial de empresas estrangeiras (JORNAL DO BRASIL, 2001, p. C1-8). Tinha 25 anos, diploma em administração e fluência em inglês e francês. Começou a vida empresarial nos anos 1970, adquirindo companhia que fabricava equipamentos para o setor de petróleo. Na década seguinte, comprou uma empresa de máquinas industriais. Nos anos 1990, sua proximidade do governo Collor o fez beneficiário de altos investimentos de fundos de pensão públicos em suas empresas. Na mesma década, entrou no setor naval, comprando empresas falimentares para tentar recuperá-las. Não obteve sucesso e demitiu 11 mil funcionários. Manteve-se na área naval por meio da operadora Docas. Arrendou os títulos da **Gazeta Mercantil** e do **Jornal do Brasil**. Voltou-se para o setor de telecomunicações, no qual se embrenhou em disputa longa e cara com o empresário Daniel Dantas, do grupo Opportunity. "Onde estão os problemas estão as grandes chances", disse Tanure (JORNAL DO BRASIL, 2001).

Nove anos e cinco meses depois de arrendado por Tanure, o **Jornal do Brasil** foi "descontinuado". Dispunha de 180 funcionários, 60 dos quais na Redação. Tinha uma circulação diária de 76 mil exemplares quando assumido pelo empresário, que o fechou com tiragem de 21 mil exemplares (FOLHA DE S.PAULO, 2010). Em nota, Tanure explicou o que fazia: "O **JB** vai sair do papel. E entrar para a modernidade" (FOLHA DE S.PAULO, 2010).

Em tentativa de justificar sua ação empresarial, Tanure usou um termo essencial (modernidade) para a reflexão sobre o jornalismo e o mundo contemporâneo. Para Bauman, a modernidade “tendo derretido tudo que era sólido e profanado tudo que era sagrado, [...] introduziu a era da permanente desarmonia entre as necessidades e as capacidades (BAUMAN, 2007, p. 61)”. Segundo o sociólogo polonês, a modernidade "endeusou e encantou" a nação como nova autoridade. Como definiu Martin-Barbero, a possibilidade de formar nações, no sentido moderno do termo, passa pelo estabelecimento de mercados nacionais. Estes só serão possíveis em razão de seu ajuste às necessidades e exigências do mercado internacional.

Esse modo dependente de acesso à modernidade, contudo, tornará visível não só o "desenvolvimento desigual", a desigualdade em que se apoia o desenvolvimento do capitalismo, mas também a "descontinuidade simultânea" a partir da qual a América Latina vive e leva a cabo sua modernização. (2001, p. 225).

Martin-Barbero esclarece o que pretende dizer com a ideia de descontinuidade, de modernidade não contemporânea, identificando o desenvolvimento com o "definitivo deixar de ser o que fomos para afinal sermos modernos (p. 226)". Acentua a necessidade de entender as peculiaridades da modernidade em cada parte do mundo sem se ater a preconceitos e ideias preconcebidas. Segundo ele, a modernidade na América Latina “se realiza na descentralização das fontes de produção da cultura [...], na secularização e internacionalização dos mundos simbólicos, na fragmentação das comunidades e sua conversão em públicos segmentados pelo mercado (2007, p. 27)”.

O empresário Nelson Tanure, na entrevista em que se apresentou como sócio majoritário do **Jornal do Brasil**, dera sinais de que sua política para o jornal enquadrava-se na perspectiva econômica neoliberal que atravessava o país naquela década, de olho no capital estrangeiro.

A velocidade com que aparecem as novas tecnologias ligadas à internet e à perspectiva de mudanças na legislação brasileira na área de mídia estão abrindo no Brasil um novo campo de atuação. A chegada da banda larga, que permite a troca de dados e imagens em grande velocidade, por exemplo, é uma revolução na internet. Quanto à legislação, acredito que em breve será facilitado o investimento de empresas estrangeiras na área de comunicação. Com isso, vai se abrir ainda mais o campo da multimídia, o da multiplicidade de mídias interagindo entre si. (JORNAL DO BRASIL, 2001).

Assim, quando alega que o fim da circulação em papel do **JB** é sua passagem para a modernidade, Tanure fez um exercício desavisado sobre como os novos administradores dos jornais se enquadram nos tempos contraditórios de desenvolvimento atravessado pelo descompasso da diferença e da descontinuidade cultural, como havia apontado Martin-Barbero. Nesse sentido, falar que o **Jornal do Brasil** foi "descontinuado" _ neologismo tão em voga no pensamento liberal _ faz sentido ao compreendermos que o desenvolvimento do capitalismo passa pela descontinuidade cultural para que, enfim, sejamos modernos.

O **Jornal do Brasil**, com seus 120 anos, tinha solidez cultural. Havia demonstrado ser instituição aberta à influência do cidadão, seguindo o parâmetro de refletir diferenças culturais e políticas. Como afirmou Martín-Barbero, "não somente graças à necessidade de 'distinção', mas também por corresponder ao modelo liberal em sua busca de expressão para a pluralidade que compõe a sociedade civil (2001, p. 262)". Como concorrente de **O Globo**, era parâmetro jornalístico para que fossem contrapostas ideias diversas daquelas majoritárias no jornal do grupo editorial líder, graças à sua poderosa emissora de televisão. O **JB**, para exemplificar, ajudou a elucidar tentativa de fraude eleitoral em 1982, que prejudicaria Leonel Brizola, candidato ao governo do Estado que acabou vencedor, apesar da forte resistência do grupo Globo.

A morte física do **JB** pode ser lamentada até pelo sepultamento do ideário que traçou em sua edição número 1 da quinta-feira, 9 de abril de 1981. O jornal havia sido fundado com o não velado propósito de defender a restauração da monarquia, derrubada dois anos antes, mas se propunha a mais, queria ser um centro de resistência:

A democracia não é senão uma forma de governo, carecendo, como todas as mais, de fortes centros de resistência a elementos preponderantes de seu organismo e, como todas as mais, sujeita a ser deturpada em seu funcionamento e desviada na prática de seus fins e efeitos originais. (...) A política degenerando na politicagem ou os politiqueros em lugar dos homens políticos, a corrupção nas altas esferas administrativas e a insegurança nas inferiores, a instabilidade arvorada em regra do governo, ensanchas (*dilatações*) incomparáveis à absorção de soberania geral por poderes pessoais facilmente constituídos no lugar dela, tais entre outros flagelos a que nesta parte do continente um só dos povos que o habitam ainda não conseguiu fugir e a despeito dos quais até mesmo a grande e gloriosa confederação do norte tenha alcançado subsistir senão graças aos excepcionais elementos de vitalidade que concorreram para sua formação histórica e atuaram no seu desenvolvimento contemporâneo (JORNAL DO BRASIL, 1891, com atualização gramatical feita pelo autor).

2.1 O NOVO JOGADOR

O país vivia, no começo do século XXI, amplo processo de abertura econômica, privatizações e investimentos estrangeiros. O auge do capitalismo financeiro globalizado, no qual empresários eram agora chamados de *players* (jogadores). O passado de Nelson Tanure mostrava que ele sabia lidar neste novo mundo e que a definição de jogador lhe cabia com exatidão. É um especialista em comprar empresas quebradas. Em 2008, pagou R\$ 10 milhões pela empresa de telefonia Intelig e assumiu dívidas de R\$ 130 milhões. Um ano depois, vendeu a Intelig para a italiana TIM por R\$ 650 milhões de reais (EXAME, 2014).

Em 2001, ao comprar os direitos das marcas **Jornal do Brasil** e **Gazeta Mercantil**, títulos que viriam a sair de circulação, imaginava que poderia usar a estratégia que o fizera famoso. De acordo com sua tese jurídica, ele não teria responsabilidade sobre os passivos fiscal e trabalhista do **Jornal do Brasil**, por exemplo. Mas, em 2013, o Superior Tribunal de Justiça determinou que ele teria de assumir a dívida de R\$ 1 bilhão do **JB** com o falido Banco Econômico. Tanure está recorrendo da decisão. No total, ele enfrenta 600 ações trabalhistas e fiscais dos tempos da investida em mídia (EXAME, 2014).

Uma reportagem recente mostrou a maneira de atuar do novo capitalismo, do qual Tanure é um exemplo. Em 2013, a petroleira HRT informou os acionistas uma sucessão de más notícias. Em duas áreas de exploração de petróleo tidas como promissoras, na bacia amazônica e na Namíbia, a empresa só encontrou gás (EXAME, 2014). No final de 2013, a empresa anunciou seu maior prejuízo, de R\$ 724 milhões no terceiro trimestre. Um dos maiores acionistas, a gestora americana Southeastern Asset Management, vendeu todas as ações, o que fez com que os papéis perdessem 81% do valor em 2013.

Enquanto a HRT naufragava, Nelson Tanure viu a oportunidade de mostrar porque é especialista em controlar empresas em dificuldades. O empresário começou a comprar ações da HRT. Após um investimento de R\$ 70 milhões, obteve 19% do capital da empresa e tornou-se o maior acionista, aproveitando que as ações estavam em baixa, em razão da crise da empresa. O patrimônio líquido da HRT é de R\$ 2,4 bilhões, mas ela vale em bolsa apenas R\$ 375 milhões. Se vender a preço de tabela os helicópteros, os imóveis e as bacias de gás, Tanure poderá lucrar mais de R\$ 380 milhões com a HRT.

A tomada da HRT é só o capítulo mais recente de Tanure. Antes havia começado a acumular ações da GPC Participações, empresa carioca que tem negócios em áreas que vão da petroquímica à energia renovável. Controlada pelo clã Peixoto de Castro, o grupo, endividado, está em recuperação judicial. Em surdina, Tanure comprou ações pertencentes a investidores portugueses. Gastou cerca de R\$ 62 milhões e acumulou 35% de participação no capital. O grupo é controlado por nove irmãos, e Tanure procurou dois deles para comprar suas ações, oferecendo um prêmio (percentual acima do valor do mercado) de 25% por cada uma delas. Os outros sete irmãos estrilaram. Nos meses seguintes, as ações da GPC valorizaram 73%. Tanure é voto contrário ao plano da família, que pressupõe a venda de ativos para pagar dívidas. O primeiro da lista é um terreno na região portuária do Rio avaliado em R\$ 150 milhões. Tanure quer que o grupo invista o dinheiro na área petroquímica e deixe as dívidas para depois (EXAME, 2014).

Outro exemplo da forma como Tanure atua é usar os órgãos de imprensa a seu serviço para atacar desafetos. O empresário respondeu a reportagens assinadas pelo repórter Lourival Sant'Anna, em **O Estado de S. Paulo**, que retratavam negócios de Tanure, usando o **JB** para criticar uma obscura vereadora de Goiânia, Marina Sant'Anna, irmã do jornalista. “Relações perigosas do PT em Goiás” era o título da reportagem (JORNAL DO BRASIL, 21.jan.2006, p. 6), na qual tenta envolver a petista no escândalo do chamado Mensalão, apesar de não ter sido investigada ou citada no caso. Em 18 de dezembro de 2005, Lourival assinara reportagem sob o título “O voo turbulento do capitão Tanure. Como o homem que quer comprar a Varig construiu sua reputação”.

Tanure contestou as informações, assim como o texto subsequente, do dia 19, assinado por Alberto Komatsu, sob o título “Contrato com Tanure prevê fusão da Varig”. Naquele dia se realizava assembleia de credores da companhia aérea que examinou a proposta de Tanure. Como se sabe, ele ficou de fora da tentativa de reestruturação da endividada empresa aérea.

Em 28 de dezembro, Tanure, na qualidade de controlador da Docas Investimentos S.A., publicou na **Folha de S. Paulo** anúncio no qual dizia que iria processar Sant'Anna e Komatsu, que teriam usado “dossiês apócrifos e fontes fictícias, fabricados e disseminados a serviço da concorrência desleal, calúnia, difamação, injúria e do preconceito”.

Em 15 de janeiro de 2006, o **JB** abriu duas páginas sob o título “Assassino cultiva o ócio”, em letras garrafais. Tratava-se, aparentemente, de denunciar o fato de que um assassino confesso, o ex-diretor de Redação do **O Estado de S. Paulo** Antonio Pimenta Neves, conseguiu evitar, mediante manobras de seus advogados, o júri popular que o levaria à prisão anos depois.

A reportagem dizia que a polícia apurava a participação de Pimenta Neves na “falsificação e utilização de dossiê apócrifo, voltado a disputas empresariais”. E chega então ao verdadeiro alvo: “Seu braço direito, quando dava as cartas em **O Estado de S. Paulo**, Lourival Sant'Anna, também está sendo investigado”. Um dos textos de apoio era intitulado: “O uso de dossiê criminoso”. Aí se dizia que “os textos [das reportagens de Sant'Anna e Komatsu nos dias 18 e 19 de dezembro] reproduzem trechos do dossiê”, supostamente de opositores de Tanure em disputas empresariais.

Em 17 de janeiro, com chamada na capa, o **Jornal do Brasil** atacou de novo Lourival Sant'Anna: “Um livro em seis horas. Investigado por falsificação de dossiê, Lourival Sant'Anna escreveu livro sobre guerra no Afeganistão sem passar um dia no país”. Ao lado, uma reportagem dava voz ao Centro de Estudos do Terceiro Setor (CETS), da Fundação Getúlio Vargas, em crítica a Sant'Anna. Ele teria manipulado informações na produção de um texto no **Estado** cuja manchete foi “Fonte de 55% das ONGs: dinheiro público”. O CETS, da FGV, diz em comunicado que Sant'Anna utilizou dados “com o intuito de embasar de forma imprecisa e incorreta a reportagem”.

Estas citações se fazem necessárias para exemplificar a diferenciação entre o capitalismo patrimonialista que formou as empresas de mídia nacionais e o capitalismo financeiro globalizado. Mudaram-se os atores. Os objetivos de lucro permaneceram, mas novas foram as estratégias de chegada até ele. A relação direta com o Estado, por meio de financiamentos bancários, dá lugar a movimentos especulativos no mercado e interpretações jurídicas novas para criar ou ampliar oportunidades de lucro, de fazer o dinheiro rodar e crescer.

Como analisa Martin-Barbero (1987), desse novo cenário econômico, no qual estão inseridos os jornais e as empresas de mídia em geral, “emerge uma razão comunicacional, cujos novos dispositivos _ a fragmentação que desloca e descentra, o fluxo que globaliza e comprime, a conexão que desmaterializa e hibridiza _ agenciam as mudanças do mercado da sociedade” (p. 13). A comunicação se

converte em motor eficaz de inserção e desinserção nos mercados e nas tecnologias globais.

É no campo da comunicação e da cultura que está o campo de batalha primordial contra a imposição do mercado, afirma o pensador espanhol.

O estratégico cenário exige que a política recupere sua dimensão simbólica _ sua capacidade de representar o vínculo entre os cidadãos, o sentimento de pertencer a uma comunidade _ para enfrentar a erosão da ordem coletiva. Que é o que o mercado não pode fazer por mais eficaz que seja seu simulacro. O mercado não pode sedimentar tradições pois tudo o que produz "desmancha no ar" devido à sua tendência estrutural a uma obsolescência acelerada e generalizada não somente das coisas, mas também das formas e das instituições. O mercado não pode criar vínculos societários, isto é, entre sujeitos, pois estes se constituem nos processos de comunicação de sentido, e o mercado opera anonimamente mediante lógicas de valor que implicam trocas puramente formais, associações e promessas evanescentes que somente engendram satisfações ou frustrações, nunca, porém, sentido. O mercado não pode engendrar inovação social pois esta pressupõe diferenças e solidariedades não funcionais, resistências e dissidências, quando aquele trabalha unicamente com rentabilidade (MARTIN-BARBERO, 2001, p. 15).

2.2 A JABUTICABA DA MÍDIA

Quarenta e um grupos empresariais com abrangência nacional detêm o controle de 551 veículos de comunicação em todo o país (PROJETO DONOS DA MÍDIA, 2013). Dois desses grupos _ as Organizações Globo e a Editora Abril _ controlam diretamente 143 órgãos de mídia. De acordo com levantamento de uma entidade especializada (PROJETO DONOS DA MÍDIA, 2013), as Organizações Globo, além da maior rede de televisão do Brasil, possuem 69 veículos, entre jornais, revistas, portais de internet, rádio, televisão aberta e a cabo. Somando-se os 35 grupos ligados de alguma forma, por meio de parcerias ou sistema de afiliadas, por exemplo, as Organizações Globo controlam 340 veículos de comunicação. O Grupo Abril, entre revistas e portais, somava 74 veículos, mas o levantamento foi feito antes que se desfizesse de sociedade que mantinha na TV a cabo e da provável venda do canal de televisão em UHF pelo qual transmitia a MTV, um licenciamento comprado nos EUA.

De acordo com uma revista especializada (NEGÓCIOS DA COMUNICAÇÃO, 2009), parcerias da Globo em todos os Estados permitem que o conteúdo gerado pelos 69 veículos próprios do grupo seja distribuído por um sistema que inclui outros 33 jornais, 52 rádios AM, 76 FM, 11 ondas curtas, 105 emissoras de TV, 27 revistas,

17 canais e nove operadoras de TV paga. Segundo a mesma fonte de informação, o sistema Globo possibilita que sua programação tenha expressiva presença no país graças às 3.305 redes de transmissão de TV.

Como aponta Murilo César Ramos, o modelo de desenvolvimento brasileiro nas telecomunicações é uma espécie de jabuticaba de alta frequência, só aqui decodificada.

O Brasil chegaria aos anos 90 com um modelo de comunicações estatizado para a telefonia e a transmissão de dados, e privado para o rádio e a televisão, e apenas com uma rala, porque muito recente, tradição de debate público para as políticas do setor. Modelo que se revelaria profundamente paradoxal, à esquerda e à direita, mas cujos paradoxos, em sua dialética, acabariam por permitir que o país ganhasse um tempo precioso, que ainda está a vigor, para a rediscussão do presente e futuro da sua infraestrutura de comunicações no final da década de 90. Década de profundas mudanças tecnológicas e na economia-política do setor, caracterizando o que tenho chamado, valendo-me da metáfora tão popular, de cenário das estradas eletrônicas (RAMOS, 2000, p. 188).

Os anos 90 caracterizaram-se pelas políticas de privatização e desregulamentação do setor de telecomunicações no Brasil e na América Latina. Recentemente, cresceram as discussões em torno da "re-regulamentação" (MASTRINI/MESTMAN - 1996; RAMOS 2000). Há pelo menos cinco anos, governo, parlamentares e entidades representativas debatem o chamado novo marco regulatório das comunicações, sem que uma proposta concreta tenha sido encaminhada ao Congresso Nacional. O marco regulatório é uma necessidade estabelecida pela Constituição de 1988, cujos artigos referentes ao setor ainda não foram regulamentados 25 anos depois da promulgação da Carta.

Entre as muitas questões que se estabelecem sobre o novo marco regulatório, este estudo propõe, como forma de exemplificação, abordar a validade da discussão de restrição à propriedade cruzada na era dos meios eletrônicos, focando-se especialmente se faz sentido estabelecer regra nesse sentido para os jornais. A propriedade cruzada _ quando um mesmo grupo detém veículos de comunicação de diversos meios_ é tema polêmico, porque mexe em uma cadeia de interesses econômicos, culturais e políticos. Na era da informação múltipla e interesses cruzados, a defesa da propriedade cruzada passou a ser valor inalienável para os grandes grupos de comunicação estabelecidos no país.

Na legislação brasileira, o conceito de propriedade cruzada na comunicação é abordado em dois momentos distintos. O primeiro está no artigo 12 do decreto lei nº

236, de 28/02/1967. O trecho delimita o número de concessões ou permissões para executar serviço de radiodifusão em todo país. Em um segundo momento, a concentração de propriedade aparece no texto Constituição Federal de 1988, no parágrafo 5º do artigo 220: "Os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio".

O desenvolvimento tecnológico mudou as telecomunicações. Por meio da fibra ótica, por exemplo, é possível transmitir textos, sons e imagens. Diluíram-se as fronteiras entre as telecomunicações e a radiodifusão. A profissão dos jornalistas tornou-se multimídia. Eles passaram a apurar e preparar informações para serem difundidas tanto por rádio, jornal, revistas, televisão e portais na internet. Em geral, o trabalho de um só profissional, empregado de um grande conglomerado, é distribuído por diversas mídias. A chamada "convergência de mídias" define que o consumidor dos meios de comunicação possa escutar rádio, ver TV, assistir filmes, ler jornais e revistas em um único receptor, como seu computador pessoal ou tablete. O receptor ser único é um grande desenvolvimento tecnológico, mas quando o difusor é único estabelece-se o problema de falta de diversidade de conteúdo, pontos de vista, narrativas, ideologias, além das questões econômicas mais prementes.

Nesse ambiente é que se discute a regulamentação à propriedade cruzada. Um mesmo grupo, no mesmo mercado, controlar diferentes mídias _ concessões públicas ou não, em níveis local, e/ou regional e/ou nacional _ deve sofrer limitações? Se sim, de que tipo?

Nos Estados Unidos, desde 1934 há regulação determinada pela Federal Communications Commission (FCC). Inicialmente muito rígida, com restrições severas a que um mesmo grupo tivesse TV, rádios e jornais em uma mesma região, a FCC aderiu ao ideário da desregulamentação na década passada. Instituiu novas regras para o setor, permitindo que um mesmo grupo pudesse controlar emissoras de televisão que atinjam até 45% dos domicílios com TV no país; ter, em um mesmo mercado, duas ou até três emissoras de televisão; e controlar emissora de televisão, de rádio e jornal no mesmo mercado. A FCC passou a levar em conta o índice de audiência das emissoras e o número de meios de comunicação independentes presentes naquela localidade. Mas essa flexibilização só vale para as vinte maiores áreas de mercado dos EUA (são 210 no total) e só acontece se o canal de TV não está entre os quatro mais vistos e se restam pelo menos oito meios independentes.

Na França, há regras para propriedade cruzada em âmbito nacional e em âmbito local. Em cada localidade, ninguém pode deter ao mesmo tempo licenças para TV, rádio e jornal de circulação geral distribuídos na área de alcance da TV ou da rádio. No Reino Unido, ninguém pode adquirir uma licença do Canal 3 (segundo maior canal de TV, primeiro entre os canais privados) se detém um ou mais jornais de circulação nacional que tenham juntos mais do que 20% do mercado. Essa regra vale também para o âmbito local. No caso britânico, há outras regras que utilizam um complexo sistema de pontuação para reduzir o impacto de licenças nacionais e locais de TV e rádio e jornais de circulação local e nacional (LIMA, 2013).

Na Europa, a constituição dos sistemas de rádio e TV teve base no modelo público, e não comercial, como aconteceu nos Estados Unidos e no Brasil. Mas o mercado passou por ampla privatização e desregulamentação a partir da década de 90, apesar de ainda ser bem mais rígido do que o norte-americano. Como analisam Guillermo Mastrini e Mariano Mestman, desde a década de 1980 tem se expandido a tese que tenta legitimar a não intervenção do Estado na definição de políticas destinadas a regular os meios de comunicação, em benefício dos grandes oligopólios.

En la utilización del concepto desregulación encontramos el intento de disfrazar la nueva dirección en la intervención encarada por una gran cantidad de gobiernos nacionales. Sostenemos que el uso del concepto de desregulación constituye una falacia construida a partir de presentar Estados en retirada, cuando por el contrario dichos Estados se encuentran en la primera línea de batalla, generando un volumen de dispositivos legales, en muchos casos mayor que los previos, destinados a establecer reglas de juego acordes con los intereses de los grupos oligopólicos. Así, mientras se produce una supuesta apertura hacia un hipotético libre mercado, en realidad se están sentando las bases para regular en pos de una nueva estructura de propiedad cada vez más dominada por el capital concentrado. En este sentido, el término desregulación debe ser reemplazado por el de re-regulación, una nueva lógica en política de medios (MASTRINI, 2005, p. 82)

A proposta de Mastrini e Mestman, de substituir a era da desregulação pela da re-regulação, tem adeptos no Brasil entre movimentos sociais e políticos. Chegou a ter adeptos dentro do governo federal, mas enfrenta reações fortes das entidades representativas dos grandes grupos de comunicação. De acordo com a Abert (Associação Brasileira de Rádio e Televisão), a "radiodifusão é um dos setores menos concentrados da economia brasileira" (NEGÓCIOS DA COMUNICAÇÃO, 2009). A ANJ (Associação Nacional de Jornais) avalia que houve uma mudança nos

“paradigmas da questão da concentração”. “Não adianta mais discutir a concentração nacional quando hoje, a partir das novas mídias digitais, a concorrência se tornou internacional. Gigantes da infraestrutura de telecomunicação ou detentoras de plataformas tecnológicas produzem e veiculam conteúdo em escala muito mais ampla do que jamais ocorreu”, disse a então presidente da entidade (NEGÓCIOS DA COMUNICAÇÃO, 2009).

Para especialistas empenhados na re-regulamentação, como Venício A. de Lima, a convergência de mídias não pode justificar a concentração da propriedade.

Propriedade cruzada se refere à oligopolização do mercado, vale dizer, à negação do mercado livre de ideias, tão caro à ideologia liberal. A propriedade cruzada, na prática, significa menos vozes, menos pluralidade, menos diversidade. Um atentado à liberdade de expressão. De fato, uma forma disfarçada de censura. “Convergência de mídias” se refere a um avanço tecnológico provocado pela digitalização cujas consequências, por óbvio, não estão acima da pluralidade, da diversidade e nem da universalidade da liberdade de expressão (LIMA, 2013).

Em geral, as grandes linhas econômicas de uma nação emergem de consensos que se constroem por meio de seus grandes atores. A tentativa de re-regulação se choca com os princípios de livre-mercado que os países desenvolvidos têm conseguido espriar pelo mundo, em uma nova variante do capitalismo imperialista, como conceituou David Hesmondhalgh, na qual a ação do Estado em favor dos grupos privados é exercida também por meio do domínio da mídia e da cultura.

How have neo-liberal policies been manifested and implemented in the domains of media and culture? The key term is marketisation – the process by which the market exchange increasingly comes to permeate media and cultural sectors. This involves a number of processes, most notably privatisation of government-owned enterprises and institutions, the lifting of restraints on businesses so that they can pursue profit more easily, and the expansion of private ownership. Various rationales had underpinned the involvement of the state in cultural markets, including the view that telecommunications needed to be understood as a public utility, along the lines of transport or the electricity system, the view that broadcasting was a limited, national resource that governments needed to parcel out, and also the belief that broadcasting had a particular social power, which needed controlling (HESMONDHALGH, 2002, p.8).

2.2.1 Propriedade cruzada x interesses cruzados

Para os que não veem sentido na restrição à propriedade cruzada, os meios de comunicação tornaram-se, em qualquer parte do mundo, inclusive no Brasil, uma coisa só, mudando apenas sua plataforma e as fronteiras existentes entre a produção e a difusão da informação. Empresas de comunicação do mundo inteiro unificaram seus núcleos de produção de informação, porque na produção da informação estaria a base única sobre a qual qualquer veículo se assenta.

Uma das razões para se limitar a concentração de propriedade nas comunicações tem fundo econômico, a partir das leis antitruste. A concentração em qualquer setor é considerada prejudicial ao consumidor porque gera controle dos preços e da qualidade da oferta por poucos agentes econômicos, além de desestimular a inovação.

Mas há outra razão mais complexa, que tem a ver com a "marketização" que permeia a mídia e a cultura, como apontou Hesmondhalgh. Os meios de comunicação são os principais espaços de circulação de ideias, valores e pontos de vista e, portanto, são as principais fontes dos cidadãos no processo diário de troca de informação e cultura. Se este espaço não reflete a diversidade e a pluralidade de determinada sociedade, uma parte das visões ou valores não circula, o que é uma ameaça à democracia. Assim, é preciso garantir pluralidade e diversidade nas comunicações para garantir a efetividade da democracia.

Uma das maneiras mais efetivas de se conseguir pluralidade e diversidade de conteúdos seria garantir que os meios de comunicação estejam em mãos de diferentes grupos, com diferentes interesses, que representem as visões de diferentes segmentos da sociedade.

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) está em campanha para tentar reunir 1,3 milhão de assinaturas em defesa de seu projeto de regulamentação dos meios de comunicação. Entre outros pontos, estabelece a proibição da concessão de meios de comunicação a pessoas com cargo eletivo – como deputados e senadores – e a grupos ligados a igrejas. Também veda o controle de mais de cinco canais de comunicação por uma mesma empresa.

No que interessa de mais de perto a discussão aqui levantada, propõe restrições a propriedade cruzada de meios eletrônicos e impressos:

Artigo 16 – Uma prestadora não poderá obter outorga para explorar serviços de comunicação social eletrônica se já explorar outro serviço de comunicação social eletrônica na mesma localidade, se for empresa jornalística que publique jornal diário ou ainda se mantiver relações de controle com empresas nestas condições. § 1o – Nas cidades com 100 mil habitantes ou menos, um mesmo grupo poderá explorar mais de um serviço de comunicação social eletrônica ou manter o serviço e a publicação de jornal diário desde que um dos veículos de comunicação não esteja entre os três de maior audiência ou tiragem (PARA EXPRESSAR A LIBERDADE, 2013)

Tal restrição afetaria no Rio de Janeiro o jornal **O Globo** e a TV Globo; em Salvador, o **Correio da Bahia** e a TV Bahia; em Porto Alegre, o **Zero Hora** e a RBS, só para ficar em três exemplos, em três estados de três diferentes regiões do país.

2.2.2 Um caso de cinema

Como contribuição para a análise da importância do debate sobre a propriedade cruzada, tentaremos demonstrar como os interesses cruzados afetam a qualidade do produto oferecido ao consumidor de notícias/entretenimento.

De acordo com dados da Agência Nacional de Cinema (2013), entre 4 de janeiro e 15 de agosto de 2013, dos dez filmes nacionais com maior público e renda em 2013, sete tinham a participação da Globo Filmes entre os associados. Os dez filmes levaram aos cinemas 13.210.882 pessoas. Desse total, 82,3% dos espectadores assistiram a uma produção da qual a Globo Filmes foi parceira. Apenas 17,7%, ou seja, 2.333.401 espectadores, assistiram a filmes sem participação do braço do cinema do maior grupo de mídia do Brasil. É um claro domínio do mercado, como vem acontecendo há cerca de dez anos – período de maturidade da produção brasileira, embalada com o aumento das leis de incentivo ao cinema nacional de cinema, a partir de 1996, e com a criação da Globo Filmes em 1998.

Em termos de faturamento, os dez filmes mais vistos arrecadaram cerca de R\$ 139 milhões, sendo que os da Globo Filmes e associados foram responsáveis por R\$ 108 milhões desse total, cabendo apenas R\$ 24 milhões aos demais produtores.

O mais importante é como esses filmes foram tratados criticamente quando apresentados ao leitor de **O Globo**, braço impresso das Organizações Globo. "Minha mãe é uma peça", de André Pellenz, com público de 4,5 milhões de

espectadores, recebeu aplausos do Bonequinho do Globo, a imagem que há 75 anos resume a opinião dos críticos de cinema do jornal. "Numa mistura equilibrada entre linguagem teatral, cinema e televisão, o longa conservou o frescor das piadas, sem cair no lugar-comum que tem assolado as últimas comédias feitas para a telona. Isso tudo com o bônus de criar outras situações divertidas, sem mudar a essência do texto feito para o palco" (O GLOBO, 2013), analisou a crítica carioca.

Na **Folha de S. Paulo**, foi avaliado como "regular". "'Minha Mãe É uma Peça' repete recurso cômico à exaustão e usa saltos temporais sem coesão. A histérica voz esganiçada que o ator empresta à personagem, que além de tudo é tagarela, logo perde a graça" (2013), reclamou o jornal paulista. "Vai que dá certo", de Maurício Farias, segunda bilheteria de 2013, com 2,8 milhões de espectadores, mereceu um bonequinho atento em **O Globo**, num texto com restrições: "O filme apostou demais no talento inegável de alguns integrantes dessa nova e bem-vinda geração de comediantes, mas tornou evidente que isso não basta para se fazer uma boa comédia" (2013). Na **Folha**, foi avaliado como "ruim", sem meias palavras. "Entre as comédias brasileiras recentes, é uma das mais constrangedoras. São muitas piadas, nenhuma graça, numa equação cruel com o espectador" (2013).

É certo que as diferenças de avaliações podem ser vistas como aplicações de padrões estéticos distintos, escolas de cinema diferenciadas de cada um dos críticos, tradição mais ou menos iracunda ou complacente de cada um dos órgãos de imprensa.

Mas, ao se entender a forma como a Globo Filmes se torna sócia das produções cinematográficas, começa-se a se explicar os mecanismos de divulgação para o qual apela e como se tornam intrincados os interesses cruzados com as propriedades idem. Mesmo nos programas noticiosos da Rede Globo, da Globo News, da rádio CBN e, como não poderia deixar de ser, do jornal O Globo, as produções da Globo Filmes recebem atenção sem par. A explicação é de fundo econômico, como analisa Pedro Butcher.

Ao se associar a um projeto, a Globo Filmes não desembolsa recursos próprios para financiar a produção, preferindo oferecer espaço em mídia no momento do lançamento. O capital oferecido, portanto, não é dinheiro, mas um "capital virtual" que só se concretiza no momento da distribuição. Na verdade, esse espaço em mídia não sai completamente sem custos para o produtor, mas é bastante reduzido por meio de descontos. Dependendo da percentagem da participação da Globo Filmes no contrato – e também das intenções do distribuidor, que investirá em número de cópias e terá as

outras despesas de lançamento –, o espaço em mídia pode ser mais ou menos amplo. O importante é a certeza de que o filme contará com a estrutura nacional da emissora para sua promoção tanto nos formatos tradicionais (anúncios e spots de TV) como na chamada *cross media* (citação e promoção nos programas). Este segundo item é ainda mais decisivo por permitir que, segundo a orientação da emissora, os filmes sejam citados nas novelas e em programas de variedades (Domingão do Faustão, Videoshow), ou mesmo se tornem pauta de reportagens e entrevistas nos programas jornalísticos (BUTCHER, 2006).

Grande parte do poder de influência da Globo Filmes não está no espaço tradicional de mídia, ou seja, os comerciais e inserções comerciais que vão ao ar nos intervalos da programação de televisão. Seu maior poder de fogo no momento de potencializar uma campanha de marketing encontra-se na chamada mídia cruzada.

A *cross media* é um exemplo de como a concentração da produção sob um mesmo teto permite uma cuidadosa manipulação do conteúdo de programas jornalísticos e ficcionais no sentido de se “produzir fatos” que possam interessar à emissora. Desde o começo da Globo Filmes, a *cross media* tem sido intensamente utilizada para promover os filmes coproduzidos pela empresa, e representam o diferencial mais importante, por exemplo, em relação às campanhas dos blockbusters americanos. Seu formato mais simples é a citação do filme por um personagem de novela identificado com a temática ou, ainda, uma reportagem em um programa jornalístico que apresente um tema afim ao do filme (na época do lançamento de Cidade de Deus, por exemplo, o Jornal Nacional levou ao ar, durante uma semana, uma série de reportagens sobre a violência nas favelas cariocas). Mas a *cross media* também pode assumir formas mais sofisticadas, e que em geral são usadas quando o filme já está em cartaz algum tempo, funcionando assim como uma ferramenta de sustentação e renovando seu fôlego no mercado (BUTCHER, 2006).

Como bem definiu Bernard Miège, a *commodity* cultural desenvolve-se em condições específicas e modos de produção determinados...

...however they are also *commodities* like any other because they constitute in essence a new field for the expansion of exchange values, a means used by capital to maintain a given rate of accumulation. However, it would be an error to see in cultural commodities only a sphere for the expansion of value : more and more they participate in the expanded reproduction of capital by intervening directly in the very process of the realization of value (Miège, 1979) .

Commodities culturais não deixam de ser *commodities* e estão submetidas às estratégias capitalistas de venda e marketing. Por isso, um filme não é só um filme, e uma avaliação de filme tem por trás de si construções mais complexas que os traços simples do Bonequinho.

3 MÍDIA EM MUDANÇA

Raymundo Faoro assinalou que a realidade histórica brasileira demonstrou a persistência secular da estrutura patrimonial, resistindo à progressão do capitalismo. De acordo com ele, o país adotou do capitalismo a técnica, as máquinas, as empresas, "sem aceitar-lhe a alma ansiosa" de fazer o dinheiro mudar de mãos (FAORO, 2001, p.822).

Num estágio inicial, o domínio patrimonial apropria as oportunidades econômicas de desfrute dos bens, das concessões, dos cargos, numa confusão entre setor público e privado, que, com o aperfeiçoamento da estrutura, se extrema em competências fixas, com divisão de poderes, separando o setor fiscal do setor pessoal (...). O patrimonialismo pessoal se converte em patrimonialismo estatal, que adota o mercantilismo como técnica de operação da economia. (...) A compatibilidade do moderno capitalismo com esse quadro tradicional, equivocadamente identificado ao pré-capitalismo, é uma das chaves de compreensão do fenômeno histórico português-brasileiro, ao longo de muitos séculos de assédio do núcleo ativo e expansivo da economia mundial, centrado em mercados condutores, numa pressão de fora para dentro. (FAORO, 2001, p.825).

O sociólogo, historiador e advogado gaúcho foi quem melhor demonstrou como o aparelhamento político do Estado, por meio de uma camada social nem sempre articulada e muitas vezes amorfa, "imperava, rege e governa" em nome próprio, em círculo impermeável de comando, "que muda e se renova, mas não representa a nação" (FAORO, p.824).

O poder _ a soberania nominalmente popular _ tem donos, que não emanam da nação, da sociedade, da plebe ignara e pobre. (...) O Estado, pela cooptação sempre que possível, pela violência, se necessário, resiste a todos os assaltos, reduzido, nos seus conflitos, à conquista dos membros graduados de seu estado-maior. E o povo, palavra e não realidade dos contestatários, que quer ele? Este oscila entre o parasitismo, a mobilização das passeatas sem participação política, e a nacionalização do poder, mais preocupado com os novos senhores, filhos do dinheiro e da subversão, do que com os comandantes do alto, paternos, e como o bom príncipe, dispensários de justiça e proteção. A eleição, mesmo formalmente livre, lhe reserva a escolha entre opções que não formulou (FAORO, p.837).

A visão de Faoro é criticada por suas supostas generalizações sociológicas e por tomar de Max Weber o termo patrimonialismo sem sua contextualização histórica. Afirma Jessé de Souza, por exemplo, que a noção de "patrimonialismo", para indicar uma suposta ação parasitária do Estado e de sua "elite" sobre a

sociedade, perde os vínculos históricos, fundamentais no seu uso por Max Weber, e passa a designar uma espécie de “mal de origem” da atuação do Estado enquanto tal em qualquer período histórico.

Analisa ele que, na visão de Faoro, existiria patrimonialismo desde o Portugal medieval, onde não havia sequer a noção de “soberania popular” e, portanto, não havia a separação entre bem privado e bem público. De acordo com Souza, o patrimonialismo acaba se tornando, de forma implícita, em um equivalente funcional para a mera intervenção estatal.

A imprecisão contamina até a noção central de “estamento”, uma suposta “elite” incrustada no Estado, que seria o suporte social do patrimonialismo. O tal “estamento” é composto, afinal, por quem o suporta e fundamenta? Os juizes, o presidente, os burocratas? O que dizer do empresariado brasileiro, especialmente o paulista, que foi, no caso brasileiro, o principal beneficiário do processo de industrialização nacional financiado pelo Estado interventor desde Vargas? Ele também é parte do “estamento” estatal? Deveria ser, pois foi quem econômica e socialmente mais ganhou com o suposto “Estado patrimonial” brasileiro (REVISTA CULT, 2011).

Para Jessé de Souza, há uma tentativa de "idealizar o mercado e demonizar o Estado" nas modernas referências ao patrimonialismo. A nosso ver esta crítica está desvinculada da compreensão de que os empresários se associam ao Estado para o atendimento e operacionalização de demandas particulares. Na questão formulada por Souza, parece-nos claro que, numa visão ampla, o empresariado se incrusta sim como parte do estamento estatal, sendo suas restrições ao pensamento de Faoro pouco elucidativas.

Desde o estabelecimento dos jornais no Brasil, as relações da maioria de seus donos com o Estado podem ser perfeitamente enquadradas no patrimonialismo definido por Faoro. Cabe ressaltar que, como observou Marialva Barbosa (2007), mesmo a **Gazeta do Rio de Janeiro**, o periódico lançado em 10 de setembro de 1808 pela Coroa Portuguesa, marco inaugural da imprensa em terras brasileiras, tinha múltiplas fontes de informação e narrativas, não sendo somente local de publicação de decretos, avisos e éditos. Ou seja, um jornal é rico em informações de fontes variadas, independentemente da opção inicial de seu dono.

No entanto, foi por dentro do poder que as empresas jornalísticas cresceram. Marialva Barbosa mostrou a República Velha como um exemplo de momento em que a relação do jornalismo com a política exerce destacado papel na disputa por

poder (2007, p. 110). Segundo ela, falar em imprensa no Brasil dos anos 1930 é perceber as suas relações com o Estado, entendido não apenas como comando político, mas como formação que combina uma simbologia, onde os aspectos semióticos sobressaem.

Os jornais disseminam ideias, mas também transportam as narrativas para o mundo, sendo responsáveis pela criação de outra realidade. Ao mesmo tempo em que materializam o Estado, tornando pública a sua simbologia e ideologia política _ a ideologia estado novista _, os periódicos, ao narrar as ações, criam contextos para a descrição, referendando convenções que passam a ser interpretadas significativamente de uma forma ou de outra. Estado, hegemonia e cultura são dimensões dos mecanismos de exercício de dominação de classe e da reprodução social (BARBOSA, 2007, p.111).

Barbosa aponta que, se por um lado, há periódicos que reagem ao discurso hegemônico, sofrendo em consequência sanções, há também aqueles que se beneficiam das cercanias do poder. No período do Estado Novo, o governo tomou expediente diversos como isentar os jornalistas do pagamento de Imposto de Renda ou subsidiar o papel de imprensa para jornais que apoiavam o regime. A ditadura militar seguiu nesta linha na década de 1960, quando estabeleceu um mercado restrito para a prática do jornalismo, por meio da obrigatoriedade de diploma para o exercício da profissão, atendendo demanda da categoria.

Coube a Muniz Sodré (1999) desdobrar a análise do patrimonialismo para o campo midiático, reflexão precisa para o entendimento dos grupos jornalísticos nacionais, que se caracterizam até hoje por serem sociedades familiares. Definiu Sodré que todo patrimonialismo implica um complexo de relações mantido por família, clã ou grupo afim, que visa à preservação do conjunto pela distribuição interna de bens. O fator econômico é importante, mas a essência da razão patrimonialista é cultural: a manutenção daquele grupo específico, sua intrínseca familiaridade (1999, p.76). Como mostra a história do **Jornal do Brasil**, a sucessão ali se fez em laços de consanguinidade, direta ou indiretamente.

A gestão do patrimônio difere da de um capital, porque não põe em primeiro plano o crescimento e a acumulação, mas a transmissão. Citando o sociólogo francês Yves Bael (1994), Sodré explica que o patrimônio regula muito além da economia, sendo um mundo no qual se encontram misturados a família, a política, o consenso e o conflito social.

Sodré caracteriza a família como sujeito econômico do patrimônio, porque é o pertencimento a ela (e não quaisquer outras regras, por mais racionais que sejam) que organiza a transmissão de bens. O conceito de patrimônio mostra que não é o fator econômico que assegura o lugar do sujeito, mas sim este último sustenta o econômico por meio da relação patrimonial. O patrimônio configura assim uma forma social.

Na lógica patrimonial, fatos culturais (éticos, psicológicos, territoriais) dominam os econômicos. Em vez dos critérios universais presentes na razão econômica, o patrimônio privilegia a relação específica entre os bens e um grupo humano determinado. (SODRÉ, 1999, p.107-108).

O que importa à lógica patrimonial é a lei do grupo organizador da transmissão, uma vez que o grupo e sua continuidade constituem a finalidade de todo patrimônio. Por isso, quando se amplia a noção de sujeito patrimonial a partir da família, o grupo pode ser instituído como linhagem ou qualquer outra configuração que ele decida. No grupo patrimonial, mesclam-se elementos reais e fictícios, estes últimos inventados segundo a lógica das conveniências. Simbolizações, mitologias, racionalizações genealógicas concorrem com o imaginário coletivo do grupo patrimonial. (p.108).

3.1 JORNAL E IDEOLOGIA

As famílias dos donos de jornais, marcadas pela sucessão patrimonialística, trazem consigo os padrões mantenedores da ideologia que as sustenta. Gramsci relacionou ideologia aos movimentos das forças sociais, cujos interesses organiza e confere materialidade, e não como um mero conjunto de ideias abstratas ou normas lógicas. Ou seja, como a ideologia permite, a partir dessas forças, a construção das formas de sua intervenção na realidade. Segundo Gramsci, a ideologia é concepção de mundo que se manifesta na ação e a organiza. Não se trata de um conjunto de realidades imateriais nem de simples aparência artificial, a ideologia tem uma existência, encontra-se materializada nas práticas, é “constituidora do real”. Ela é “(...) uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas” (GRAMSCI, 1978, p.16). Neste sentido, a ideologia se identifica com a filosofia, com as superestruturas, com a política e, claro, com o jornalismo.

O que define a ideologia é sua situação real em determinado tipo de sociedade e o princípio que a norteia é o de que as ideias não nascem de outras ideias, que as filosofias não nascem de outras filosofias, mas são as expressões sempre renovadas do desenvolvimento histórico real (Gramsci, 1978, p.22).

Estas visões de mundo nunca são apenas fatos individuais, mas sim expressão da vida comunitária de um bloco social, de um sujeito coletivo real, razão pela qual Gramsci as chama de “ideologias orgânicas”. São elas que, por meio de um discurso apropriado, mobilizam, articulam e direcionam as ações das classes.

A ideologia tem papel decisivo, essencial na organização social, não só por ter força real, mas também porque qualquer modificação estrutural para a manutenção e/ou modificação das condições de dominação não pode acontecer sem a intervenção dos elementos ideológicos. As ideologias organizam as massas humanas, formam o terreno sobre o qual os homens se movimentam, adquirem consciência de sua posição, lutam, etc. (Gramsci, 1978, p. 62).

A construção de que as ideias dominantes são as da classe dominante já estava em Marx e Engels, em "A Ideologia Alemã":

As ideias ('Gedanken') da classe dominante são em cada época, as ideias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as ideias daqueles aos quais faltamos meios de produção espiritual (1984, p.84).

Os autores também mostram como a classe dominante precisa apresentar como de interesse comuns aqueles que são na realidade interesses restritos de uma camada social:

Com efeito, cada nova classe que toma o lugar da que dominava antes dela é obrigada, para alcançar os fins a que se propõe, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade, isto é, para expressar isso mesmo em termos ideais: é obrigada a emprestar as suas ideias a forma de universalidade, a apresentá-las como sendo as únicas racionais, as únicas universalmente válidas (Marx, 1984).

Gramsci recupera a análise de “A Ideologia Alemã” e afirma que, se a ideologia cria a unidade entre uma visão de mundo e a prática a ela correspondente, pode-se, no entanto, encontrar com frequência contradições entre a teoria e a prática. Isto é, um relativo desequilíbrio entre o fato intelectual e a norma prática de conduta, tanto em nível individual quanto coletivo.

O conceito de hegemonia em Gramsci é de fundamental importância para compreender o que é ideologia, pois se esta última significa visão de mundo, a primeira trata da construção desta visão. E é pela comunicação que os sujeitos organizam sua visão de mundo, de acordo com seus interesses de classe. É nesse espaço que ocorre o processo de constituição de suas identidades. O pensamento moderno analisa hoje como a comunicação (incluindo a jornalística) pode atuar contra-hegemonicamente.

Como afirma Raquel Paiva (2008), se hegemonia é uma forma de adesão irrestrita, contra-hegemonia poderia ser simplesmente definida como seu oposto. Mas nada é tão simples assim. Porque uma das possibilidades de entendimento seria a de transposição e substituição de forças, a mera substituição de uma força por outra. Na visão de Paiva, o “contra” se define pela visceralidade da oposição — e não por um mero revezamento de forças contraditórias. Nesta oposição visceral reside a compreensão daquilo que se pode pautar ideologicamente como postura contra-hegemônica.

Os termos hegemonia e contra-hegemonia podem nos colocar em posições de aprisionamento se não formos capazes de reinterpretá-los a partir do contexto social, em que as mediações tradicionais foram substituídas pela mídia, que produziram um novo ambiente, uma nova linguagem, lembra Paiva.

Há um papel contra-hegemônico a ser exercido pelos jornalistas, mas também pelos leitores, que não podem ser tomados como ausentes de responsabilidades no processo. Em um texto intitulado “Os jornais e os operários”, Gramsci faz uma análise muito direta do que acredita ser o papel que a imprensa exercia à época em que escreveu (1916). Discorre sobre a importância e a gravidade do ato “aparentemente tão inocente” que consiste em escolher o jornal que se pretende assinar e sobre a contradição de que muitos apoiam ideias que são contrárias aos próprios interesses.

É uma escolha cheia de insídias e de perigos que deveria ser feita com consciência, com critério e depois de amadurecida reflexão. Antes de mais, o operário deve negar decididamente qualquer solidariedade com o jornal burguês. Deveria recorda-se sempre, sempre, sempre, que o jornal burguês (qualquer que seja sua cor) é um instrumento de luta movido por ideias e interesses que estão em contraste com os seus. Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma ideia: servir a classe dominante, o que se traduz sem dúvida num fato: combater a classe trabalhadora. E, de fato, da primeira à última linha, o jornal burguês sente e revela esta preocupação (Os jornais e os Operários, 1916).

Gramsci reclama que o jornal burguês acaba sendo pago pela classe trabalhadora. Em vez de pedir dinheiro à classe burguesa para subvencionar a obra de defesa exposta em seu favor, o jornal recorre àqueles que existem em maior número.

Centenas de milhares de operários contribuem regularmente todos os dias com seu dinheiro para o jornal burguês, aumentando a sua potência. Por quê? Se perguntarem ao primeiro operário que encontrarem no elétrico ou na rua, com a folha burguesa desdobrada à sua frente, ouvirão esta resposta: é porque tenho necessidade de saber o que há de novo. E não lhe passa sequer pela cabeça que as notícias e os ingredientes com as quais são cozinhadas podem ser expostos com uma arte que dirija o seu pensamento e influa no seu espírito em determinado sentido. E, no entanto, ele sabe que tal jornal é conservador, que outro é interesseiro, que o terceiro, o quarto e quinto estão ligados a grupos políticos que têm interesses diametralmente opostos aos seus. Todos os dias, pois, sucede a este mesmo operário a possibilidade de poder constatar pessoalmente que os jornais burgueses apresentam os fatos, mesmo os mais simples, de modo a favorecer a classe burguesa e a política burguesa com prejuízo da política e da classe operária. Rebenta uma greve? Para o jornal burguês os operários nunca têm razão. Há manifestação? Os manifestantes, apenas porque são operários, são sempre tumultuosos, facciosos, malfeitores (Os jornais e os Operários, 1916).

3.2 PATRIMONIALISMO NA MÍDIA

Ana Paula Goulart Ribeiro propõe que a história do **Jornal do Brasil** seja dividida em seis fases (2007, p. 153): a monarquista (1891-1893), a republicana de oposição (sob a direção de Rui Barbosa, 1893), a do jornalismo popular (1894-1918), a do boletim de anúncios (a era do conde Pereira Carneiro, 1918 a 1953), a moderna (da condessa Pereira Carneiro e de Nascimento Brito, de 1954 a 2001) e atual, desde que o jornal foi comprado por Nelson Tanure. Vamos nos restringir às três últimas fases para analisar como as relações patrimonialistas podem ser delimitadas.

O empresário Ernesto Pereira Carneiro havia recebido o título de conde do Vaticano por sua participação no combate à gripe espanhola no Rio em 1918, ano em que se tornou proprietário do **Jornal do Brasil**. A firma Mendes e Cia havia comprado o título em 1894, colocando-o para novamente circular depois de um ano fora das ruas, em razão da invasão militar ordenada em 1893 por Floriano Peixoto. O marechal presidia o país e entendia que o jornal apoiava a Revolta da Armada, que pretendia derrubá-lo.

Logo após o encerramento da primeira Guerra Mundial, o jornal passou a viver uma fase de insolvência permanente, que resultou em sua hipoteca (ABREU, 2001). Em 1918, sem condições de resgatar a hipoteca, os irmãos Fernando e Cândido Mendes de Almeida perderam o jornal para Carneiro.

Uma das diretrizes do novo proprietário (conde Pereira Carneiro) foi de que o jornal atuasse com "prudência, moderação e discrição, não se engajando jamais em campanhas que representasse risco (p. 2.868)". Tal distanciamento não durou muito.

Em 1924, Aníbal Freire, diretor do jornal, foi nomeado ministro da Fazenda pelo presidente Artur Bernardes. Na Revolução de 1930, o **JB** foi invadido, empastelado e ficou quatro meses sem circular. Em 1933, Pereira Carneiro foi candidato à Assembleia Constituinte. Iniciou-se a fase de Pires do Rio, com a qual o jornal voltou-se para o anúncio de classificados. Sem importância política, o jornal classificou o Golpe do Estado Novo, em 1937, como um instrumento eficiente para reprimir os extremistas de esquerda e de direita. Apesar de simpático à política econômica e trabalhista de Getúlio Vargas até 1945, demonstrou em seguida simpatia à candidatura oposicionista de Eduardo Gomes e fez críticas às tentativas de continuísmo do ditador.

A deposição de Vargas e o curto governo de José Linhares _ durante o qual Pires do Rio foi nomeado ministro da Fazenda _ receberam todo o apoio do **JB** (ABREU, 2001, p. 2.869), assim como a vitória, em seguida, de Eurico Gaspar Dutra. Na década de 50, o jornal foi obrigado a reformular-se. Getúlio Vargas voltou ao poder, Pires do Rio morreu no início de 1950 e o conde Pereira Carneiro adoeceu, afastou-se da empresa e faleceu em 1953.

A condessa Pereira Carneiro assumiu a direção, tendo convocado Nascimento Brito para ficar ao seu lado. Evitou envolver o jornal nas campanhas radicais da imprensa da época. O **JB** criticou o atentado contra Carlos Lacerda, mas não se pronunciou a favor do impedimento de Getúlio Vargas, como a maioria dos jornais do período. Com a queda de Vargas, apoiou a posse de Juscelino Kubitschek, contestada por meios militares. No final de seu governo, no entanto, o **JB** foi para oposição, criticando JK em casos de corrupção revelados pela imprensa e por sua política econômica incapaz de conter a inflação (ABREU, 2001, p. 2.870).

Após a posse de Jânio Quadros em 1961, o jornal manteve-se crítico ao governo, em especial quando este condecorou Che Guevara. Com a renúncia de Jânio, apoiou a posse de João Goulart, enfrentando duro boicote por parte do

governador do Rio, Carlos Lacerda. A fase de apoio a Goulart se esmoreceria na velocidade com que o governo dele perdia sustentação. Em agosto de 2009, na data em que a condessa completaria 110 anos, o **JB** rememorou episódio ocorrido em 21 de março de 1964, quando o jornal foi invadido por fuzileiros navais favoráveis ao governo claudicante, às vésperas do golpe militar. A condessa se dirigiu aos revoltosos da seguinte maneira: “Vou deixar meu jornal entregue a vocês. Agora, vocês todos se compenetrem: o **Jornal do Brasil** não me pertence, absolutamente. Pertence a vocês todos, pertence ao país. De maneira que vocês tomem conta dele bem bonitinho” (JORNAL DO BRASIL, 2009, p. 11).

O jornal reclamava do insucesso da gestão econômica e da radicalização política de Goulart. Em editorial na primeira página, em 29 de março de 1964, intitulado "Na ilegalidade", o **JB** conclamava à resistência e ao restabelecimento da legalidade e ao Estado de Direito, em crítica direta contra ações do presidente. Em 31 de março, outro editorial acusava João Goulart de "sentir-se bem na ilegalidade". Com o golpe, editorial anunciou o "início de uma nova era" (JB, 2. abr., p. 5). Até 1974, o jornal manteve apoio às diversas gestões econômicas do governo, com críticas à falta de liberdade política. Afastou-se mais da situação com a gestão de Ernesto Geisel, o que lhe impediu, outra vez, de obter um canal de televisão que a empresa acreditava fundamental para competir com as Organizações Globo. Tornou-se mais crítico do regime com o início do processo de "abertura lenta, gradual e segura", que apoiava. Mas, ao final do governo Geisel, em 1979, elogiou-o por colocar o país "a caminho do Estado de direito".

Em 1981, o **JB** investigou e apontou como farsa a tentativa de atribuir a grupos esquerdistas o atentado a bomba no Dia do Trabalhador, em show realizado no Riocentro. Em 1984, manteve-se distante da campanha das diretas, sem definir-se claramente a favor dela. No ano seguinte, flertou com Paulo Maluf, mas, ao fim, apoiou a eleição de Tancredo Neves no colégio eleitoral. Em 1986, defendeu o Plano Cruzado de José Sarney, mas foi contrário ao mandato de cinco anos para o presidente, durante as discussões do tema na Assembleia Constituinte (1986-1988).

Apoiou Fernando Collor até as vésperas do seu impeachment, só abandonando-o em editorial no dia 29 de setembro de 1992, um dia antes de o presidente ser afastado pelo Congresso. Apoiou Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998.

Como gestão administrativa, o caso **JB** é um exemplo da passagem do jornalismo patrimonialista para o das grandes corporações, a partir da intensificação da vinculação dos meios de comunicação com o mercado, como definido por Muniz Sodré. A conseqüente transferência _ desde o final da década de 60 do século XX _ da velha propriedade patrimonialista de jornais para conglomerados multimídias, cujas rédeas de comando são manejadas por gerentes financeiros, em vez de publishers ou grandes editores, provoca estragos institucionais e muito colabora para a ruína completa do jornal de 120 anos.

Durante os 83 anos das famílias Pereira Carneiro/Nascimento Brito no **Jornal do Brasil**, a sucessão de poder se manteve entre os familiares e as relações com governo sofreram idas e vindas, de acordo com os interesses comerciais e políticos de cada momento. As dificuldades financeiras do jornal começaram no fim da década de 70, quando o concorrente **O Globo**, ancorado na audiência da TV, derrubou sua liderança no mercado de classificados. A crise foi agravada por problemas administrativos e pelos custos da construção e inauguração (1973) de uma nova sede para o jornal, na avenida Brasil, na zona portuária do Rio, deixando prédio na avenida Rio Branco, no centro da cidade. Desde o final dos anos 50, sob a presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1961), Nascimento Brito tentara, sem sucesso, obter uma concessão de TV. Na vez derradeira, foi preterido pelo governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985), em favor de Silvio Santos.

Nascimento Brito não foi bem-sucedido em algumas apostas políticas. Nos anos 70, chegou a apoiar o ministro do Exército, general Sylvio Frota, contra João Baptista Figueiredo, o chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) e favorito do presidente Ernesto Geisel à sua sucessão. No início da década de 80, com a dívida do **JB** crescendo, negociou apoiar Paulo Maluf, mas embarcou à ultima hora na candidatura de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral em 1984.

Durante a CPI que investigava o governo Fernando Collor (1990-1992), o **Jornal do Brasil** publicou manchete que avalizava a "Operação Uruguai", manobra pela qual auxiliares do presidente pretendiam justificar a movimentação de dinheiro na conta de "fantasmas" a partir de um suposto empréstimo feito em Montevideu para financiar a campanha de 1989. Na época, Nascimento Brito tratava com Lafayette Coutinho, presidente do Banco do Brasil, da renegociação de dívida calculada pelo banco em US\$ 90 milhões. (FOLHA DE S.PAULO, 2003).

3.3 DE OLHO NO DONO

O Arquivo Nacional abriu a consultas documentos secretos da ditadura militar, tornados públicos em razão da Lei de Acesso à Informação, que entrou em vigor em julho de 2012. São milhares de relatórios produzidos pelos órgãos dos serviços nacionais de espionagem tirados dos porões e agora expostos à luz. Estão liberados para consulta imagens de “subversivos fichados”, pastas com o trabalho de campo de espiões, relatos de rotinas de suspeitos de envolvimento em atividades contra os militares no poder. Há fotos constrangedoras, como a de presos, acusados de subversão e de ligação com a luta armada, obrigados a posar nus ou apenas de roupas íntimas. Existem imagens de operações de espionagem de atos de panfletagem de artistas em favor da Lei da Anistia ou em defesa da reforma agrária.

Pesquisas realizadas pelo autor nos arquivos do Serviço Nacional de Informações (SNI), com mais de cem mil fichas com relatórios de seus agentes, abertos para consulta pelo Arquivo Nacional, dão exemplos de como se desenvolviam as relações entre governantes e dirigentes de empresas de mídia. Os proprietários de meios de comunicação tinham suas opiniões registradas em relatórios do regime militar. Os agentes não deixaram claro a origem de suas informações, mas a análise dos textos mostra que às vezes obtinham o relato de terceiros, às vezes dão a impressão de terem feito interceptação telefônica.

Em ficha de 17 de julho de 1976, obtida pelo autor, um agente relatou críticas feitas por Manoel Francisco do Nascimento Brito ao regime militar:

MNB (Manoel Nascimento Brito) manifestou-se preocupado com a instabilidade dos responsáveis pelo sistema militar brasileiro e pela ausência de uma filosofia política ou definição de rumos, o que pode provocar uma situação complexa e difícil. Acentuou que é lamentável a constatação da incapacidade e do primarismo nos escalões superiores de governo. Essas consequências, no seu entender, é que provocam os problemas e a instabilidade política e econômica. Julga que, enquanto não se definirem os rumos do Brasil, teremos que viver indecisos, preocupados e sem saber o poderá ser feito (SNI, 2012).

Havia críticas mais pesadas e menos sutis que foram registradas pelo SNI. Com pormenores de conversa privada entre duas pessoas em um escritório, o registro do serviço não dá detalhes de como foram obtidas as informações.

Comentários do jornalista Manoel do Nascimento Brito, emitidos em 10 de setembro de 1976, por ocasião da visita do seu amigo Armando Dante, em seu escritório no Rio de Janeiro. Disse que é gigantesco o ataque de burrice no país; que o governo está cheio de idiotas e quando se diz isso, acham que se está fazendo subversão; citou várias autoridades como exemplos de idiotas e finalizou dizendo que não está compactuando com esse país de idiotas (SNI, 2012).

Este acompanhamento de opiniões e comportamentos de Nascimento Brito repete-se com frequência nos arquivos do SNI. Em março de 1969, durante reunião da Associação Interamericana de Imprensa, em Acapulco (México), o então vice-presidente do **Jornal do Brasil** afirmou que não havia liberdade de imprensa no Brasil. Em sua volta, foi aberto inquérito para investigar suas declarações. Mas registro do SNI mostra que o inquérito foi avocado pelo ministro do Exército e, em seguida, arquivado.

No entanto, o que mais definia as relações do **JB** com o governo era a parte econômica. Os agentes do SNI produziram diversos relatórios sobre a situação financeira do jornal e suas tentativas de aliviar-se com a ajuda dos cofres públicos, como cita um relatório de 8 de outubro de 1987.

Consta que, em 1984, o **JB** teria contraído uma dívida que deveria ser saldada no período entre 1987 e 1991. Posteriormente a empresa teria solicitado reescalamento da dívida e proposto amortização de 25% do saldo devedor de janeiro de 87 mediante carta de crédito ao Banco do Brasil para utilização em publicidade no sistema JB. Em 1985, citado jornal indicou um prejuízo de aproximadamente 4,79 bilhões de cruzeiros (*R\$ 4 milhões, se atualizados hoje*) e, em 1986, um lucro de 5,6 bilhões de cruzeiros (*R\$ 5 milhões*). Segundo consta no balancete de novembro de 1986, o **JB** admitiu elastecer em um ano o prazo de carência do pagamento do citado ajuste. Em março de 1987, o Banco do Brasil teria concedido crédito de 118 milhões de cruzados (*R\$ 36 milhões*), sob a modalidade de abertura de crédito, com garantia de caução de nota promissória do **JB** e, em seguida, teria pedido um financiamento de longo prazo (SNI, 2012).

Alguns meses depois, outro relatório do SNI, de 20 abril de 1989, indica a situação econômica do jornal.

A análise das demonstrações financeiras revela que a situação global da empresa é deficiente, tendo piorado no período examinado; a estrutura de capitais é deficiente, com elevado grau de endividamento e grau de imobilização do patrimônio líquido. Foi observada instabilidade na estrutura de capitais, com tendência a piorar a situação financeira e os resultados (SNI, 2012).

São apenas exemplos de como a dificuldade financeira do jornal deixava-o dependente do dinheiro público e de consequentes negociações com os donos do poder, obrigando a concessões de outra ordem que não as jornalísticas. A situação se torna cada vez mais claudicante até 2001, quando o **Jornal do Brasil** abre negociação com o empresário Nelson Tanure. Oito décadas depois, deixaria de ser uma empresa familiar e passaria a integrar um grupo com interesses em áreas múltiplas como o setor naval e a telefonia.

4 A FUNÇÃO PÚBLICA DO EDITOR

Em 1828, um parlamentar britânico (McCulay) apontou a imprensa como o "Quarto Poder". Ainda influenciado pelos acontecimentos de 1789, fazia referência aos três poderes relacionados pela Revolução Francesa: o clero, a nobreza e o terceiro poder que englobava os burgueses e o povo (TRAQUINA, 2012, p. 46). Na democracia moderna, o princípio de "poder controla poder" lançou a ideia de independência e contraposição balanceada de três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Assim a imprensa seria o quarto poder que emergia para contrabalançar os demais poderes, mantendo-se independente deles.

O jornalismo como quarto poder se constitui em simbiose com a democracia, a partir do século XIX. Tinha como papel vigiar o poder político e proteger os cidadãos de eventuais abusos dos governantes, além de fornecer as informações necessárias para os cidadãos exercerem suas responsabilidades cívicas. Na visão de Traquina, é o momento em que se torna central o conceito de serviço público como parte da identidade jornalística.

A comercialização da imprensa torna o jornalismo mais independente dos laços políticos e transforma a atividade também numa indústria onde um novo produto _ as notícias como informação _ é vendido com o objetivo de conseguir lucros. A nova ideologia pregava que os jornais deveriam servir os leitores, e não os políticos, pregava que trazem informação útil e interessante aos cidadãos, em vez de argumentos tendenciosos em nome de interesses partidários, pregava fatos e não opiniões (TRAQUINA, 2012, p. 50).

A visão da mídia como Quarto Poder rompeu o século 21 já ultrapassada, como analisou Octavio Ianni (2000). Em tudo o que se refere à política, a mídia domina, em desafio aos poderes clássicos do Legislativo, do Executivo e do Judiciário. Também não escapam desse abarcamento os partidos políticos, os movimentos sociais, os sindicatos, a opinião pública. O "príncipe eletrônico" simplesmente "subordina, recria, absorve ou ultrapassa os outros".

O príncipe eletrônico, no entanto, não é nem *condottiere* nem partido político, mas realiza e ultrapassa os descortinos e as atividades dessas duas figuras clássicas da política. O príncipe eletrônico é uma entidade nebulosa e ativa, presente e invisível, predominante e ubíqua, permeando continuamente todos os níveis da sociedade, em âmbito local, nacional, regional e mundial. É o intelectual coletivo e orgânico das estruturas e blocos de poder presentes, predominantes e atuantes em escala nacional,

regional e mundial, sempre em conformidade com os diferentes contextos socioculturais e político-econômicos desenhados no novo mapa do mundo (IANNI, 2000, p. 144).

Na visão de Ianni, a grande corporação de mídia transforma mercadoria em ideologia, mercado em democracia, consumo em cidadania. Combina a produção e a reprodução cultural com a produção e a reprodução do capital, operando na formação de mentes e corações em escala global.

Em diferentes gradações, conforme as peculiaridades institucionais e culturais da política em cada sociedade, o príncipe eletrônico influencia, subordina, transforma ou mesmo apaga partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais, correntes de opinião, Legislativo, Executivo e Judiciário. Permanente e ativo, situado e ubíquo, visível e invisível, predomina em todas as esferas da política, adquirindo diferentes figuras e figurações, segundo a pompa e a circunstância (IANNI, 2000, p.161).

“O Príncipe”, de Maquiavel, foi a obra inaugural do pensamento político moderno. Escrita no século XVI é a mais notável e duradoura influência neste ramo do pensamento. Coube a Gramsci fazer sua primeira atualização ao apontar a existência do “moderno príncipe”. Em vez de um condutor ou líder, como os monarcas quinhentistas, aparece o partido político como intérprete e condutor de indivíduos e coletividades.

No dizer de Octavio Ianni, os “príncipes” de Maquiavel e Gramsci envelheceram, exigem outras configurações ou simplesmente se tornaram anacrônicos. A contemporaneidade é a era do “príncipe eletrônico”.

Na época da globalização, alteram-se quantitativa e qualitativamente as formas de sociabilidade e os jogos das forças sociais, no âmbito de uma configuração histórico-social da vida, trabalho e cultura na qual as sociedades civis nacionais se revelam províncias da sociedade civil mundial em formação. Nessa época, as tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas impregnam crescente e generalizadamente todas as esferas da sociedade nacional e mundial; e de modo particularmente acentuado as estruturas de poder, as tecnoestruturas, os “think-tanks”, os lobbies, as organizações multilaterais e as corporações transnacionais, sem esquecer as corporações da mídia. Esse pode ser o clima em que se forma, impõe e sobrepõe *O príncipe eletrônico*, sem o qual seria difícil compreender a teoria e a prática da política a na época da globalização (IANNI, 2000, p.141).

4.1 A AGENDA E O EDITOR

Coube ao pesquisador e jornalista americano Walter Lippmann (1922) uma das primeiras referências ao poder do jornalismo, ao defini-lo como a principal ligação entre os acontecimentos do mundo e as imagens que as pessoas têm na cabeça a respeito desses acontecimentos. Como escreveu Nelson Traquina (2013), foi uma antecipação da teoria do agendamento, introduzida em um artigo de 1972 por Maxwell McCombs e Donald Shaw, publicado na revista acadêmica "Public Opinion Quarterly". A teoria originalmente postulava que a mídia não pode dizer às pessoas sobre como pensar os assuntos, mas é bem-sucedida ao dizer às pessoas no que pensar. Os autores atribuíam esse assertiva a Bernard Cohen em 1963 e propunham-se ir além. Afirmavam que a mídia marcava e enquadrava a agenda de temas públicos, sugerindo não só no que pensar, mas como pensar nisso e, conseqüentemente, o que pensar (p.16).

A teoria do agendamento sublinha uma forte mudança no paradigma dominante da teoria dos efeitos da mídia e significa uma redescoberta do poder do jornalismo não só para selecionar os acontecimentos ou temas que são noticiáveis, mas também para enquadrar estes acontecimentos e/ou temas, analisa Traquina (p.16).

Muniz Sodré, no entanto, vê como insuficiente a hipótese da chamada "agenda setting" (2006). De acordo com ele, a agenda existe como função, mas não isolada, à maneira de um instrumento à parte do sujeito. O agendamento só funcionaria por força de prescrições de natureza moral, potencializadas pela tecnologia e pelo mercado, em razão da profunda afetação da vida pela tecnocultura.

A sociedade contemporânea, afirma Sodré, rege-se pela midiatização, pela tendência à virtualização das relações humanas, com mediações a reboque de organizações empresariais. Lista três gêneros de existência (bios) distinguidos por Aristóteles _ vida contemplativa, vida política e vida prazerosa _ para propor um quarto, o bios midiático, onde predomina a esfera dos negócios, com uma qualificação cultural própria, a tecnocultura (p. 25). Com as mudanças profundas nas formas clássicas de sociabilização e participação social, está chegando ao fim a coincidência entre as dimensões do espaço público e do espaço político (a centralidade da política no espaço público), conclui Sodré (p. 39).

É neste cenário que se altera o papel do editor de jornal. Antes, havia preceitos aos quais se apegar, voltados ao que se chamou a dimensão pública da identidade do jornal. A operação capitalista moderna da imprensa modificou-o. Mas o que restará ao editor de jornal em meio a transformações tecnológicas em que a fetichização do mercado soterra o que é público e político?

Durante os últimos anos, a incerteza é o componente mais presente nas estratégias dos editores de jornais. No mundo inteiro, foi acompanhada da crise econômica que atinge diretamente as planilhas de negócio das empresas jornalísticas. No Brasil, com o crescimento da renda média mensal na base da pirâmide econômica, conforme os dados do IBGE, a crise de venda dos jornais foi amenizada pela expansão da base de consumidores das chamadas classes C-D.

As mudanças no sistema de mídia, em especial depois da massificação da internet, tornada um espaço de circulação massiva, afetaram a configuração dos meios de comunicação tradicionais e fizeram surgir dúvidas sobre os caminhos futuros. Na avaliação de especialistas como o espanhol Bernardo Díaz Nosty, os gestores têm respondido tarde e mal às oportunidades abertas por uma tecnologia com maior capacidade de comunicação (MEYER, 2010). A transição do suporte papel para o meio digital ainda é feita de forma precária e sob a ótica do velho modelo de negócio. Em geral, busca-se manter soluções que, no passado, foram fontes abundantes em benefícios, sendo estas soluções apoiadas agora em ferramentas de comunicação mais capazes, no entanto de resposta econômica menor.

A estratégia industrial que não renuncia as fontes tradicionais de recursos e, ao mesmo tempo, busca abrir novos mercados digitais, está sujeita a contradições e instabilidades naturais do percurso. Se as empresas se mantêm no suporte papel, expressam-se para um público limitado para seus processos de produção complexos e de alto custo. Um suporte para o qual se prevê redução contínua de demanda.

Na Internet, a crescente migração de leitores, originalmente vindos do suporte de papel, e a nova geração digital não têm correspondência com a migração de recursos empresariais e publicitários do novo meio. Os recursos da publicidade, em meio digital, não parecem estar vinculados com grande força a empresas jornalísticas. Talvez porque tenha se espalhado a cultura da obtenção de informação gratuita, em meio a um cenário de atomização provocada pelo especialização

jornalística permitida pela rede e a indecisão dos editores em escolher e desenvolver um modelo novo de jornalismo.

A Internet é uma ferramenta da infraestrutura da globalização, na qual tempo e espaço adquirem dimensões que não têm correspondentes na física convencional, afirma Bernardo Díaz. A ruptura das fronteiras territoriais em que se baseavam os conteúdos e a distribuição dos jornais, a capilaridade das redes e a progressiva ruptura das barreiras linguísticas são catalizadores de uma nova geografia de interação social e consumo, enumera (MEYER, 2010).

Google, Amazon, Wikipedia, You Tube, Twitter, Facebook, entre outras tantas expressões naturais da rede global, ocuparam grandes espaços em muito pouco tempo, enquanto os grandes grupos de mídia perdiam oportunidade de inserção nos novos suportes, ou tratavam de manter em vigência cânones que ajudaram a erguer suas fortalezas no passado.

A demora das empresas jornalísticas em liderar novos processos e a ausência de regulação pública contribuiu para acelerar a distância entre a nova geração digital globalizada e a indústria que cresceu em torno da invenção de Gutemberg no século XVI.

Sem considerar aqui outras questões fundamentais, relativas à pluralidade e à liberdade de expressão, Bernardo Díaz propõe reflexão sobre o contraste entre as soluções que emergem da rede _ poucas opções, públicos globais _ e os mais de 6.000 jornais editados diariamente no mundo, alimentados por mais de 300.000 jornalistas (MEYER, 2010).

Quando os pilares de fundação da sociedade de informação prometiam melhores recursos para os meios de comunicação, a realidade nos leva à descoberta que estes aumentam sua orientação para o mundo dos espetáculos em busca de audiência ou debilitam suas estruturas redacionais em nome de redução de custos. Desaparecem seções e cortam-se os correspondentes no exterior. A aparente abundância resume-se na redundância dos enunciados mais simples, ao mesmo tempo em que caem as interpretações e análises em profundidade. O resgate do jornalismo, como instituição da cultura democrática, está na base de uma estratégia social e política que nem sempre corresponde ao determinismo dos negócios. E muito menos com a permanência de minifúndios mercantis, que pouco ou nada têm com sustentar o negócio (*idem*)

4.2 O INTERMEDIADOR DE INTERESSES

Habermas já havia apontado que a reestruturação da esfera pública podia ser apreendida na história da evolução da imprensa. Dizia que, antes da publicitização dos jornais, os antigos editores asseguravam à imprensa a base comercial, sem, no entanto, comercializá-la enquanto tal. "(...) A imprensa, que até então fora instituição de pessoas privadas enquanto público, torna-se instituição de determinados membros do público enquanto pessoas privadas _ou seja, pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública", escreveu (HABERMAS, 2003, p.217-218).

Habermas narra que a introdução de anúncios nos jornais no começo do século 19 permite a redução do preço, atingimento de maior base de público e o consequente aumento de mais espaços para anúncios. Os jornais assim deixavam de ser bandeiras de polemistas para tornarem-se um negócio. É um empreendimento que produz espaço para anúncios como uma mercadoria, que se torna vendável por meio de parte reservada à redação. De acordo com ele, a história dos grandes jornais na segunda metade do século 19 demonstra que a própria imprensa se "torna manipulável à medida que ela se comercializa (HABERMAS, 2003, pág. 217)". O exercício do jornalismo crítico tem de lutar por seu espaço em meio à divulgação jornalística com fins manipulativos, sejam comerciais ou políticos.

A fase de estabelecimento de uma moderna imprensa comercial modelou os jornais como empresas de economia privada destinada a gerar lucros. A seleção do material se torna mais importante do que o artigo de fundo; a elaboração e a avaliação das notícias, sua revisão e preparação se tornam prioritárias.

As mudanças estruturais na imprensa seguem as tendências gerais à concentração e centralização, que atingem outros setores econômicos. Habermas afirma que a esfera pública foi tomada pela esfera do mercado, usando a imprensa como meio para tal.

Cada transformação no processo de produção e distribuição da notícia lhe permitiu atrair mais leitores, acrescentando novas abordagens de conteúdo. São relativamente recentes a criação e dimensão do espaço dado aos esportes e às páginas destinadas às mulheres, comércio, turismo e cultura. Os jornais cresceram para captar novas audiências e refletir suas necessidades e interesses. Mas essas

inovações não foram capazes de impedir uma sensação de deficiência sobre a essência do jornal. As deficiências dos jornais do século XIX abriram caminho para o grande volume de revistas que surgiu no século XX. A Internet e sua profusão de informação é, em certo sentido, o culminar de um processo por meio do qual micro audiências podem explorar e aprofundar seus interesses particulares. O problema do jornalismo no novo século é como adaptar-se a atender a todas as demandas de um público cada vez mais diversificado.

Os fatos permanecem fatos, mas a Internet instituiu a possibilidade do conflito de difusão. Na era dos blogs, a linha que divide notícias e divulgação comercial de assessorias não é clara. O jornalismo enfrenta uma crise. Como reflexo da esfera pública, se o jornalismo tem problemas, o sistema democrático corre riscos.

O professor norte-americano Philip Meyer (REVISTA INFOMÉRICA, 2012), citou o Nobel Herbert Simon, que expressou economicamente a crise por qual passamos. A informação, disse Simon em 1971, consome a atenção de quem a recebe. Então, quando a informação é muita, a atenção é escassa. Paul Lazarsfeld havia categorizado, na década de 40, a chamada disfunção narcotizante. Quando o público recebe mais informação do que pode processar, corre o risco de tornar-se apático.

Há algumas décadas, o diretor-proprietário do jornal era o dono da empresa e o jornalista responsável por seu conteúdo editorial. Na atualidade, o elevado volume de recursos necessários para o empreendimento jornalístico colocou o empresário como líder do processo. Lançou-se então a questão: por trás de um bom jornal está uma grande empresa ou um bom jornal permite a constituição de uma grande empresa?

Na avaliação de Alberto Dines (2009), a imprensa só pode existir no regime de livre-iniciativa, seja ele puramente capitalista, seja socialista-democrático. A detenção dos órgãos de comunicação pelo poder político os invalidaria, porque devem agir como neutralizadores desse poder.

É essencial, portanto, à sobrevivência da imprensa que ela permaneça em mãos particulares. No entanto, é preciso também que essas mãos estejam compromissadas com uma escala de valores distinta das demais corporações da sociedade capitalista. Sendo propriedade privada, o jornal tem obrigação de ser eclético, abrigando várias correntes e tendências do pensamento. (...) Uma fábrica de biscoitos tem compromissos éticos e responsabilidades no tocante aos ingredientes e à higiene; além disso, o produto não sofre nenhuma outra injeção de ordem moral. Já a empresa

que fabrica um jornal só tem compromissos subjetivos, porque a natureza do produto é cultural, sua atuação situa-se no terreno institucional. O processo de ler, coletar e manusear informações é puramente intelectual; assim, os valores que regem sua linha de montagem são diversos daqueles aplicados na fabricação de biscoitos (DINES, 2009, p.127).

Quem dirige um jornal tem compromissos com a esfera pública. Ao defender e reclamar liberdade de imprensa, compromete-se a criá-la em seu próprio veículo. As grandes empresas norte-americanas contribuíram com uma solução de mercado, ao criar direções jornalísticas profissionalizadas, separando quem cuida do negócio de quem cuida da parte editorial. São cargos batizados com nomes que variam em torno do termo editor-chefe. Este é o jornalista responsável por levar à diretoria _ especialmente aquelas constituídas de não-jornalistas_ o aporte profissional para gerir as questões editoriais. Faz também o percurso contrário, levando à redação as orientações, concepções e normas da direção da empresa.

A criação do cargo foi importante não apenas no relacionamento vertical, mas também no horizontal. A homogeneização e a universalização de um jornal são resultado direto do consenso, do equilíbrio de funções dentro de uma equipe. O sistema de editores, catalisado e ativado por um editor-chefe, parece ser a melhor forma de organizar uma redação. Talvez só na indústria cinematográfica haja função equivalente à do editor-chefe: a do produtor, mobilizando e engrenando os talentos para a realização de determinado objetivo cultural (DINES, 2009, p.129).

Cabe ao editor-chefe garantir aos proprietários da empresa e a seus comandados que os critérios de julgamento e decisão serão sempre compatíveis e pertinentes com o jornalismo e seu compromisso com a esfera pública. Mas é certo que o profissional de imprensa atualizado deve capacitar-se para as necessidades econômicas, organizacionais e administrativas que envolvem o desempenho de sua atividade. Não existe espaço para aqueles que, sob o falso argumento da idealização e romantismo da profissão, não se comprometem com horários, orçamentos, custos, normas administrativas.

Na argumentação lúcida de Alberto Dines, a pendência empresa versus imprensa não existe. A empresa deve servir de base à instituição pública que é a atuação jornalística. Quanto mais benfeita, mais independente e influente, uma melhor servirá a outra.

4.3 O RESGATE DA MEMÓRIA

Para entender o por acontecer, interessa-nos o resgate histórico do discurso e da memória. Como escreveu Agnes Heller, "o amanhã confere sentido ao hoje e ao ontem; os tempos por vir é que dão sentido ao 'agora' e aos tempos passados. Um forte agarramento ao presente impede sua transformação em futuro" (1993, p. 91). Assim como uma desconexão completa com o passado limita o entendimento do ponto em que se está e aonde se chegará.

Paul Ricoeur afirmou que o bom uso das feridas da memória começa pelo exercício do trabalho da memória (2005). O primeiro obstáculo a combater é o esquecimento. Não o esquecimento inexorável devido ao apagamento lento e dissimulado dos traços do passado; mas o esquecimento ativo que consiste na arte de iludir a evocação das recordações penosas ou vergonhosas, numa vontade fingida de não querer saber.

Andreas Huyssen (2000) apontou que a memória é apenas outra forma de esquecimento, e o esquecimento é uma forma de memória escondida. Toda memória inevitavelmente depende de distanciamento e esquecimento, justo as duas coisas que vêm minar a sua pretensão de estabilidade e credibilidade. Ambas são, ao mesmo tempo, essenciais para a vitalidade da memória (p. 68). A vontade tem um impacto inevitável sobre o que e como rememoramos o passado. De acordo com Huyssen, este sempre estará inscrito no presente, da nutrição dos desejos inconscientes até a orientação das ações mais conscientes (pág. 69). Lembra ainda que não é possível falar de memória pessoal, geracional ou pública sem considerar a enorme influência das novas tecnologias de mídia como veículos para todas as formas de memória.

Não é possível falar de memória sem as novas tecnologias nem sem falar de história. A memória é uma operação do presente. Lida com o passado como matéria-prima. Dessa forma, o tempo da memória é o presente. A memória é polissêmica, polifônica e multifacetada (HUYSSSEN, 2000). São todos fragmentos de uma época, que refletem uma escrita da memória e que pertencem a um tempo que não é mais o nosso, a um passado que é um país estrangeiro, como assinala David Lowenthal (1998). É a incerteza sobre o passado que leva a crer que tudo ocorreu

conforme documentado, mas esse passado nunca pode ser tão conhecido como o presente.

Para Lowenthal, as ações dos homens conservam resquícios de tempos pretéritos. A tradição é algo que está impregnado nas células do corpo. Em boa parte do tempo presente se está em contato com algum momento passado. Assim compreendemos o valor e o sentido da memória na vida de cada indivíduo e da sociedade. As lembranças podem sustentar o sentido de identidade, porque são recordações compartilhadas e continuamente complementadas pelas experiências de outros indivíduos na coletividade.

A narrativa histórica não é um retrato do que aconteceu, mas apenas uma das possíveis histórias sobre o que de fato ocorreu. É preciso estar atento para que uma perspectiva do presente não esteja propensa a desvirtuar ou esvaziar o passado. A imprensa e a expansão da escrita foram fatores determinantes na fixação de um ordem temporal na história. Lowenthal assinala que, nas sociedades letradas, os textos impressos são amplamente difundidos, mas grande parte do conhecimento do passado ficou fragmentada e restrita a pequeno grupo de especialistas. A possibilidade de um passado consensualmente compartilhado, mas superficial, foi apresentada pela mídia, avalia.

Lembranças não são reflexões prontas do passado, mas reconstruções ecléticas, seletivas, baseadas em ações e percepções posteriores e em códigos que são constantemente alterados, através dos quais delineamos, simbolizamos e classificamos o mundo à nossa volta. (LOWENTHAL, 1998, p. 103)

Ou, na visão de especialista recentemente falecido, a história é uma forma poderosa de memória e que pode servir ao poder (LE GOFF, 2003). Sem memória, sem a leitura dos restos do passado, não pode haver o reconhecimento da diferença, nem a tolerância das ricas complexidades e instabilidades de identidades pessoais e culturais, políticas e nacionais. A narrativa biográfica que indivíduo ou grupo faz de si mesmo é construída a partir de uma seleção de informações entre tantos dados que fizeram parte do real vivido.

Como citou Fernanda Lima Lopes (2013), a memória recolhe fragmentos do passado (LOWENTHAL, 1998) e conserva informações que passam por um processo de organização e reconstituição (LE GOFF, 2003). A autonarrativa e, por consequência, a identidade são apoiadas por estas informações e pelo uso que o grupo ou indivíduos fazem dessa informação (p.26). Quando os jornalistas falam de

si mesmos, é porque querem ser ouvidos. Ao construírem seus discursos e partilhá-los no espaço social, eles constroem sua memória, assumem um lugar de fala e mobilizam uma série de representações. Com isso, negociam poder e autoridade, silenciando vozes, ampliando outras, promovendo esquecimentos, ressaltando lembranças, enfim, procurando identificar-se tanto para si mesmos quanto para os outros que os rodeiam (LOPES, 2013).

Gerard Namer explica que a vida cotidiana no indivíduo e sua memória estão profundamente ligadas à profissão que esse ocupa. A esfera do trabalho e da produção técnica é local de construção daquilo que o autor denomina “memória funcional”, da qual é sedimentada a partir de uma prática funcional. Observa-se aí portanto a organização coletiva em torno das funções desempenhadas por um grupo profissional (Namer, 1987). Assim, pode-se dizer que os papéis desempenhados pelos jornalistas por meio de suas atividades fornecem elementos para sua autodefinição. Mas vale lembrar: identidades são mais do que papéis. Enquanto as primeiras organizam significados, os segundos organizam funções (Castells, 2012). A identidade do jornalista não pode ser vista restritamente como resultado de uma prática. Sendo “construção de significado”, identidade considera os fazeres, mas também engloba os valores, as crenças, os mitos, os saberes, as representações sociais, a história, a memória, as relações de poder, além de outros elementos que são fonte de ligações para os indivíduos que compõem um grupo. (LOPES, 2013, p.29-30)

Norteados por esses princípios, buscamos ouvir, investigar e contextualizar os papéis e as identidades de cinco editores do **Jornal do Brasil** em cinco fases distintas, no tempo e no espaço público. Suas histórias, ideias, relatos e opiniões compõem um painel histórico. Alimentam a mítica do editor de jornal, como eles próprios fizeram para alimentar a mítica de um jornal específico, o **JB**. Se nem tudo pode ser claro e inequívoco em seus relatos, suas carreiras consolidam um polo magnético jornalístico, um ponto de orientação e referência, não importando se estamos indo a seu encontro ou na direção contrária. Desde que saibamos aonde estamos indo.

4.4 O QUE FAZ O EDITOR

O editor-chefe de um jornal é a sua mais alta hierarquia e liderança. Seu papel está em indicar (direta ou indiretamente) não só as prioridades noticiosas do dia, mas também como abordá-las, investigá-las e estabelecê-las em ordem de importância. Por meio da equipe que monta e lidera, é responsável pelo perfil

jornalístico do órgão que dirige. Um editor de notícias ativo, inteligente e criativo é o que põe tensão na cobertura das notícias, define suas perspectivas e é responsável pelo equilíbrio, veracidade e objetividade das informações publicadas.

É o topo da cadeia de comando, responsável por um fluxo constante e contínuo de notícias atualizadas e publicadas o mais cedo possível, em especial na era da Internet. Embora a maioria das notícias possa ter origem é um processo quase mecânico da rotina diária, cabe ao editor liderar a busca da informação exclusiva, relevante e importante. Deve manter um olhar atento sobre a rotina de apuração de notícias triviais, bem como criar e estimular a criação de temas e abordagens imaginativas.

Um editor competente equilibra o conteúdo do jornal, por meio de decisões que levam à exclusão ou inclusão de temas. A seleção das melhores narrativas de fatos do dia tem de ser aprimorada com enfoques exclusivos produzidos por sua equipe.

O número de reportagens produzidas em um jornal é, em geral, duas ou três vezes maior do que é possível publicar no dia seguinte. Daí a importância da cadeia de seleção de notícias, capitaneada pelo editor-chefe, e que será fundamental para a definição do estilo do jornal. O editor vive o desafio diário de usar seu critério e imaginação para atender ao público-leitor. Deve selecionar as histórias que têm valor real para seus leitores. A partir das prioridades que estabelece, a primeira página irá refletir o dia anterior sob os critérios jornalísticos da equipe. A primeira página é um alerta diário do jornal a seus leitores, uma carta de intenção sobre uma forma de ver o mundo.

Há alguns fatos fundamentais que nenhum jornal deixar de registrar. São importantes por si e têm que ser incluídos. Há outros exclusivos que um editor pode deslindar, estimular, criando um novo flanco para o leitor, fazendo com que se diferencie dos concorrentes.

E se a hierarquia da primeira página fosse selecionada pelos leitores dos jornais em vez de seus editores? Um sítio na Internet chamado NewsWhip acompanha minuto a minuto as notícias que as pessoas estão escolhendo para compartilhar em redes sociais. Em geral, são histórias diferentes daquelas que editores colocam nas primeiras páginas dos grandes jornais.

Um editor competente faz um criterioso acompanhamento de um parágrafo aparentemente promissor ou problemático. Às vezes pede mais investigação antes

de determinar que a narrativa esteja finalizada e a forma considerada perfeita. O editor quer buscar a diferenciação do jornal por meio de reportagens exclusivas. Além de estabelecer padrões de qualidade e exigência para temas tidos como de menor valor de notícia. É o responsável pela análise final das notícias importantes levantadas por diferentes repórteres, correspondentes e colunistas.

A pressa e as exigências industriais da rotina diária afetam a capacidade de organização e rapidez das decisões do editor. O tempo exíguo não pode ser culpado por eventual falta de precisão. Por isso, há qualidades essenciais para o editor. Deve ser paciente e ao mesmo tempo cobrador com sua equipe. Deve ter grande interesse em notícias de todos os tipos. Sua formação profissional e educacional deve destacar-se, assim como quantidade de conhecimento e contatos nos meios políticos, econômicos e culturais. Deve tentar manter-se informado sobre os temas mais importantes na sua região e no mundo. A leitura de jornais e revistas é uma obrigação diária. Não tem um horário de trabalho normal, porque deve estar sempre à disposição da notícia e de seus comandados.

Em geral, a rotina de trabalho do editor começa cedo, ao examinar, comparar e criticar o próprio jornal, os concorrentes e os de outros estados e países. Seus assistentes terão a responsabilidade de listar onde o jornal foi bem, onde foi mal. Investigará as razões por que o jornal foi mal, para se certificar de que a falha nos métodos de captação de notícias foi conjuntural. Do contrário, deve promover mudanças.

Tendo lidado com o passado, deve imediatamente preocupar-se com o futuro e lançar seu plano de ação para as próximas edições. Provavelmente sua primeira tarefa será a de decidir se há alguma coisa em qualquer um dos textos publicados que precisa ter continuidade, acompanhamento, desdobramento. Deve estimular investimentos em temas que podem não produzir resultados imediatos, mas que têm potencial para serem artigos de primeira página dias, semanas ou meses depois. Não deve desperdiçar tempo e pessoal com banalidades, porque pode ser surpreendido pelas exigências postas pelas grandes notícias. Em suma, um grande editor molda um bom jornal.

No dia 5 de março de 2014, o site NewsWhip comparou as primeiras páginas dos principais jornais em vários países e reuniu as reportagens de cada edição que mais foram compartilhadas nas redes sociais, demonstrando o grau de interesse de seus leitores. Só para citar um caso, a primeira página do **New York Times** trazia

como manchete a tensão entre Estados Unidos e Rússia em razão da possibilidade de invasão russa na Ucrânia. Destacava ainda a volta de exilados cubanos em Miami a seu país de origem para fazer negócios. Mas para os leitores as notícias mais interessantes se referiam a um vídeo que se tornou recordista em compartilhamento na Internet e chamou atenção para uma escola no Brooklyn, a discussão sobre uma nova ciclovias e a morte de um médico autor de best-seller sobre como viver melhor. Ou seja, os leitores não escolhem prioridades como editores. Mas os editores têm como critério dimensões político-social-históricas que se colocam à frente até do desejo dos leitores.

Um exemplo de editor mítico é o norte-americano William Shawn (1907-1992), que comandou a revista semanal **The New Yorker** por 35 anos. Em obituário, **The New York Times** (1992) definiu-o como melhor editor de seu tempo, "capaz de medir a distância da queda da sociedade em desgraça". Citava que, sob Shawn, estilos literários e de reportagens da revista exerceram poderosa influência sobre repórteres e escritores de todo o mundo. Um exemplo foi a publicação em 1965, por Truman Capote, de "A Sangue Frio", que foi editada como reportagem de **The New Yorker** e é tida como uma das peças fundadoras do "Novo Jornalismo". Foi dele a ideia de dedicar a edição integral da **New Yorker** para "Hiroshima", gigantesca reportagem de 31.347 palavras de John Hersey sobre a bomba atômica lançada naquela cidade e sobre o sofrimento que causou a seus habitantes (WILLIAM, 1992).

Outra decisão editorial de Shawn foi enviar a filósofa Hannah Arendt para cobrir, em 1961, o julgamento de Adolf Eichmann em Jerusalém. Nesta reportagem, Arendt cunhou a análise que lhe seria por sempre associada, a da banalidade do mal. Arendt lembrou ao **NYT** conversa com Shawn sobre um futuro tema a escrever, tido por demais áspero. Quando ela, desanimada, parecia prestes a desistir de abordá-lo por suposta falta de interesse dos leitores, ouviu dele que o tema poderia não interessar para os leitores, mas com certeza um texto a respeito os faria melhores. Mas Shawn não passou ileso da crítica. Em 1965, o ensaísta Tom Wolfe definiu **The New Yorker** como "a revista da mulher suburbana de maior sucesso no país".

Em um poucos textos que escreveu para a revista que editou, assim definiu notícia:

A informação nova reside escondida em algum lugar até que seja identificada, trabalhada e relatada por um ou outro tipo de repórter. E cada repórter sai em cada missão mais ou menos no escuro. No início, há pouco para usar além do instinto; mas, ao final, com fragmento após fragmento sendo reunido, a informação se materializa e um pouco de luz, com sorte, é direcionado a ela" (WILLIAM, 1992).

4.5 A FROTA DE ESTILISTAS

O **Jornal do Brasil** teve como uma de suas marcas míticas a qualidade de texto. Lá se usou com abundância e rigor, a partir da experiência norte-americana, um grupo específico para dedicar-se exclusivamente à forma do texto jornalístico, o chamado *copydesk*. Era algo celebrado, como fez o jornal em artigo de caderno especial intitulado: "*Copydesk: onde a notícia ganha forma definitiva*":

Antes de ser enviado às oficinas de composição, todo o material colhido pelos repórteres do Rio, das sucursais e pelos correspondentes passa pelo *copydesk*, um grupo de redatores que tem a função de conferir dados, coordenar assuntos afins, tornar concisas e dar uma sequência de importância às informações. O trabalho do *copydesk*, em todas as editorias, é que dá uniformidade ao texto do JB, mantém a hierarquia da informação, observa as normas e padrões de grafia e de redação e padroniza os títulos dentro de um mesmo estilo (JB, 15.ago.1973, p.14).

A obsessão com a qualidade do texto e o trabalho meticuloso de quem sentava na bancada dos *copydesques* causavam impacto até em quem cultivava a obsessão como marca, como Nelson Rodrigues.

Assim como a expedição do **Jornal do Brasil** tem uma frota de caminhões, sua redação tem outra frota de estilistas. Há sempre um Flaubert que redige ou faz o *copydesk* de sua primeira página. Imaginemos um atropelamento de cachorro. Pois um Proust o descreveria. Ou por outra: a hipótese mencionada é a única que não cabe no **Jornal do Brasil**. Por ordem do dr. Brito, acabou a seção de polícia. Nas suas páginas, nem homem, nem cachorro são atropelados (1993, p.214).

Na história da imprensa brasileira, em geral coloca-se na revista **Realidade** a marca de iniciadora por aqui do uso de instrumentos do que se convencionou rotular como Novo Jornalismo (COSTA, 2005). Há quem use denominações como Jornalismo Literário ou Jornalismo Narrativo, que já se demonstraram incompletas e/ou equivocadas, segundo estudos diversos. Os primórdios do Novo Jornalismo, com o uso de técnicas literários no jornalismo brasileiro, como apontou Cristiane

Costa, podem ser encontrados na cobertura de Euclides da Cunha para a Guerra de Canudos em 1897, na cobertura por Oswald de Andrade de uma viagem do presidente Afonso Penna em 1909 e na produção de Joel Silveira na década de 40.

Mas a introdução sistemática no país do Novo Jornalismo é atribuída à revista da Editora Abril lançada em 1966, como afirma Letícia Nunes de Moraes.

Realidade foi inovadora não só pela escolha dos temas. A forma como estes eram apresentados também fez de **Realidade** a experiência jornalística sem precedentes tal como é lembrada até hoje. Fez sucesso como um jornalismo baseado na reportagem e no estilo de texto, que os estudiosos da revista alinhados com Edvaldo Pereira Lima, como José Salvador Faro e Adalberto Leister Filho, acreditam revelar uma influência direta do new journalism norte-americano; um tipo de jornalismo contemporâneo à revista, iniciado nos Estados Unidos pelo jornalista Tom Wolfe, que aproximava literatura e jornalismo ao empregar recursos literários para narrar eventos jornalísticos ou, simplesmente, não ficcionais (MORAES, 2007. p.55).

Opto também pela forma Novo Jornalismo para descrever, a falta de conceito melhor, a utilização de recursos de observação e redação originários ou inspirados pela literatura. Esse Novo Jornalismo caracteriza-se pela imersão do repórter na realidade, voz autoral no texto, estilo, precisão de dados e informações, uso de símbolos, inclusive metáforas, digressão e humanização (SODRÉ, 2009).

A expressão Novo Jornalismo foi criada por Tom Wolfe ao capitanear a edição de livro com antologia de perfis e ensaios de escritores como Gay Talese, Hunter Thompson, Joan Didion, Norman Mailer, além dele próprio (WEINGARTEN, 2005). Na introdução da antologia "The New Journalism" (1973), a expressão significava uma declaração de independência de todas formas de jornalismo praticadas até então. Os textos que a integravam haviam sido produzidos a partir de 1962, mas os críticos atacaram Wolfe por "tentar estabelecer uma marca registrada a técnicas que existiam duzentos anos antes (p.9)".

O jornalista Marc Weingarten vê raízes do Novo Jornalismo, por exemplo, em 1655, quando a Grã-Bretanha, por meio de Oliver Cromwell, colocou os jornais na ilegalidade. "A história do jornalismo é, em muitas maneiras, a história da opressão e da censura (p. 10)", definiu. A proibição abriu espaço para o mercado negro de informações, muitas vezes dominado mais por escritores satíricos do que por jornalistas. O irlandês Jonathan Swift, com o ensaio "A Modest Proposal" (1710), satirizou a dominação britânica na Irlanda e é visto por Weingarten como um antecessor do jornalismo-gonzo de Hunter S. Thompson, misturando humor, ataques

virulentos e fina observação. Outra raiz do Novo Jornalismo pode ser encontrada em uma série de artigos escritos por Charles Dickens em 1836. Batizados de "Street Sketches", os artigos eram perfis de pessoas com funções comuns como bancários, lojistas e garçons, utilizando-se de ferramentas da ficção na narrativa da reportagem.

Assim não surpreende que as primeiras peças rotuladas como Novo Jornalismo tenham sido publicadas nos Estados Unidos em 1962 e, apenas quatro anos depois, apareça no Brasil uma publicação reconhecida como precursora do movimento aqui. Afinal, eram ideias em voga, com experiências relatadas de sucesso, por mais de dois séculos. De qualquer forma, coube a Tom Wolfe estabelecer a pedra fundamental do movimento ao batizar a coletânea que editou como "The New Journalism".

Os mais destacados integrantes do *New Journalism* foram iluminados pela chama de Prometeu. Amplamente ambiciosos e talentosos, muitos deles eram romancistas frustrados ou escritores de ficção que ganhavam a vida como jornalistas. Utilizaram-se das técnicas de escritores para incrementarem as ferramentas de comunicação da reportagem, tornando sua produção de não-ficção melhor do que a ficção. Trabalhando com editores de empatia, como Harold Hayes, Clay Felker e Jann Wenner _ os três melhores editores de revistas do pós-guerra _ o Novo Jornalismo podia escrever o quanto quisesse: de três mil a 50 mil palavras, quantas o assunto necessitasse, para um público que realmente se importava com o que eles tinham a dizer. Os fãs do trabalho passaram a considerar as peças dos novos jornalistas como escritura sagrada. Eles se tornaram estrelas como os astros do rock, lotando auditórios de universidades em leituras que pareciam concertos. O trabalho do Novo Jornalismo marcou-se pela distinção em seu tempo, mas até hoje não perdeu o choque do novo; as coleções de obras de Wolfe, Thompson, Didion e os outros ainda se mantêm firmes. Foi um grande momento para revistas e jornais. Afinal eram dias sem TV a cabo e Internet, quando a mídia impressa reinava de modo supremo entre leitores educados e culturalmente mais experientes (WEINGARTEN, 2005, p 7-8).

Por trás de todos esses apetrechos do reportariado estava um editor, fiador do leitor e do proprietário do jornal. Esse papel escondido é de suma importância para repórteres, leitores e proprietários. Daí a razão de Weingarten ter citado alguns dos editores do Novo Jornalismo, em geral mantidos em biombos discretos na história.

Nos 60 anos abordados na análise do trabalho de editores-síntese do **Jornal do Brasil** por diversas vezes encontram-se reportagens caracterizadas por extensas pesquisas de campo e pelas descrições detalhadas de ambientes e personagens, como exige o Novo Jornalismo. Sem dúvida, esta forma de abordagem noticiosa,

que de alguma maneira todos esses editores-síntese do **Jornal do Brasil** abraçaram, é uma das razões para a construção da mítica do jornal.

Muniz Sodré definiu o clichê como um grande condensador de emoção (WEINGARTEN, 2005, p. 222). A imagem de metralhadora giratória criada por Elio Gaspari sob medida para Carlos Lacerda foi um tiro no alvo certo. A expressão "metralhadora giratória" ficou tão marcada na experiência jornalística _ e por isso a partir daí tantas vezes repetida _ que hoje é vetada explicitamente em manuais de redação. É o exemplo concreto de seu poder de condensação emocional.

Como afirma Cristiane Costa, o Novo Jornalismo sofreria duro golpe com a influência direta da televisão sobre os jornais nas últimas décadas do século passado.

O projeto de fazer um jornalismo literário foi frustrado a partir dos anos 80, entre outras coisas, pela crescente tendência à normatização do texto jornalístico. Em 1982, o jornal USA Today inaugurou um novo padrão formal: a TV impressa. O declínio da circulação de jornais foi atribuído ao menor tempo dedicado à sua leitura no mundo moderno. Para corrigir essa defasagem, o jornal americano inovou _ e vários outros em todo o mundo o acompanharam, em menor ou maior grau _ investindo em infográficos coloridos, muitas fotos, cobertura jornalística centrada em serviços, celebridades, TV e esportes, interatividades e atualização de notícias em websites e, acima de tudo, matérias curtas, básicas e puramente informativas. A fórmula foi logo copiada no Brasil, reorientando projetos gráficos e manuais de redação. Se o leitor não tem mais do que quinze minutos para folhear seu jornal diário, para que gastar tempo, papel e dinheiro com grandes reportagens e textos elaborados? (WEINGARTEN, 2005, p.270)

A defesa intransigente da pirâmide invertida como formato único é visão anacrônica, desconhecimento da estrutura e da forma como é lido um texto no meio digital, apontou Ramón Salaverría (1999). A leitura nos dispositivos eletrônicos é hipertextual. De acordo com o professor espanhol, a característica hipertextual do ciberespaço abre grandes oportunidades de desenvolvimento do texto jornalístico. Graças ao hipertexto é possível explorar formas não lineares de estruturar o discurso e encorajar o leitor a participar da configuração do itinerário narrativo. Mas essas possibilidades teóricas ainda encontram correspondência esparsa na realidade. Os textos jornalísticos no ciberespaço, em geral, continuam a usar os mesmos formatos de outros suportes.

João Canavilhas (2006) também propõe a adoção de um novo paradigma na organização da informação, ao constar em pesquisa a existência de diferentes

padrões de leitura na rede mundial de computadores. Afirmar que é necessário trocar a pirâmide invertida pela "pirâmide deitada".

Consideramos que a técnica em causa está intimamente ligada a um jornalismo muito limitado pelas características do suporte que utiliza – o papel. Usar a técnica da pirâmide invertida na web é cercear o webjornalismo de uma de suas potencialidades mais interessantes: a adoção de uma arquitetura noticiosa aberta e de livre navegação. Nas edições em papel o espaço é finito e, como tal, toda organização informativa segue um modelo que procura rentabilizar a mancha disponível. O jornalista recorre a técnicas que procuram encontrar o equilíbrio perfeito entre o que se pretende dizer e o espaço disponível para o fazer, pelo que o recurso à pirâmide invertida faz todo o sentido. O editor pode sempre cortar um dos últimos parágrafos sem correr o risco de cortar o sentido à notícia. Nas edições online, o espaço é tendencialmente infinito. Podem fazer-se cortes por razões estilísticas, mas não por questões espaciais. Em lugar de uma notícia fechada entre as quatro margens da página, o jornalista pode oferecer novos horizontes imediatos de leitura através de ligações entre pequenos textos e outros elementos multimídia, organizados em camadas de informação (CANAVILHAS, 2006, p.7).

A mais celebrada experiência nesse sentido foi feita por "The New York Times" em reportagem interativa intitulada "Snow Fall - The Avalanche at Tunnel Creek", levada ao ar pela primeira vez em 20 de dezembro de 2012 e ainda disponível no site do jornal. Foi vencedora do prêmio Pulitzer, o mais importante do jornalismo americano, fruto de meses de trabalho de extensa equipe do jornal, envolvendo repórteres, redatores, web designers, câmeras e ilustradores. Era uma aprofundada investigação multimídia (texto, vídeos, fotos e ilustrações) de uma avalanche que ocorreu um ano antes, causando a morte de três esquiadores. A reportagem virou caso de estudo pelo impacto e qualidade das conexões da narrativa. Outros grupos de mídia, no mundo e no Brasil, fizeram suas versões do projeto, com outros temas. "Snow Fall" passou a ser sinônimo do novo jornalismo multimídia – à qual detratores também rapidamente apelidaram de "Snow Fail", em referências a versões menos originais e contundentes. Um dos casos em que cópia significa queda de qualidade.

Para além das experiências tecnológicas, existem outras possibilidades discursivas, que também podem ser enriquecidas com a experiência do Novo Jornalismo. Mohammed Elhajji (2002) propõe a prática de um jornalismo auto-reflexivo. Afirmar que não se pode ignorar que o uso de um determinado modo de enunciação ou de organização de enunciados é decidido, no caso jornalístico, de acordo com as estratégias de comunicação do veículo, o repertório informativo, cultural, social e linguístico do público visado e os efeitos de reconhecimento

desejados. Destaca (p. 129) que o principal imperativo das estratégias discursivas usadas é de impor a instância autoral como autoridade discursiva e convencer o destinatário da equivalência entre texto e mundo. Assim, a principal regra discursiva na construção do texto jornalístico é o mesmo discurso indireto e impessoal observado na antropologia; ainda que possa comportar fragmentos de discurso direto que servem, na realidade, mais como recurso retórico que ressalta a ideia da vivência do evento pelas testemunhas e prova a veracidade da narrativa jornalística, que uma real tomada da fala pelo público.

Contudo, se o discurso impessoal produz uma impressão de sério, de objetividade e de neutralidade, na verdade, é o quadro perfeito para a manifestação de todo tipo de ideário doutrinário e dogmático; pois, por seu modo enunciativo frio e sistemático, ele limita as possibilidades interpretativas do leitor e lhe dita uma visão do mundo única e unidirecional. Já o modo de enunciação direto e pessoal, como se viu com a chamada "nova antropologia", mesmo se não é uma garantia absoluta contra as manipulações linguísticas, pode ter um profundo significado político-ideológico que nega a existência de uma verdade única, absoluta e universal, rejeita a ilusão de neutralidade e chama a atenção do leitor sobre a falsidade de todo discurso (seja ele político ou científico) que pretende à objetividade e à imparcialidade para impor sua ideologia própria (CANAVILHAS, 2006, p.7).

Robert S. Boynton, professor de jornalismo da Universidade de Nova York, lançou em livro o movimento que batizou de "The New New Journalism", cujas características evolutivas apontam para uma produção que seja "rigorosamente apurada, psicologicamente astuta, sociologicamente sofisticada e politicamente acurada" (BOYNTON, 2005, p. 11).

A sociedade é um fenômeno mais complexo para os *New New Journalists* do que foi para seus predecessores imediatos. Eles consideram classe e raça, não status, os índices primários de hierarquia social. Subculturas étnicas e/ou ideológicas ("terra incógnita", como Wolfe chamou-as) _ no passado percebidas como as tribos bizarras estudadas pela antropologia_ hoje são consideradas diferentes em escala, não em espécie, do resto da cultura americana (p.12, tradução do autor)

Para um jornalismo sociologicamente sofisticado e politicamente acurado, talvez seja preciso voltar às raízes do espírito comum de uma sociedade. Raquel Paiva (19977) destaca a importância das narrativas em uma comunidade, apontando que sua interpretação pode definir como o grupo de indivíduos se relaciona com o mundo.

A seleção do que merece ser interpretado, repassado e revivido determina o espírito da comunidade. O sentido dos signos presentes no discurso é partilhado pela comunidade, que estrutura a linguagem, constituindo assim a comunidade linguística. (...) O homem não deve apenas perceber os dados e conceber ideias na sua troca com o mundo. Ele deve também interpretar as ideias, realizando, assim, uma troca contínua com os outros membros da comunidade histórica (PAIVA, 1997, p.57).

Sem alongar-me no tema, parece-nos claro que as ferramentas que caracterizam o Novo Jornalismo podem ser amplamente utilizadas e maximizadas em ambientes jornalísticos do ciberespaço. As lições de seu uso no passado tornam-se assim volume valioso de experiências e informações para o futuro.

Os relatos do papel do editor como intermediador entre os interesses dos proprietários dos meios de comunicação e os interesses do público leitor e da sociedade aprimoram a capacidade de reflexão sobre a constituição da tarefa.

5 JANIO DE FREITAS (EDITOR DO JB ENTRE 1959-1962)

Editor da Redação e Secretário da Redação do **Jornal do Brasil** entre abril de 1959 e a primeira semana de 1962, Janio de Freitas comandou o periódico em época efervescente. Tanto na política como no jornalismo, sendo que as fronteiras entre as duas áreas nem sempre estavam bem delimitadas. O Brasil viveu nesse período o fim da gestão de Juscelino Kubitschek na Presidência; a ascensão e a renúncia de Jânio Quadros; e a conseqüente crise militar que quase impediu a posse do vice-presidente João Goulart e terminou com a implantação do parlamentarismo em 1961. Crise que se revigoraria com a volta ao presidencialismo determinado por plebiscito realizado em 1963.

Não eram anos fáceis. Janio de Freitas chegou a ser agredido por um parlamentar descontente com o noticiário que envolvia seu nome. A narrativa do **Jornal do Brasil** do incidente reflete mais do que o fato. Reflete também o espírito daquele tempo.

O deputado Amando da Fonseca, ex-capanga e sócio de Gregório Fortunato, hoje adesista do governador Carlos Lacerda, agrediu, cerca de meia-noite da Sexta-feira Santa, com a ajuda de dois capangas, o secretário de Redação do **Jornal do Brasil**, sr. Janio de Freitas, na rua Garcia D'Ávila, quase esquina com Visconde de Pirajá, em Ipanema, depois de tentar provocar um acidente de tráfico na avenida Vieira Souto, onde reconheceu o jornalista, que se dirigia em direção ao Leblon. O deputado Amando da Fonseca, imitando a técnica de gângsteres dos filmes americanos, ordenou ao capanga que dirigia o Buick chapa 12-99-61 que fechasse o Volkswagen dirigido pelo jornalista, mas, como este conseguisse escapar à manobra criminosa, tomando a rua Garcia D'Ávila, mandou segui-lo à distância, para consumir a agressão na calçada fronteira à Sorveteria Bob's de Ipanema, quando o jornalista descia do seu carro. O antigo guarda-costas, sempre escudado em seus atuais guarda-costas, e diante da própria mulher, avançou para o Secretário do **Jornal do Brasil** entre palavrões que dirigia não apenas ao jornalista, mas a toda a equipe e direção do **JB**. Ante a reação do jornalista (que, por sinal, o atirou sobre o automóvel estacionado à beira da calçada), o deputado Amando da Fonseca valeu-se dos préstimos de um dos seus capangas, que investiu contra o adversário único, com pontapés pelas costas. (JORNAL DO BRASIL, 2.abr.61, p.3).

Não se tratava apenas do enfrentamento entre um jornalista e um parlamentar. A notícia do **Jornal do Brasil** permite o reconhecimento da longevidade do uso do "sabe com quem está falando?", um dos atributos pátrios na peculiar interpretação do ordenamento jurídico, com variação ampla de espectro, sempre conforme a origem da vítima e do rompedor do preceito legal. Em razão

disso, o **JB** não se furtou a dar continuidade à refrega nas últimas linhas de seu texto noticioso.

Atraído pelo bulício, o guarda civil de número 1799 aproximou-se, inicialmente em defesa do agredido, mas, ante os berros do sr. Amando da Fonseca ("Eu sou o deputado Amando da Fonseca! Eu sou o deputado Amando da Fonseca!") prestou-lhe continência, passando a assistir às novas tentativas de agressão, sempre respondidas. Serenados os ânimos, já diante de grande assistência, o deputado Amando da Fonseca atravessou a rua e, da calçada fronteira, prorropeu novamente em palavrões e xingamentos, guardando-se, de um lado, por sua mulher, e, de outro, por um dos capangas. O único motivo explicável para a agressão do deputado ao jornalista Janio de Freitas _ que pessoalmente não o conhece _ é o fato de o **Jornal do Brasil** ter focalizado em seu noticiário a trajetória criminosa e oportunista do sr. Amando da Fonseca, revelando sempre como notícia a sua atuação escusa e as suas ligações com criminosos condenados pela Justiça (JORNAL DO BRASIL, 2.abr.61, p.3).

O grau de conflito entre imprensa e políticos era de tal ordem que, em 1963, o Congresso Nacional criou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar supostas pressões à Câmara e ao Senado por meio de jornalistas e seus órgãos de trabalho. Nesta CPI, o então governador da Guanabara, Carlos Lacerda, declarou que a Câmara e o Senado estavam sendo submetidos a um "processo de deformação de notícias, além de omissão de informações, especialmente do que diz respeito a determinados políticos" (JORNAL DO BRASIL, 10.ago.63, p.3).

Lacerda afirmou que jornalistas "obedecem a seus interesses quando deturpam ou omitem as atitudes parlamentares" e acusou a existência em Brasília da "chamada bancada escocesa", formada por deputados e jornalistas que, após as sessões diárias, reúnem-se em bares e boates. Ali, denunciou, são trocadas informações políticas e comentadas as atuações dos parlamentares.

Para comprovar que jornalistas defendiam os próprios interesses e o de seus padrinhos, Lacerda listou uma série deles que atuavam na imprensa e mantinham cargos públicos ou tinham laços com pessoas a eles vinculados. Nominou os seguintes jornalistas: Carlos Castelo Branco, chefe da Sucursal de Brasília do **Jornal do Brasil**, como sendo procurador do DNER e sua mulher funcionária do Tribunal de Contas; Edísio Gomes de Matos, repórter político da Sucursal de Brasília do **Jornal do Brasil**, como sendo funcionário da Fundação Educacional de Brasília e do Instituto do Açúcar e do Alcool; D'Allembert Jacoud, da Sucursal de **O Estado de S.Paulo**, como sendo ligado ao deputado Almino Affonso e funcionário de público; Evandro Carlos de Andrade, repórter político do **Jornal do Brasil** e de **O Estado de**

S. Paulo, como funcionário da Caixa Econômica; Fernando Pedreira, do **O Estado de S. Paulo** e **Tribuna da Imprensa**, que Lacerda afirmou ser *public relations* de Almino Affonso.

Sem poder atacar Janio de Freitas, que acabara de sair do **Jornal do Brasil** para assumir o cargo de redator-chefe de um jornal concorrente, Carlos Lacerda apelou a supostas vinculações ideológicas do jornalista, ao afirmar que o **Correio da Manhã**, era dirigido pelo jornalista Janio de Freitas, “egresso do **Jornal do Brasil** com escalas em Moscou e Praga. Na mesma página do ataque de Lacerda, o **JB** trouxe as repostas de Carlos Castelo Branco (“É natural que o sr. Carlos Lacerda não compreenda que um jornalista possa conduzir-se com honradez e independência. Seu problema não é político, mas psicológico”) e de Evandro Carlos de Andrade (“O sr. Carlos Lacerda não me conhece. Da minha parte, conheço-o na sua biografia: filho, rapaz de partido, jornalista e político. Deve ser esta a dupla razão porque ele faz de mim esse juízo, de qualquer modo superior ao que faço dele”).

Nesse ambiente conflituoso havia sido parida a reforma gráfica do **Jornal do Brasil**. Como apontou Ana Paula Goulart Ribeiro (2007), a reforma não se limitou a mudanças nos padrões jornalísticos e no parque gráfico. Houve uma total reestruturação de sua organização empresarial, com adoção de técnicas mais modernas de gestão. Janio de Freitas recorda que outra forma de contribuição da reforma foi a facilitar a consolidação da profissionalização dos jornalistas.

Pela primeira vez, introduziu-se um plano de cargos e salários. Carreira de repórter, de redator, salários equânimes para funções equânimes, escalas de salários etc. Foi a primeira vez que isso ocorreu. Permitiu que o jornalista não precisasse ter dois empregos, como era comum até então. Eu mesmo tinha sempre trabalhado em dois lugares. De dia, em um; de noite em outro. E permitiu também que os jornalistas não recorressem a empregos públicos. Eu não admitia no **Jornal do Brasil** que os jornalistas aceitassem emprego público. Foi o primeiro caso na imprensa brasileira (ENTREVISTA AO AUTOR).

A reforma do **JB** não havia sido a primeira na história da imprensa brasileira, com inovações gráficas tendo sido feitas antes por jornais como **Última Hora**, **Tribuna da Imprensa** e **Diário Carioca**, até então esta era a mais famosa delas e a que inspirou parcialmente ao **JB**.

O **Jornal do Brasil** não teve nada a ver com a *Última Hora*, que não trouxe nenhuma contribuição moderna, propriamente. Eram técnicas antigas. A **Última Hora** era um jornal que se promovia bem, vivo, espalhafatoso, mas

de moderno não tinha nada. O **Diário Carioca**, sim, trouxe uma contribuição importante tanto no que diz respeito ao texto quanto no próprio aspecto do jornal. Eu fui originário do **Diário Carioca** (JORNAL DO BRASIL, 2.abr.61, p.3).

Goulart Ribeiro qualifica como de "caráter exemplar" a reforma do **JB** pelo radicalismo das mudanças, pela qualidade do jornalismo desenvolvido e pela eficácia mercadológica. De acordo com dados levantados por ela, houve um aumento de 40% nas tiragens do jornal, em 1956, depois de iniciada a reforma. Em pouco tempo, o jornal superaria o **Correio da Manhã**, até então o maior matutino do Rio.

A mitológica reforma gráfica do **Jornal do Brasil** não tem paternidade facilmente reconhecida nem data de início universalmente aceita. Entrevistas e análise das edições do jornal ao longo dos anos 1950 mostram que teve vários responsáveis, com mudanças que se estenderam por anos.

A primeira fase da reforma, de acordo com cronologia obtida por Goulart Ribeiro, começa ao final do primeiro semestre de 1956 e vai até o final do primeiro semestre de 1958. É o período da contratação de Odylo Costa Filho e da criação de uma página feminina que daria origem posteriormente ao Suplemento Dominical do **Jornal do Brasil**. De acordo com ela, as mudanças foram lentas, mas fundamentais para as posteriores transformações radicais. A segunda fase vai de maio de 1959, quando Janio de Freitas assumiu a chefia da redação até sua saída (juntamente com Amilcar de Castro) na primeira semana de 1962. A terceira fase é iniciada com a contratação de Alberto Dines, em janeiro de 1962.

Goulart Ribeiro afirma que não se preocupou em determinar o verdadeiro autor da reforma, por entender ser questão imprópria e irrelevante para o entendimento do significado das mudanças. As inovações foram fruto do trabalho de várias equipes.

A autoria da reforma é uma questão bastante controversa. É um campo de grandes disputas, que mobilizam até hoje a memória (e as vaidades) dos jornalistas. Nos depoimentos que colhemos e naqueles que consultamos nos arquivos da história oral, há muitos relatos contraditórios. Alguns dos entrevistados apontam Odylo Costa Filho como o principal autor. Mas, segundo outros, somente depois da demissão deste e da entrada de Janio de Freitas é que teriam ocorrido as mudanças de caráter mais qualitativo. Nascimento Brito afirma, por outro lado, que nem Odylo nem Janio contribuíram muito para as mudanças do jornal. A reforma, segundo ele, só teria ganhado forma sob a direção de Alberto Dines (RIBEIRO, 2007, p.158).

O próprio **Jornal do Brasil**, em caderno comemorativo dos 70 anos que completava em 1961, elegeu a data de início da reforma: abril de 1956. Anunciou ainda o local por onde a reforma começou, quinta página do primeiro caderno, seu responsável inicial e o seu sucessor modernizador.

Em abril de 1956, a quinta página do **Jornal do Brasil** aparece remoçada, não só no estilo de redação da matéria como na sua apresentação gráfica. É o começo da reforma que a condessa Pereira Carneiro decidira fazer nesta folha com o objetivo de colocá-la na vanguarda do moderno jornalismo. Odylo Costa, filho, Manuel Francisco do Nascimento Brito e o ministro Aníbal Freire, que retornava ao jornal, são os seus colaboradores de primeira hora. Forma-se no **Jornal do Brasil** uma equipe de gente moça e valorosa. Grande parte dos pequenos anúncios da primeira página, as chamadas de artigos e notícias, estampadas como se fossem chapas de panfletos na primeira página, cederam lugar à grande fotografia. Um ano depois o **Jornal do Brasil** está radicalmente transformado, apresenta-se com uma feição gráfica e fotográfica revolucionária na imprensa carioca, respeitando porém a tradição de jornal conservador, conhecido pela firmeza de sua formação e equilíbrio de sua opinião. Odylo Costa, filho, em 1958, deixa a redação do jornal, e o sr. Manoel Francisco do Nascimento Brito assume o comando total da redação. (...) O secretário de Redação do jornal, Janio de Freitas, vai imprimindo a cada dia uma alteração gráfica no jornal, modernizando-o cada vez mais (JORNAL DO BRASIL, 9.abr.1961, caderno especial).

Este texto, produzido com a óbvia concordância da condessa Pereira Carneiro e de Nascimento Brito, é uma espécie de certidão de nascimento da reforma gráfica do **Jornal do Brasil**. Explica seu início, aponta Odylo Costa Filho como seu jornalista responsável e revela que o modernizador da obra foi Janio de Freitas. Alberto Dines se autodefine como responsável pela "evolução do jornal, dentro do espírito da reforma" (ENTREVISTA AO AUTOR).

Jânio de Freitas divide a reforma em duas fases. A primeira foi comandada por Odylo Costa Filho, reconhece, que foi levado pela condessa para dar vida ao jornal, até então praticamente só de classificados. Essa primeira fase consistiu em contratar alguns redatores, alguns repórteres e fotógrafos. Precisava melhorar o noticiário que o jornal publicava dentro dos classificados. Antes de Odylo Costa Filho assumir, grande parte do noticiário vinha da agência de notícias oficial, recorda-se Freitas. Resume em que o **Jornal do Brasil** mudou o panorama da época, já sob sua administração, na segunda fase da reforma.

Mudou muito a temática, por exemplo. Passou a valorizar a temática brasileira, que era muito sufocada nos jornais de modo geral. A temática foi importante. Destacou-se o assunto brasileiro, que foi para a primeira página. A ele também se dedicou mais páginas. Outro aspecto importante foi que o

Jornal do Brasil abriu o jornalismo para as questões sociais, que praticamente não figuravam no jornalismo. Era algo muito marginal, uma referência ocasional aos problemas do país. E o **Jornal do Brasil** trouxe isso para valer. A questão da pobreza, da infância abandonada, da pouca escolarização, da velhice abandonada, a questão sanitária, a má assistência à saúde. Deu uma contribuição modernizadora, porque os jornais eram todos muito antiquados. Eram cópias de **La Prensa**, **La Nación** ou uma tentativa de um ou outro de imitar **The New York Times**. **O Globo** imitava inteiramente **Le Figaro**, a **Última Hora** era mistura de jornal argentino com alguns outros jornalecos sensacionalistas do Peru, onde existia aliás um chamado **Última Hora**, de onde veio o nome que Samuel Wainer adotou (JORNAL DO BRASIL, 9.abr.1961, caderno especial).

Quanto à sua participação direta no comando da reforma, Janio de Freitas afirma que estendeu para todo o jornal, em junho de 1959, experiências que já fazia como editor da seção de esportes.

A dada altura, tínhamos estado no **JB** juntos eu, Ferreira Gullar e Amilcar de Castro, já pintor e escultor, com seu primeiro emprego em jornal. Eles tiveram atritos com Odylo e saíram. Eu, diante da saída deles e do mal-estar criado entre o nosso grupo e o do Odylo, fui mandado para a seção de esportes, que era uma espécie de porta da rua do emprego. Dali quase todo mundo saía do jornal, porque era uma seção que não conseguia fechar cedo nunca, atrasava muito e coisa e tal. Fui para lá e comecei a fazer experimentações. Por exemplo, a tirar os fios gráficos presentes então em todas as páginas. Tudo em jornal era dividido por fios. A retirada começa na seção de esportes. As primeiras páginas sem fios da imprensa foram feitas na seção de esportes e não, como se pensa, quando foi feita a reforma do primeiro caderno (JORNAL DO BRASIL, 9.abr.1961, caderno especial).

A partir da saída de Odylo Costa Filho, o superintendente do jornal, Manoel Francisco do Nascimento Brito, convidou Freitas para assumir o cargo de Editor da Redação, depois tornado Secretário da Redação.

O Brito sabia que eu tinha uma posição crítica em relação ao jornal, ao trabalho que havia sido feito antes. Eu não achava que era um jornal. Era um boletim de matérias e classificados, ou de classificados e algumas matérias. Ele acabou me entregando a reforma para fazer. O que levei foi uma concepção de jornal que tinha. De jornal brasileiro. Tinha horror a essa coisa, que é muito comum no jornalismo brasileiro, hoje imperante, que é copiar jornais de fora. Levei um pouco a concepção estética que tinha trazido da **Manchete**, em grande parte. Lá trabalhamos eu, Amilcar, Otto Lara Resende, Armando Nogueira, Gullar. Lá tínhamos feito algumas experiências, baseadas um pouco nas experiências mais modernas dos franceses em matéria de revista na época. Fui desenhista profissional, de modo que tinha interesse especial por desenho. Quando assumi, no mesmo dia, mudei o jornal. Trouxe de volta o Amilcar para trabalhar no **JB**. Combinei com Brito a reforma numa sexta-feira, trabalhei sábado normalmente, fui para casa. Sábado e domingo planejei o jornal e na segunda-feira entrei mudando todo o sistema de trabalho. Começou ali a reforma. Com muita dificuldade, porque a tipagem do jornal, os tipos usados na gráfica, eram todos para anúncio classificado. Começou tudo

precariamente. Depois, quando a reforma foi dando certo, começou a entrar dinheiro. E o jornal, com a venda crescendo muito depressa, pôde começar a comprar tipos, melhorar equipamentos etc. (JORNAL DO BRASIL, 9.abr.1961, caderno especial).

Vale a pena relatar e comparar as duas edições às quais Janio de Freitas se refere, antes e depois de seu primeiro dia como Editor da Redação. A primeira é a de número 125, dos dias 31 de maio (domingo) e 1º de junho (segunda-feira) de 1959. A manchete, o título principal da primeira página, era: “Genebra: solução para Berlim é congelamento”. A submanchete dizia: “Castro recua: adiada reforma agrária em Cuba”. Dois temas internacionais, o primeiro sobre a crise entre as superpotências na administração da capital da Alemanha, controlada então por Estados Unidos e União Soviética.

A segunda era um desdobramento da Revolução Cubana, que continuava em turbilhão, apenas dois anos depois de instalada no poder. Uma foto de um acidente com um monomotor em Manguinhos era a principal da página, tendo abaixo imagens de missa celebrada pelo cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, d. Jaime de Barros Câmara. No canto, ao alto, o anúncio de que a partir da edição de terça-feira, o jornal publicaria trechos das memórias do marechal Montgomery, com a história da longa carreira do militar, em especial sua campanha em continente africano. Era o que havia de espaço noticioso.

Nas duas primeiras e nas duas últimas colunas da primeira página, de alto a baixo, havia anúncios classificados. A partir da dobra inferior, todo o espaço era destinado aos classificados. A edição tinha 88 páginas, sete cadernos e já incluía a Revista de Domingo, que era então páginas de jornal dedicadas a temas amenos. Na seção de classificados, o maior espaço abrigava ofertas de emprego para auxiliares de escritório, incluindo datilógrafas, recepcionistas, contabilistas, boys. No espaço de classificados da indústria, ofertas para metalúrgico, impressor, marceneiro, mecânico e pintor. Uma seção exclusiva era reservada na primeira página à oferta de alfaiates e costureiras. Nas oito colunas, como então havia na primeira página, 294 centímetros eram dedicados aos anúncios, 55% do espaço total.

Em toda a edição daquele dia, para os olhares de hoje, talvez o melhor estivesse na página 3, a mais nobre então, com artigos de Barbosa Lima Sobrinho, Maurício Joppert da Silva e Gilda Cesário Alvim. De Paris, o escritor Fernando

Sabino encerrava sua contribuição, no texto intitulado “Notícias”, afirmando: “Salvador Dalí, atualmente em Paris, em mais uma de suas palhaçadas, levou uma tela ao Jardim Zoológico para ser pintada pela pata de um rinoceronte. Todos foram acordes em que o famoso pinto surrealista pinta mulher melhor” (JB, 1959).

Na edição de 2 de junho de 1959, o impacto começa com a diminuição do espaço de classificados, ocupando apenas 26% (118) do total de 456 centímetros da primeira página, redução de 40% em relação ao espaço dos anúncios do dia anterior. Os classificados foram dispostos em formato de L por Amilcar de Castro, fórmula que seria a marca do **Jornal do Brasil** nas próximas décadas. O artista queria retirar todos os classificados da primeira página, mas enfrentou resistência da direção da empresa.

Amilcar de Castro explicou o que intentava com a mudança. A direção gráfica da reforma do **JB** se estrutura a partir da necessidade de maior legibilidade do texto. De acordo com Washington Lessa (2005), Amilcar disse que “usou o concretismo” como base da reforma. O **JB** deveria ser moderno, porém equilibrado e ponderado, parâmetros aos quais se adaptavam o repertório gráfico essencialista desenvolvido por Amilcar de Castro na **Manchete** e as referências do Concretismo, também partilhadas por Reynaldo Jardim, com quem dividiu algumas das tarefas da reforma do **Jornal do Brasil**. O Suplemento Dominical do **Jornal do Brasil**, de Castro e Jardim, havia impulsionado o Concretismo na cultura brasileira e fez com que o movimento atingisse a própria alma do jornal, com a reforma gráfica.

Para Washington Lessa, a iniciativa da retirada sistemática dos títulos em negativo e grisé, molduras, fios horizontais e fio entre colunas foi um impacto porque eram vistos por Castro como supérfluos, mas tidos como funcionais por gráficos e editores de então. A resistência foi tão grande que os fios demoraram várias edições até desaparecerem totalmente.

Dois axiomas formulados por Amilcar sintetizam esta busca de essencialidade gráfica: “Jornal é preto no branco” e “fio não se lê”. A resistência maior deu-se com a retirada dos fios. Além do problema com a oficina, já que os gráficos encaravam a proliferação desses elementos como a prova de sua competência técnica, por serem as mais elementares e banais categorias gráficas jornalísticas, era difícil acreditar que pudessem ser funcionais, se tão naturalmente “continham” e “separavam” o texto. Mas vencidas pouco a pouco as resistências, com o andamento da reforma todos os fios do jornal vão sendo progressivamente retirados, destacando a importância do espaço em branco como elemento eficiente para a separação entre colunas e matérias, “talvez a lição menos compreendida no design de jornal” (LESSA, 2005).

A edição de 2 de junho de 1959 tinha como manchete "Revolução na Nicarágua contra ditadura Somoza". A submanchete era "Câmara negará licença para processar deputados". O tema nacional se ampliou grandemente na capa do jornal, em relação ao jornal do dia anterior e à própria história do **JB**. Aumento do preço dos derivados do petróleo, ameaça de greve dos comerciários, possibilidade de encampação de empresas de energia e a descoberta de um fraudador americano que vivia escondido no Brasil foram outros temas destacados na primeira página.

A forma desse destaque, com um resumo da notícia extraída para a primeira página, remetendo o leitor para o texto completo nas páginas internas, tornar-se-ia um modelo brasileiro de apresentação de notícias, hoje usado por todos os jornais do país. No exterior, o modelo corrente é o da reportagem que começa na primeira página e continua nas páginas internas, com um fluxo único de texto. Nesta edição, as fotos apareceram maiores (uma de navio russo impedido de aportar no Brasil e outra do americano que vivia escondido no país), tornando a página mais leve e bonita. Onze chamadas noticiosas de textos internos na primeira página, em corpo pequeno em uma coluna, formavam outra novidade gráfica para os leitores.

Na página 2, destaque para uma afirmação do líder comunista soviético: "Nada poderá salvar o capitalismo, diz Kruschev". Na página 3, Josué Montello se espantava com a notícia de que Cuba estabelecia um imposto sobre os adjetivos de louvor e as alusões nominais no noticiário e recorria às "Viagens de Gulliver" para defini-la. "A República de Fidel Castro vai além da barba crescida e das execuções sangrentas, convertendo agora em realidade objetiva aquele reino dos distraídos que o gênio de Swift criou, há mais de dois séculos, com as cores mais fortes da zombaria literária (JB, 1959)".

A bem-humorada coluna Rondó trazia atiladas observações dos políticos e sobre os políticos, como o comentário de um parlamentar a respeito de uma possível nova candidatura do Marechal Eurico Gaspar Dutra à presidência, com um parlamentar como vice: "É o Bububu no Bobobó" (JB, 1959, p. 4). Dutra havia sido presidente entre 1946 e 1951 e buscava-se um nome para ser seu vice e que pudesse enfrentar João Goulart, que acabaria eleito vice-presidente de Janio Quadros dois anos depois, apesar de serem de partidos diferentes. "Se política tivesse lógica, não havia candidato que aguentasse", profetizava um deputado na coluna Rondó.

Foi o dia também da estreia, programada antes de Janio de Freitas assumir a edição, de Pedro Muller (irmão de Maneco Muller, que havia aberto as portas do jornalismo ao agora editor da Redação), como titular de uma coluna de notas batizada de “JB em Sociedade”. Já não era a coluna do frufu, do fuxico, mas buscava uma mistura de personagens que define até hoje o colunismo brasileiro em jornal.

Foram temas desta primeira coluna de Pedro Muller governadores, parlamentares, embaixadores e até o sociólogo Gilberto Freyre e o crítico literário Otto Maria Carpeaux. Em sua nota de abertura, explicava o que lhe movia na busca da notícia:

O vocábulo Sociedade, sofrendo um revigoramento, ampliou-se. O tempo das polainas já passou. O grã-fino, o que é só grã-fino, deixou de ser o principal, para ser o acessório. O conceito clássico de sociedade passou a ser absolutamente moderno. Pertencem a ela todos os homens que formam as elites na cultura, na política, na indústria, no comércio, enfim, todos os que produzem, que criam. Nós pretendemos seguir a nova ordem, ampliando os quadros, os personagens, a intenção da coluna social. Vocês perceberão pela amplitude do noticiário, pela abertura do leque (JB, 1959, p. 4).

5.1 DE PILOTO A EDITOR

Janio Sérgio de Freitas Cunha nasceu um mês antes da eclosão da chamada Revolução Constitucionalista de 1932, reação da oligarquia paulista ao golpe que colocou Getúlio Vargas no poder. Natural de Niterói (RJ), com nascimento em 9 de junho de 1932, mudou-se para o Rio na adolescência. Jovem, tentou ser piloto de avião, mas um acidente esportivo obrigou-o a afastar-se da carreira que desejava por toda a vida.

No jornalismo, começou como desenhista em 1953, na revista do **Diário Carioca**. Virou depois diagramador, função que mais tarde acumulou com a de repórter. Descoberto por Pompeu de Souza, foi incumbido de fechar a primeira página do jornal. Em 1955, passou a acumular o emprego do **Diário** com o da revista **Manchete**, onde foi repórter, fotógrafo, diagramador e redator-chefe. Em 1957, saiu do **Diário Carioca** e da **Manchete** e foi para o **Jornal do Brasil**, atividade que conciliou com mais dois empregos: um na revista **O Cruzeiro**, para onde foi em 1958, e outro na Rádio Jornal do Brasil.

No **JB**, Freitas assinou poucos textos. Estes incluem a cobertura de um

concurso de miss universo em Miami, em julho de 1957, quando era repórter estreante, de corrida de automóvel em Brasília e um perfil do pintor Alfredo Volpi para o Suplemento Dominical do **Jornal do Brasil**. Em 1961, Janio de Freitas estreou uma coluna publicada aos sábados, intitulada "Uma Semana na História - Situação Internacional". Explicitou no primeiro texto, em 22 de setembro de 1961, os objetivos que o moviam naquela coluna, mas que podem ser tomados como seu manual próprio de jornal.

Esta é uma nova seção do Situação Internacional. Seu propósito é fazer o relato periódico dos itinerários que o mundo escolheu e seguiu a cada semana. Sua característica há de ser a narração condensada, em que a interpretação só pode existir na medida em que representa auxílio à apreensão e compreensão dos fatos. O mundo escreve a história dos dias presentes, seguindo quatro peculiaridades do momento atual: a humanidade continua sendo dirigida por um pequeno punhado de homens, cujos caracteres e humores determinam a sorte geral; o globo é hoje um corpo canceroso, aonde as guerras, de libertação ou de domínio imperialista, vão se acumulando e sucedendo como tumores malignos, cuja erupção ninguém pode conter; o choque das soluções, das doutrinas e das ideologias conduziu a um impasse em que se envolve o destino de cada homem e de todo o mundo; mas, em cada palavra sensata, em cada movimento prudente, haverá sempre uma promessa de entendimento e uma esperança de solução para os que apenas podem assistir ao jogo de sua sorte. E, destas quatro peculiaridades de nosso tempo, faremos as quatro rubricas sob as quais os fatos serão narrados nesta página: Os Homens, As Guerras, os Impasses, As Promessas (JB, 1961)

Esta coluna teria poucas edições. Na primeira semana de 1962, por desentendimentos com a direção, Janio de Freitas deixou o **Jornal do Brasil**. Em maio de 1963, foi para o **Correio da Manhã**, atendendo a convite do empresário Paulo Bittencourt, filho do fundador Edmundo Bittencourt, para ser o diretor de redação do jornal. Três meses depois, Paulo, que sofria de câncer, morreu. Em outubro, em meio a desavenças dos herdeiros, deixou o **Correio**. Em 1964, ocorreu o golpe militar e Janio de Freitas passou a integrar a lista de jornalistas mal vistos pelo regime. Em 1967, assumiu a direção-geral da **Última Hora** do Rio de Janeiro. No ano seguinte, passou para o **Jornal dos Sports**. Foram experiências curtas, antes do que define como "exílio da imprensa". Durou até 1980, quando recebeu convite de Octavio Frias de Oliveira, da **Folha de S. Paulo**, para escrever análises para a página 2 do jornal. Em 1983, começou a publicar a coluna política que mantém até hoje, em meio ao noticiário do setor, com seu nome no cabeçalho.

Depois de tantos anos com uma coluna em que busca mais informação e análise do que opinião pura e simples, Janio de Freitas afirma que a matéria-prima

do jornalismo é o fato.

O jornalismo é, por definição, um compromisso com o leitor (ou ouvinte ou espectador). Do meu ponto de vista, o leitor é tão parte do jornalismo, quanto o jornalista. O jornalista só existe em razão do leitor. E nisso reside um dos grandes problemas do jornalismo: qualquer senão nesta simbiose, o jornalismo deixa de existir, embora o leitor continue o mesmo. Ou seja, se há interferência que desvie o jornalista da estrita relação com o leitor, a natureza do jornalismo se transforma: ele passa a ser instrumento. É uma concepção radical, não? É. É para ser mesmo. Do contrário, o leitor é reduzido pelo jornalista ao mero pretexto, para propósitos de que ele não faz parte, e, em regra, nem presume (PEDRO, 2009).

À reforma da qual participou há mais de 50 anos, Janio de Freitas atribui a responsabilidade pelo **Jornal do Brasil** ter permanecido por tanto tempo na linha de frente do jornalismo brasileiro.

O segredo que salvou o **Jornal do Brasil** das crises que enfrentou foi ter mantido certo respeito pela identidade gráfica e jornalística que teve. Souberam conservar um pouco daquilo, o essencial. Embora o jornal tenha mudado bastante, sobretudo nos últimos tempos. Foi ficando um jornal cheio de balangandãs, exatamente o oposto que se queria. Sempre se quis algo simples, que não iludisse o leitor em jogos de visualização e de falsa estética. O **JB** regrediu muito neste ponto, mas de outro manteve certa estrutura, mais ou menos a mesma, ou, pelo menos, procurou manter. As linhas gerais ele preservou, como também o gênero de trabalhar um assunto. Acho que foi o que o permitiu sobreviver, atravessando as crises (ENTREVISTA AO AUTOR).

Em 1967, o cineasta Glauber Rocha lançou "Terra em Transe", filme em que o protagonista é o jornalista e poeta Paulo Martins. Arnaldo Jabor e Ferreira Gullar afirmam ter ouvido de Glauber que Janio de Freitas foi a inspiração do personagem e de seu mote no filme: "é preciso resistir, resistir, resistir". A ele é dedicado o poema de Mauro Faustino que aparece na abertura de "Terra em, Transe": "Não conseguiu firmar o nobre pacto/ Entre o cosmo sangrento e a alma pura/ Gladiador defunto, mas intacto (Tanta violência, mas tanta ternura)".

6 ALBERTO DINES (EDITOR DO JB ENTRE 1962 E 1973)

O jornalismo se inova com criações e adaptações daqui e dali, reconhece Alberto Dines. Tido como responsável pela consolidação da reforma do **Jornal do Brasil**, afirma que, ao assumir como editor-chefe, a primeira recomendação que recebeu de Nascimento Brito foi retomar características gráficas que Amilcar de Castro havia abandonado.

Quando me recebeu, no dia 8 de janeiro de 1962, o Brito já veio dizendo: “Dines, amanhã eu quero um jornal diferente! Você vai botar os fios de volta”. Quando fizeram a reforma, em 1956, uma parte importante daquela revolução promovida pelo grupo liderado pelo Amilcar de Castro, Janio Freitas e Ferreira Gullar foi estética. Ao tirar os fios de paginação, fizeram um jornal claro e leve. Muitos não sabem o que são esses fios, porque hoje não se usam mais, mas o jornal era todo riscado, dividido, todo escuro, sem brancos. Dono do jornal, o Brito deveria apoiar o que houve de bom, mas não. Ele era contra, sentia-se agredido, achava que sem os fios o jornal virava uma bagunça. Aquela reforma foi contra a vontade dele e só a manteve porque deu certo. Eu disse: “Brito, não garanto isso. Mas garanto que daqui a algum tempo você terá um jornal diferente, mas nenhum leitor vai notar”. Não dava para fazer um jornal totalmente novo para o dia seguinte. Seria suicídio. Realmente, [os fios] não voltaram. Apenas posteriormente, com outra função, mais discreta e de ornamento (JORNAL DA ABI, 2012).

Dines recorda-se de que amigos e inimigos diziam a ele que não duraria 15 dias à frente do jornal, argumentando as dificuldades de relacionamento que teria com Nascimento Brito, tido como instável. Para piorar, havia os grupos internos formados no jornal, disputando poder um contra outro. Optou estrategicamente por fazer mudanças lentas, sem estardalhaço. Preocupou-se, de início, com a estrutura administrativa. Inspirado em visitas a jornais norte-americanos que fizera, dividiu a Redação em editorias especializadas, criou o Departamento de Pesquisa, tentou normatizar a linha de trabalho dos fotógrafos, que guardavam consigo os negativos das fotos que faziam. Tornou obrigatório que o Departamento de Pesquisa se tornasse responsável pelos negativos e folhas de contato, resultantes do trabalho dos fotógrafos. Em tempos tensos, de radicalização política que desembocaria no golpe militar, procurou manter-se equidistante, como afirma.

A primeira manchete que fiz no **JB**, tenho a impressão que foi em 9 de janeiro de 1962. Cheguei dia 8 de janeiro, uma segunda-feira. A primeira manchete que dei fiz questão que fosse o mais possível neutra. Foi algo assim: Jango condena os dois extremismos, ou extremismos dos dois lados.

Era um discurso dele, do qual catei uma coisa e outra. Eu não era o homem da política. Tinha o colunista político, que era o Castelinho, e a matéria que vinha de Brasília, já toda ela arranjada (ENTREVISTA AO AUTOR).

Na realidade, a manchete foi um pouco diferente do que lembrou Dines: "Governo pronto para deter dupla agitação" (JB, jan.1962). O texto falava da tentativa da administração João Goulart de conter ataques extremistas, à esquerda e à direita. Para ilustrar o momento de divisão, as duas fotos principais da primeira página buscavam certo equilíbrio. Na mais alta, com o título "São Paulo: esquerda no paredão", a imagem de pichação na capital paulista com os dizeres "Fuzilemos os comunistas". A foto seguinte ("Rio: Proteção contra a direita") mostrava a Polícia Militar em plantão permanente à frente da sede da União Nacional dos Estudantes, que havia sofrido atentado 48 horas antes. A busca desta neutralidade faz Dines lembrar que, em 1962, ainda não havia alinhamento quase total dos jornais para a derrubada de João Goulart, o que aconteceria dois anos depois.

Houve um momento, dois anos antes do golpe, que ele tinha até apoio. Jango não confrontou a imprensa. Ao estilo de Getúlio, dizia: está precisando de grana? Vou dar. **O Globo** comprou máquina. Todo mundo comprou. Ele ajudava os jornais mais sérios. É uma tradição brasileira, vem de Campos Salles no início do século. Jango não confrontava. O pessoal estava querendo dar uma chance ao Jango. Tanto que, na campanha do plebiscito, quem assumiu a coordenação foi José Luiz Magalhães Lins, sobrinho do Magalhães governador, que foi o comandante da quartelada. José Luiz foi o tesoureiro da campanha, por sinal muito bem-sucedida, com 80% dos votos. Embora ele tenha ajudado muita gente, que foi presa, depois ele se envolveu demais com os militares (ENTREVISTA AO AUTOR).

Para exemplificar que havia imprensa também a favor de Jango, Dines citou que até a **Tribuna da Imprensa**, jornal do qual Carlos Lacerda, arqui-inimigo do então presidente, era o principal articulista, que chegou a ter uma curta fase de apoio ao governo. Foi no período em que esteve nas mãos de Nascimento Brito, vendida pelo próprio Lacerda.

Só me lembrei, falando com você. Estava muito bem guardado na memória. Em 61, Lacerda já tinha querido vender a **Tribuna da Imprensa**. Aquela ida do Lacerda ao Palácio do Planalto, um dia antes da renúncia, era para Jânio Quadros arrumar uma grana para ele. Isso é conhecido. O jornal estava mal. A partir do momento que passou a ser governador, deixou de ir ao jornal. Não escrevia com tanta frequência. Ele era a figura que incendiava o jornal. Então começou a cair. Em 62, já estava no **JB**. Nascimento Brito me chama e diz ter uma novidade importante: "Comprei a **Tribuna da Imprensa**". Você vai ficar lá e aqui, enquanto não sei o que vou fazer. Só que ele esqueceu que, de manhã, eu trabalhava na revista **Fatos e Fotos**.

Ao meio-dia, ia para **JB** para ficar até meia-noite. Tinha 30 anos, então tudo bem. À tarde, antes do **JB** passaria na **Tribuna**. Ele disse: faça o que puder, tem de fazer um jornal bom, mas só tenho uma recomendação: Lacerda para de escrever contra Jango. Não sei se disse isso no dia ou na véspera da minha primeira ida à **Tribuna**. Chego lá, na primeira tarde que estou no trabalho. Quem estava cuidando do jornal era Zuenir Ventura com José Itamar de Freitas. Nesse dia, vem o artigo do Lacerda para minha mão. Cacilda! Era virulento. Liguei para Sergio, filho do Carlos. Eu o conhecia, tínhamos uma boa relação. Falei: Sergio, este artigo não dá. É um pau em cima do Jango, o Brito comprou o jornal para...Você sabe disso. Liga para seu pai, não posso publicar. Ele ligou para o pai, que ficou furioso. E o artigo não saiu. Depois não saiu mais (ENTREVISTA AO AUTOR).

Na primeira edição de sua autoria, não havia menção ao nome de Dines no expediente do jornal. Este se limitava a informar a condessa Pereira Carneiro como "diretor-presidente", cargo que ocupava desde 1954 com a morte do marido, e Nascimento Brito, como diretor. A primeira referência a Dines como editor-chefe do **Jornal do Brasil** aparece só em 7 de fevereiro de 1962, quase um mês depois de tomar posse no cargo. Não na página do expediente, mas em reportagem que narrava a visita de um jornalista soviético ao jornal. No cabeçalho do expediente, seu nome aparece como editor-chefe pela primeira vez em 1º de setembro de 1962. O jornal retomava assim a iniciativa de comunicar ao leitor o jornalista-responsável pela publicação, prática iniciada em 21 de maio de 1893, com Ruy Barbosa (JB, 8 de abril de 1962).

No mais, o noticiário daquele primeiro dia de Dines no poder abordava, além da crise política, a abertura de licitação para a construção do futuro Túnel Rebouças e discutia a possibilidade do alargamento da avenida Atlântica. Em sua coluna na página 5, a nobre em termos de opinião, Ferreira Gullar se assustava com um suposto surto de loucura registrado pelas autoridades públicas, com 35 casos, em diversos pontos da cidade, em apenas 24 horas.

Na parte gráfica, Dines apenas deu continuidade ao projeto iniciado em 1956. Os fios de fato não voltaram e se expandiu o uso das chamadas para as reportagens. Dos oito textos da primeira página, quatro eram remissões para internas reportagens e quatro eram a informação plena que se dispunha, exposta em algumas dezenas de linhas.

Conservei tudo o que a reforma de 1956 implantou, principalmente as chamadas da capa. O único fio que entrou foi lá em cima, porque o logotipo estava muito solto. Mas foi o mais fino possível. O jornal não tinha manchete (título maior do que os demais) e comecei a exigir que tivesse uma manchete diária, para dar noção de hierarquia ao leitor. Olhando para trás,

reconheço que exagerei ao dar praticamente todo dia o mesmo formato de manchete. Hoje, teria feito diferente. Foi uma repetição quase dogmática que não se mostrou boa. Apesar de, em certos dias, termos manchetes de duas linhas (ENTREVISTA AO AUTOR).

Em abril, meses após o início de Dines, o **JB** comemorou a vitória de Erno Schneider no prêmio Esso de melhor fotografia com o trabalho intitulado "Qual é o rumo?", que mostra o então presidente Jânio Quadros com os pés em ângulo reto e a cabeça voltada para trás. A foto havia sido publicada no ano anterior, antes da chegada de Dines.

Em julho de 1964, de acordo com levantamento do Departamento de Pesquisa do JB, dois livros encabeçavam os mais vendidos, numa época em que as listas não separavam obras ficcionais e não ficcionais. "A Arte de Falar Mal", de Carlos Heitor Cony (Civilização Brasileira, 152 p., Cr\$ 800), reunia crônicas do autor publicadas no **Correio da Manhã**, entre 1961 e 1963, muitas delas com tons políticos, mas sem ainda os textos contestatórios ao golpe militar que o autor escrevera. A outra obra em primeiro lugar era "Os Idos de Março e a Queda em Abril" (José Álvaro Editor, 403 p., Cr\$ 3.000), organizada por Alberto Dines, com textos de Antonio Callado, Araújo Netto, Carlos Castelo Branco, Cláudio Melo e Sousa, Eurilo Duarte, Pedro Gomes e Wilson Figueiredo. Buscava narrar os antecedentes e os desdobramentos do golpe acontecido somente três meses antes.

Em sua página dedicada à literatura, o crítico Lago Burnet afirmava que a natureza do livro, por falta de perspectiva histórica, não pode se apresentar como trabalho definitivo, mas se firmará como um "valioso repositório de subsídios aos historiadores de amanhã".

Alberto Dines, que idealizou a obra, e Antônio Callado são os autores que mais se afastam da narrativa puramente jornalística, procurando enquadrar as figuras da comédia política brasileira nos amplos compartimentos das tragédias shakespearianas: o primeiro, usando mesmo como refrão versos de "Júlio César"; o segundo, limitando a identificar nos seus compatriotas, personagens de "Hamlet". Situado "debaixo dos deuses" [*título de seu capítulo no livro*], Alberto Dines anota todos os episódios da crise do ponto-de-vista do editor-chefe de um grande jornal (cargo que, "por coincidência", ele ocupa) e obtém efeitos surpreendentes, mano a mano com William, provando que a História se repete (JB, 5/7/64, caderno B, pág. 5).

Dines atuou esporádicas vezes como repórter ou mesmo articulista nos 12 anos à frente do **JB**. Cobriu o resultado da Comissão Warren, que investigou a morte de John Kennedy (1917-1963), acompanhou uma viagem do presidente

Castelo Branco aos EUA e testemunhou a Guerra dos Seis Dias no Oriente Médio em 1967. Pôde reportar os eventos em Israel, porque voltava de uma longa viagem à União Soviética, que se tornou um ensaio, com publicação dividida em seis edições consecutivas. Mesclando testemunho e reflexão, produziu um texto de fôlego sobre o então regime comunista, já desde o título: “Isolamento, conforto e liberdade”.

Estou acabando de chegar de uma viagem de 21 dias pela União Soviética. Percorri 12 mil quilômetros de avião, trem e carro. Estive em dois continentes, ainda que continuasse no mesmo país, conheci cinco das 15 repúblicas na Ásia Central, no Cáucaso, na Europa Oriental e no Báltico. Conversei com e sem intérprete, fui a cidades que jamais tinham visto um turista do Ocidente, convivi em lares típicos, entrevistei tipos que jamais concederam uma entrevista, encontrei-me com poetas rebeldes, economistas modernos e clássicos membros do PC. Fui abordado na rua por jovens que, ansiosos, queriam saber dos EUA, vi esconderijos dos *stilyagi* (*beatniks*), estive em igrejas, sinagogas e mesquitas, frequentei teatros apinhados, restaurantes populares e meetings públicos do Partido. Estou acabando de chegar de um dos dois polos da vida neste planeta. Não obstante, para nós brasileiros, a URSS parece que está fora dele, tão distante a colocamos. Minha observação número um: quem está fora do planeta somos nós, que voltamos as costas, que ignoramos uma das duas únicas opções que podem levar a humanidade àquilo pelo qual sempre sonhou e lutou _ o bem-estar coletivo. (JB, 11.jun.67, p. 7).

Como resultado do trabalho que Dines liderou, a competição com **O Globo** acirrou-se. Como resposta a isso, em 1966, o empresário Roberto Marinho, dono das Organizações Globo, convidou-o para assumir o jornal concorrente. Dines conta que recusou por imaginar que seu trabalho no **JB** ainda estava incompleto.

Neste mesmo ano, ocorreu um divisor de águas na cobertura política nacional. Em 25 de julho de 1966, bombas explodiram no Aeroporto Internacional de Recife. Duas pessoas morreram, várias ficaram feridas. O alvo era o marechal Costa e Silva, então já escolhido como candidato da Arena à sucessão de Castelo Branco. Mas o avião de Costa e Silva atrasou e ele decidiu fazer de carro o percurso de João Pessoa, onde estava, até Recife.

O jornalista José Silveira, secretário de redação do **JB** na época, afirmou que o **Jornal do Brasil** foi o primeiro a utilizar o adjetivo terrorista para nomear os militantes da luta armada: "Eu não sei se houve alguma instrução superior para chamar os caras de terroristas, mas o **Jornal do Brasil** foi o primeiro a chamar os caras da luta armada de terroristas" (ABREU, 2000, pág. 25).

Janio de Freitas também corrobora esse depoimento.

Os jornais fizeram o jogo do golpe, depois fizeram o jogo do regime militar. E não foi militar sentado nas redações que estavam fazendo jornal não. Era jornalista profissional. Não só apoiou o golpe. Depois continuou servindo integralmente ao regime militar. Integralmente. Quanto a isso não há a menor dúvida, basta pegar os jornais antigos. Há mil episódios. Quando começam no Brasil os movimentos armados, as primeiras ações armadas, quem passa a absurdamente chamar os participantes desses movimentos de "terroristas", como ficou consagrado na imprensa brasileira, não foram os militares, não. Isso foi dado na redação do **Jornal do Brasil** por um jornalista que hoje se diz democrata (FAZENDO MEDIA, 2006)

Alberto Dines diz não se recordar se o **JB** foi o primeiro a usar a palavra terrorista para opositores do regime militar brasileiro nem a partir de quando começou a fazê-lo. Mas afirma lembrar-se de que houve recomendação nesse sentido para os principais jornais do país. Analisando as edições do **Jornal do Brasil** após o golpe de 1964, percebe-se que a palavra terrorista aparece associada a ações militares no exterior até a edição do atentado em Recife. Na manchete de 26 de julho, o **JB** informa: "Atentado terrorista do Recife não modifica a normalidade do governo". No texto-legenda da foto principal, está escrito: "As marcas do terrorismo - As autoridades militares procuraram entre os estilhaços uma pista para os autores das bombas lançadas no Guararapes". O texto da chamada da primeira página começa pela reação, em vez de iniciar-se com a ação:

O ato terrorista do Recife, segundo afirmou ontem alta figura governamental, "não levará o presidente Castelo Branco a sair da normalidade mas, ao contrário, a reforçá-la a qualquer preço contra os que se interessam em rompê-la e para isto não hesitam em violentar o temperamento brasileiro e a tradição nacional". A bomba que explodiu no aeroporto internacional de Guararapes matou no local o almirante Nelson Fernandes, diretor da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, um guarda civil e atingiu ainda o jornalista Édson Régis, ex-secretário de Estado em Pernambuco, que morreu pouco depois no hospital (JB, 26.jul.66, p. 1, *grifo meu*).

No editorial do mesmo dia, o **JB** analisa: "A gravidade do ato terrorista de Recife se define pelas suas próprias circunstâncias e pelo seu resultado sangrento"(pág. 5). No dia seguinte, coloca na primeira página declaração de Costa e Silva: "o terrorismo não o afastará de seu objetivo de dar prosseguimento à revolução" (JB 27.jul.1966, pág. 1). Dois dias depois do ataque, publica uma foto do procurador geral da Justiça Militar, encimada pelo definição: "Terror dos terroristas"(JB, 28.jul.66, pág. 3).

O **Correio da Manhã** evitou na manchete e no texto noticioso o termo terrorista: "Bombas explodem em Recife e polícia prende 130 pessoas"(Correio da Manhã, 1966). A **Folha** ("Calma no Recife após o atentado") e **O Estado de S.Paulo** ("IPM apura atentado contra Costa e Silva; há suspeitos") seguiam a mesma linha.

Mas o **Jornal do Brasil** não foi o único a utilizar a palavra terrorista na capa. **O Globo** também o fez, usando-a por duas vezes, na manchete e na submanchete: "Boliviano preso como autor do atentado terrorista de Recife" e "Terrorismo não interrompe o programa de Costa e Silva" (O GLOBO, 1966).

Na avaliação de Dines, os editores de jornal hoje têm menos poder do que no período que exercia esse papel.

A função pública e política mudou. Porque o dono é quem decide. Meu nome demorou a aparecer no expediente. Foi pensado que o nome fosse editor-chefe. Como tinha decidido criar diversas editorias, dividir o jornal em editorias especializadas, para a coisa funcionar descentralizada mente, então vou ser o editor-chefe, o homem da redação. Vou lá em cima todo dia (a diretoria do **Jornal do Brasil** ocupava andares acima da redação tanto no prédio da avenida Rio Branco quanto no da avenida Brasil), participar da reunião de editoriais, para ser informado, mas sou homem de redação. Brito aceitava a regra, mas claro que passava instruções. (DINES, 2009)

Sou do tempo em que o diretor do jornal era tudo e o resto paisagem, escreveu Nelson Rodrigues (1968), em sua coluna originalmente publicada em **O Globo**. Nascimento Brito era uma das suas obsessões. Dizia que mandava no **JB** menos do que a estagiária de calcanhar sujo. No texto intitulado "A Vítima Salubérrima", o cronista dá sua visão muito própria da mudança do papel de diretor de jornal, acostumado que estava a ela por ser filho e irmão de quem exerceu a função. "O antigo diretor era como as imagens santas que os barcos levavam esculpidas na proa. Diante dele, até as procelas se prostravam para lambe-lhes as botas", escreveu. "Ao passo que, em nossos dias, todos mandam num jornal, inclusive o diretor. A figura deste perdeu o halo intenso; vaga por entre as mesas e cadeiras como um qualquer."

Narra então o que seria uma história verídica. Um anunciante do **Jornal do Brasil** foi recebido por Nascimento Brito e pediu que o jornal republicasse um artigo anticomunista que escrevera e tivera pouca repercussão porque saíra em gazeta de pouco prestígio. Segundo Nelson Rodrigues, ouviu de Nascimento Brito: "Pois não, claro".

O cronista então define que, na velha imprensa, nada mais intrascendente do que a publicação de uma notícia, fosse ela sublime ou vil. Bastava o visto do diretor. A casa não pagava, mas havia respeito, hierarquia, subserviência, enumerou ele. "Mal remunerado, o funcionário vergava os ombros até os sapatos", resumiu.

Todo mundo leu a matéria e ninguém a publicou. Todo santo dia, o dr. Brito reclamava do Dines; o Dines reclamava do chefe da redação; e este de não sei quem, e assim, sucessivamente, até o último dos últimos. Assim os dias e as semanas iam passando, rumo à eternidade. As manhãs do dr. Britto eram amarguradas pela mesma frustração. Lia o seu jornal (e agora descobria que era falsamente seu) e não encontrava nada. O anunciante estava furioso; a mulher do anunciante, idem; e o dr. Brito, não furioso, mas humilhadíssimo. De repente, começou a baixar nele uma humildade total; já se considerava contínuo de si mesmo. Mas aí está a dessemelhança entre o velho jornal e o novo: _ antigamente, o redator não pensava. Morria de fome e simplesmente não pensava. Na redação moderna, todo mundo pensa; a menina estagiária pensa, o faxineiro pensa; e todo sujeito tem no bolso a sua ideologia feroz. Dizia eu que a condessa entra na redação como num jardim. E cada um é uma flor das esquerdas; os reacionários formam uma minoria acuada e impotente. Resultado: _ não saiu a nota anticomunista. Aquela estrutura suntuária rosou para o dr. Brito e o devorou. (1968)

Dines explicou o que entende ser a razão da obsessão de Nelson Rodrigues por Nascimento Brito e a citação de seu nome na crônica.

Nelson queria vir para **JB**, e a condessa não deixou. Questão de pornografia, Igreja Católica. Ele ficou muito magoado. E **JB** era "o jornal", e a condessa vetou o Nelson. Existe esse problema religioso na imprensa. Até hoje **O Globo** está muito impregnado da religiosidade católica. **O Globo** estava formalmente ligado a Opus Dei (grupo católico ultraconservador), porque um primo e sócio dos Marinho (Luiz Eduardo Vasconcellos) era da ordem (ENTREVISTA AO AUTOR).

Um exemplo de como atuavam editor e proprietário de jornal naquela época ocorreu em 13 de dezembro de 1968, data em que foi divulgado o Ato Institucional número 5, baixado durante o governo do general Costa e Silva. Era a expressão mais acabada do que representava então a ditadura militar brasileira (1964-1985). O AI-5 vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos ou como tal considerados.

O ano de 1968 foi momento de grande contestação da política e dos costumes. O movimento estudantil celebrizou-se com o protesto dos jovens contra a política tradicional e a busca de mais liberdade. O radicalismo jovem foi expresso no

lema "é proibido proibir". De característica mundial, em época de cultura reformista, esse movimento, no Brasil, associou-se a um combate mais organizado contra o regime: intensificaram-se os protestos radicais, especialmente o dos universitários, contra a ditadura. Por outro lado, a "linha dura" providenciava instrumentos mais sofisticados e planejava ações mais rigorosas contra a oposição, incluindo a tortura.

De acordo com a historiadora Maria Celina D'Araujo (2001), a gota d'água para a promulgação do AI-5 havia sido o pronunciamento do deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, na Câmara, nos dias 2 e 3 de setembro, lançando um apelo para que houvesse boicote aos desfiles militares do 7 de Setembro e para que as moças, "ardentes de liberdade", se recusassem a sair com oficiais. Na mesma ocasião, outro deputado do MDB, Hermano Alves, escreveu uma série de artigos no **Correio da Manhã** considerados de tons provocativos. O ministro do Exército, Costa e Silva, atendendo ao apelo de seus colegas militares e do Conselho de Segurança Nacional, declarou que esses pronunciamentos eram "ofensas e provocações irresponsáveis e intoleráveis". O governo solicitou então ao Congresso a cassação dos dois deputados. Seguiram-se dias tensos no cenário político. No dia 12 de dezembro, a Câmara recusou, por uma diferença de 75 votos (e com a colaboração da própria Arena), o pedido de licença para processar Márcio Moreira Alves.

No dia seguinte foi baixado o AI-5, que autorizava o presidente da República, em caráter excepcional e, portanto, sem apreciação judicial, a: decretar o recesso do Congresso Nacional; intervir nos estados e municípios; cassar mandatos parlamentares; suspender, por dez anos, os direitos políticos de qualquer cidadão; decretar o confisco de bens considerados ilícitos; e suspender a garantia do habeas corpus. No preâmbulo do ato, dizia-se ser essa uma necessidade para atingir os objetivos da revolução, "com vistas a encontrar os meios indispensáveis para a obra de reconstrução econômica, financeira e moral do país". No mesmo dia foi decretado o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado - só em outubro de 1969 o Congresso seria reaberto, para referendar a escolha do general Emílio Garrastazu Médici para a Presidência da República.

Ao fim do mês de dezembro de 1968, 11 deputados federais foram cassados, entre eles Márcio Moreira Alves e Hermano Alves. A lista de cassações aumentou no mês de janeiro de 1969, atingindo não só parlamentares, mas até ministros do Supremo Tribunal Federal.

Foi nesse ambiente que o **Jornal do Brasil** publicou a famosa previsão do tempo que informava: "Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.: 38° C, em Brasília. Mín.: 5°, nas Laranjeiras".

Quando Gama e Silva (ministro da Justiça) leu o ato, eram cinco, seis da tarde. Quando eu ouvi pelo rádio, no programa *A Voz do Brasil*, a leitura daquele catatau, disse: "Estamos ferrados. Vem aí a censura". Subi para falar com Brito. Vem aí a censura e pelo menos uma vez temos de dizer ao nosso leitor que estamos sob censura. Isso pode durar anos. Ele disse: pode fazer, mas não quero bagunça. A gente tentou fazer e fez direito, aquela brincadeira do tempo. Você tinha condições para tal. O Brito passava o dia fofocando, eu tinha de ir para a redação. Isso aconteceu quatro anos depois do golpe. Porque o jornal seguia a linha dita revolucionária. Ele fez muitas restrições ao Costa e Silva, porque era uma besta fardada, mas não ousava contrariar muito os militares. Até que chegou 1968 (ENTREVISTA AO AUTOR).

Dines recorda-se de que disse a Nascimento Brito que o jornal deveria se manifestar naquele dia, como estratégia futura. Na imaginava que, já o início da noite, aparecesse na redação um grupo de militares fardados, aparentemente desarmados e bem educados. Chegaram dizendo que queriam ver o material do jornal. Fazia o calor de dezembro. Dines pediu que os militares se dirigissem à sala de reuniões, onde havia ar-condicionado. Imaginou que, se ficassem na Redação, surgiriam provocações e brigas, inviabilizando o fechamento do jornal. Na conversa com Nascimento Brito, Dines havia sido instruído a cuidar diretamente da reação à censura, porque o proprietário temia que a Redação "aderisse à guerrilha". Além da previsão do tempo, procurou-se fazer a edição de fotos o mais provocativa possível ao regime, mas sem que fosse clara e óbvia.

Os militares ficaram irritados. Chegaram ao jornal no dia seguinte, um sábado, e quase parti para a briga com um major gaúcho. Mandaram um grupo maior de censores, uns sete, contra os quatro ou cinco primeiros, que foram enganados. A gente mostrava uma página e fazia outra lá embaixo, na oficina, a verdadeira. Eles aprovavam a prova de página, que não era a última versão. Como não conheciam a mecânica da coisa, não sabiam que podíamos fazer isso e foram acusando: "Você nos fez de palhaços!". E respondi: "Não me chama de você, porque você aqui é meu hóspede. Está aqui porque deixei você ficar no ar-condicionado". Coube a um tenente-coronel, que estava acima dele, acalmar os ânimos (ENTREVISTA AO AUTOR).

O **JB** acabou não saindo no domingo, dia 15, mas por outros motivos. Os militares queriam prender um dos diretores do jornal, o embaixador José Sette

Câmara, amigo íntimo do Juscelino Kubitschek. Outra motivação política do AI-5 foi a montagem da chamada Frente Ampla – a reunião de Carlos Lacerda, JK e João Goulart, em defesa da reestabelecimento da democracia. Os militares consideravam Sette Câmara aliado de JK. Achando que o jornal estava sob ameaça, Nascimento Brito tomou a decisão de não colocar uma edição nas bancas, mesmo sendo domingo, quase véspera do Natal, e com prejuízo enorme.

Na sexta-feira seguinte ao AI-5, 20 de dezembro, Dines foi paraninfo de uma turma da PUC, no Rio. Trechos do discurso em que fazia críticas ao regime foram reproduzidos no **JB**. Dois dias depois, Dines foi preso, na antevéspera do Natal.

O jornal teve a devida coragem para dizer que não circularia porque seu diretor estava preso. Mas, por outro lado, não tomou a mesma decisão com o editor-chefe preso. Eu fiquei puto da vida, claro. Eu não era “diretor” da empresa. Era apenas um jornalista. Quando discurssei sobre liberdade de imprensa na formatura da PUC eu vi gente deles gravando o que eu dizia. No sábado, eles foram à minha casa, mas eu estava em Petrópolis, tinha uma residência naquela região. Quando voltei no domingo, fui surpreendido. Eles subiram pelo elevador de serviço e pelo elevador social. Tudo para eu não poder fugir. Chegaram intimidando, dizendo que eram da Polícia Federal e que eu tinha que acompanhá-los. Não houve brutalidade física. A brutalidade é a prisão em si, mas física não. Perambulamos horas antes que me levassem para uma delegacia e depois para a Polícia Central e mais outro lugar, não sei onde, até que, de madrugada, fui parar na Vila Militar, no quartel da Artilharia Antiaérea, um lugar quentíssimo, infecto, evidentemente eles não estavam preparados e eu fiquei num vão de escada fechado (ENTREVISTA AO AUTOR).

Na véspera de Natal, os militares liberaram Dines para cear em casa, desde que se apresentasse novamente no dia 25, à tarde. Cumpriu o combinado. Um irmão ligou para um general, que colaborou com o relaxamento da prisão dois dias depois, mas que não o livrou de um novo interrogatório em janeiro, no qual foi acusado de escrever reportagens elogiosas ao comunismo. Dines recorda que o golpe militar teve aceitação ampla. Quando a sede do **JB** ficava na avenida Rio Branco, as manifestações populares contra o regime de Goulart passavam por ali, paravam na porta e saudavam o jornal. Relembra seu papel como editor no período entre 1964 e 1968, antes de o regime radicalizar-se à direita.

O **JB** tinha a sua linha e eu tinha que obedecer, porque não tinha como mudar. E toda vez que eu conversava com amigos mais velhos, como o Castelinho, eles diziam que, se eu sáísse, seria pior. Viria outro e até o que conquistamos seria jogado fora. A esperança era de que a democracia fosse restaurada logo, mas o AI-5, em 1968, acabou com essa ilusão do modo mais trágico. A imprensa apoiou o golpe, mas tinha nuances. O **JB** deu um editorial contra Costa e Silva, meio crítico. Mesmo a imprensa que

apoiou o golpe achava Costa e Silva meio boboca. Houve um editorial, ou mais de um, contra ele (ENTREVISTA AO AUTOR).

Embrutecido o regime nos próximos anos, a primeira página do **Jornal do Brasil** de 12 de setembro de 1973 é um dos momentos mais criativos e altivos do jornalismo nacional. A provocação de 1968 rendeu aborrecimentos, mas a de 1973 custou a Dines o emprego.

Em 11 de setembro de 1973, sob ordens do general Augusto Pinochet, os militares chilenos derrubaram o governo Salvador Allende, o primeiro marxista a ser eleito democraticamente chefe de Estado e de governo de um país ocidental. O presidente foi morto em circunstâncias não esclarecidas (há dúvidas se se suicidou ao ser ver cercado no Palácio La Moneda ou se foi simplesmente assassinado). Pinochet instaurou uma ditadura militar.

Todo o cinturão industrial de Santiago tinha sido cercado pelos militares, que tinham mobilizado armas pesadas. O presidente Salvador Allende recusara as reivindicações da extrema esquerda de armar os operários para enfrentar os militares. O Chile sempre fora tido como um exemplo de situação democrática estável, à qual também os militares se submetiam. Mesmo Allende acreditara até o final na lealdade dos seus oficiais.

Poucas semanas antes do golpe militar, Allende descrevera o Chile marcado pelo seu governo com grande orgulho: "Um país no qual a vida pública está organizada por instituições civis, as quais se apoiam em Forças Armadas com um elevado grau de formação profissional e permeadas de profundo espírito democrático; um país de quase dez milhões de habitantes que produziu dois portadores do prêmio Nobel de Literatura dentro de uma única geração, Gabriela Mistral e Pablo Neruda, ambos os filhos de simples trabalhadores" (JB, 1973).

O golpe de Pinochet foi festejado politicamente pelo governo de Richard Nixon, do qual também obteve apoio logístico. Os EUA foram acusados de aumentar sua oferta de cobre no mercado mundial, fazendo com que caísse rápida e drasticamente o preço do principal artigo chileno de exportação. A ação tentava fechar a fonte do financiamento das reformas sociais anunciadas por Allende. Por formação médico pediatra, Allende havia estabelecido que todas as crianças chilenas recebessem gratuitamente meio litro de leite, todos os dias, até completarem 8 anos de idade.

Quando ocorreu o golpe no Chile, a censura da ditadura militar brasileira determinou que a queda de Allende não poderia ser manchete dos jornais.

Mas a ordem chegou tarde da noite e o Allende estava na manchete! A essa altura, eu já não fechava o jornal. Nós decidíamos a primeira página e eu ia para casa. Já me dava esse direito. O (Carlos) Lemos [número dois do jornal] também já tinha saído e quem ligou foi o Maneco Bezerra [da Silva], excelente jornalista que trabalhava na oficina. Ele alertou para a ordem e fui imediatamente para lá. Morava em Ipanema, pegava o Aterro [do Flamengo] e era fácil chegar ao prédio novo do JB, na avenida Brasil, naquela hora, quase 23 horas. Quando cheguei um dos superintendentes do jornal já estava lá, mas não se meteu. E aí eu falei: “Vamos obedecer. Não vamos dar na manchete. Vamos fazer um jornal sem manchete! Vamos contar a história com o maior corpo possível da Ludlow [impressora off-set]...” Esse era corpo 24, se não me engano... Contamos a história toda e ficou, digamos, um pôster sem manchete. O superintendente do jornal me perguntou: “Dines, você tem certeza mesmo que quer fazer isso?”. E eu respondi que nós estávamos obedecendo às autoridades. No dia seguinte, o Armando Nogueira, que estava na TV Globo, me telefonou logo cedo: “Porra! Isto é uma revolução!”. A direção não criticou nem elogiou. Quem elogiou foram os bons jornalistas (JB, 1973).

Quando o general Emilio Médici, que governou entre 1969 e 1974, estava terminando seu mandato, o mundo militar dava como candidato natural o general Ernesto Geisel. De acordo com Alberto Dines, Nascimento Brito aderiu à campanha que tentava fazer do chefe da Casa Civil de Médici, Leitão de Abreu, o sucessor.

Brito resolveu comprar essa ideia; participou de reuniões. O Brito e o alto comando do **JB**. Eu nunca fui convidado para esse tipo de coisa. O Brito entrou na conspiração contra o Geisel, e o Leitão de Abreu perdeu. E aí o Brito ficou apavorado porque ele ganhara dois canais de televisão, um no Rio e outro em São Paulo; tinha recebido do Delfim Neto um monte de empréstimos na Operação 63, que era o dólar muito facilitado, mas com juros altíssimos...E essa foi a desgraça do **JB**, do **Estadão** e outros jornais também... Então o Brito estava muito amarrado ao esquema do governo e precisava de um bode expiatório. Ele precisava chegar para o Geisel, que foi eleito, e dizer “quem empurrou o jornal contra o Governo foi um judeuzinho aí” – e essa era a expressão... E o “judeuzinho” era eu (JORNAL DA ABI, 2012).

Nascimento Brito determinou então a substituição de Dines pelo chefe da Sucursal em São Paulo, Walter Fontoura, que cuidava também da área de publicidade e da parte comercial.

Paguei um preço caro pela manchete do Allende. Eu assumi a responsabilidade. Três meses depois fui demitido. Primeiro, Brito tinha ficado orgulhoso. O que deu de telefonema! Roberto Marinho ligou para ele. A coisa cresceu, ele ficou orgulhoso. Depois começaram a torpedear. Ele não assumiu que era isso. Alegou que eu estava sendo demitido por indisciplina. Eu não quis que ele se alongasse. Tinha ido despachar na casa

dele, em Santa Teresa. Levantei e fui embora. Pessoas próximas a ele disseram: "Ele ficou com ciúmes de você, porque o jornal estava bom" (ENTREVISTA AO AUTOR).

6.1 O OBSERVADOR DA IMPRENSA

Alberto Dines nasceu no Rio de Janeiro, em 19 de fevereiro de 1932. Iniciou sua carreira em 1952 como crítico de cinema da revista **A Cena Muda**. No ano seguinte, foi trabalhar como repórter na recém-fundada revista **Visão**, cobrindo assuntos ligados à vida artística, ao teatro e ao cinema. Posteriormente passou a fazer reportagens políticas. Permaneceu em **Visão** até 1957, quando se transferiu para revista **Manchete**. Tornou-se assistente de direção e secretário de redação. Após desentendimentos com seu proprietário, Adolpho Bloch, demitiu-se da empresa.

Em 1959, assumiu a direção do segundo caderno do jornal **Última Hora**. No ano seguinte foi nomeado editor-chefe da recém-criada revista **Fatos e Fotos**. Em 1960, convidado por João Calmon, dirigiu o **Diário da Noite**, dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, convertendo-o em tabloide vespertino.

Depois dos 12 anos como editor do **Jornal do Brasil**, voltou por período curto para a **Fatos e Fotos**, de onde saiu para mudar-se para os Estados Unidos, onde foi professor-visitante na Universidade Columbia durante um ano.

Retornou ao Rio de Janeiro em julho de 1975 e assumiu a chefia da sucursal carioca da **Folha de S. Paulo**, convidado por Cláudio Abramo, diretor de redação. Em 1980, deixou o jornal e passou a colaborar no semanário **O Pasquim**. Em seguida assumiu o cargo de secretário editorial da Editora Abril, em São Paulo. Como diretor-editorial-adjunto, participou da criação de revistas como a **Exame** de Portugal.

Entre 1988 e 1995, residiu em Lisboa como diretor do Grupo Abril em Portugal. Em 1994, criou o **Observatório da Imprensa**, com a edição eletrônica tendo sido iniciada dois anos depois. Em 1998, o Observatório passou a ser também um programa de televisão, transmitido pela hoje chamada Rede Brasil.

Voltou a publicar no **Jornal do Brasil** em outubro de 1998, coluna semanal de crítica jornalística. Desentendeu-se novamente com os diretores e deixou o jornal antes do fim de sua época de diário impresso.

A partir da década de 80, houve a troca intencional de uma geração. Fui demitido, Claudio Abramo mandado para Paris. Começou a coisa de curso para jovens. Boris Casoy publicou na **Veja** artigo contra diploma, porque os jovens eram orientados por professores militantes. A greve de jornalistas naquele período foi infeliz, porque colaborou com isso. Perdi o cargo de chefia na Sucursal do Rio da **Folha** porque liberei o ponto. O que eles queriam era substituir a geração. Não deixaram que acontecesse com naturalidade. Criaram, em consequência da greve dos jornalistas, a Associação Nacional de Jornais. Foi quando os proprietários começaram a sentar para conversar. Frias não falava com Mesquita. Único que falava com todos era Chagas Freitas e o Zé Luiz Magalhães Lins. A solução foi inteligente. Colocar a segunda geração para se falar. Otavinho (Frias Filho) foi falar com João Roberto, com a segunda geração dos Mesquita. Sei porque Otavinho pediu para abrir caminho (ENTREVISTA AO AUTOR).

Durante seu período à frente do **JB**, Dines criou um espaço para reflexão sobre as práticas jornalísticas. Era uma publicação em princípio para o público interno, mas que depois foi levada às bancas e livrarias. Lembra ter tido o apoio dos jornalistas Fernando Gabeira e Murilo Felisberto na elaboração do projeto, tornado viável por um funcionário da parte administrativa do **JB**, do qual não recorda o nome, "infelizmente", como salientou.

Era a respeito de tudo. Houve discussões, por exemplo, sobre Marshall McLuhan. Tinha ideias avançadas e estava certo tanto para a época quanto para os dias de hoje. McLuhan era muito inteligente e nós publicávamos vários artigos dele. Aliás, a revista passou a se chamar **Cadernos de Jornalismo e Comunicação**, porque as faculdades de Comunicação estavam começando a proliferar. Então publicamos também artigos sobre rádio, televisão. Era uma coisa que fazíamos com prazer, no nosso tempo livre. Não tínhamos muitos recursos. Mas para mim os **Cadernos de Jornalismo e Comunicação** têm importância porque essa publicação foi a primeira etapa de uma série de coisas que fui fazendo nessa área: do 'Jornal dos Jornais' até ao Observatório da Imprensa hoje (ENTREVISTA AO AUTOR).

A reflexão sobre a obra em andamento era uma preocupação constante. Em sua edição de 17 de agosto de 1963, o **JB** publicou reportagem com o resumo de conferência de seu editor-chefe na Faculdade Nacional de Filosofia. "Dines diz na FNFi que o leitor é o ditador absoluto da imprensa" era o título do texto que citava o jornalista.

_ É para o leitor, numa análise geral, que é feito o jornal _ disse Alberto Dines, ressaltando que na imprensa moderna um dos pontos essenciais é o planejamento, que funciona como arma contra os fatos imprevisíveis e que exigem cobertura dinâmica e instantânea. Segundo Alberto Dines, o grande receptor do trabalho jornalístico passou a ser constituir, no regime democrático, o poder democrático, por excelência, dizendo com que o jornal se mantenha numa linha política específica. _ Um jornal ideal é rotinizado, sem grandes rasgos de genialidade, mas, sim, dentro de um brilho constante, de uma mesma qualidade média, sem interromper o interesse do

leitor. Concluiu Dines que estava em curso tentativa de planejamento do jornal a ser feito com 24 horas de antecedência (JB, 1963).

Sua preocupação com o fazer jornalístico foi materializada com o "Jornal dos Jornais", coluna com análise da mídia que fazia, em meados dos anos 1970, no jornal **Folha de S.Paulo**. Com apoio de Claudio Abramo, conseguiu convencer o proprietário do jornal paulista, Octavio Frias de Oliveira, a abrir o espaço, apesar de ter ouvido a advertência de que "coleccionaria" muitos desafetos.

Colecionei na hora, logo na primeira coluna. E alguns são inimigos até hoje. Mas fui em frente e, graças a isso, fui a primeira pessoa que falou sobre [Vladimir] Herzog [então chefe do departamento de jornalismo da TV Cultura de São Paulo e que seria assassinado por militares na prisão] sofrendo ameaça. Fui eu o primeiro a publicar isso, e ele estava vivo. Porque Zuenir Ventura me telefonou um dia e disse: Dines, tem um jornalista de São Paulo que gosta muito de você e acompanha a sua coluna, não sei se você o conhece. Ele está sendo perseguido, sofrendo ameaças por meio de notinhas no "Shopping News" – que era um jornal de merda – mas tinha um cara lá, Cláudio Marques, que era da polícia e estava o ameaçando. Dá uma notinha, pediu. E eu dei uma nota no domingo antes de ele ser assassinado. Dei o nome do Cláudio Marques e o que ele estava dizendo. Também publiquei a prisão do jornalista Mauricio Azêdo, comentei a morte da Zuzu Angel naquele desastre e perguntei: "Por que a imprensa não está dando todas as teorias, todas as hipóteses?". Ou seja, discutindo a possibilidade de assassinato. A revista **Veja** não pôde falar sobre a morte dela. Deu apenas o título "Zuzu Angel", registrando sua data de nascimento e morte. A **Veja** ainda estava sob censura. Eu podia comentar porque a **Folha** não tinha censor na Redação (JB, 1963).

Dines acompanhou o fim da versão impressa do **JB** com pesar e ironizou o slogan de o "primeiro jornal 100% digital do País" e o empresário que assumiu o seu controle nos estertores.

O [Nelson] Tanure não gosta de jornalismo! Ele não lia jornal, aliás, ele não gosta de nenhum dos seus negócios. Ele foi um dos primeiros empresários de internet no Brasil já nos anos 1990. Foi um precursor dessa área, mas não tinha um computador na mesa dele. Na verdade ele gosta do negócio de comprar um esqueleto e vender por dez vezes mais; esse é o negócio dele! Ele não é jornalista (JORNAL DA ABI, 2012).

Acredita que a internet, por uma série de razões tecnológicas, não passa o calor que um jornal ou uma revista impressa possuem. Afirma aguardar que se consiga transferir essa chama ao jornal digital. Em sua visão, no papel é mais fácil passar calor humano, uma forma de transmitir a vibração do jornalismo de papel. O jornalismo em meio digital ficaria mais frio.

A internet ainda não trouxe para o Brasil a consistência que estávamos precisando para o debate. Muita porralouquice. A cada três dias, com as redes sociais, você tem um assunto transcendental, como rolezinho e não sei o quê. O que leva a certa pobreza. Na discussão sobre rolezinho, por exemplo, arma-se logo o Fla-Flu: os da lei e da ordem e os progressistas. Fica faltando o debate qualificado (ENTREVISTA AO AUTOR).

Avalia que o que resta hoje ao **Jornal do Brasil** é seu título. Mas, como a ele estão associadas dívidas fiscais e trabalhistas e tentativas frustradas de voltar ao auge, carrega consigo uma contradição.

Ao mesmo tempo em que o título é precioso, não vale nada. Se você me fizer a mesma pergunta sobre o **Correio da Manhã**, que foi um jornal espetacular também, eu diria que é um nome que não cola. Agora, o **Jornal do Brasil** é um nome único, porque é o **Jornal do Brasil**. É o único jornal que tem uma entonação nacional a partir do nome. Ele não é o jornal de São Paulo, não é o jornal do Rio, não é o jornal de Minas. Ele é um jornal do Brasil. Esse é um título que tem força. É possível que daqui a uma década já não tenha tanta força. Agora, dos títulos que estão aí sobrando, conhecidos, o nome mais espetacular, mais valioso no ponto de vista de preço, é o **Jornal do Brasil!** (ENTREVISTA AO AUTOR).

Reclama que até hoje o sistema nas redações tem a parte operacional muito concentrada, com o comando verticalizado. Aponta o que chama de quatro "C" como os problemas da imprensa brasileira moderna: controle, censura, concentração e corporativismo. E prevê o jornal do futuro como algo destinado à elite.

O problema maior é a concentração. Isso não vai mudar porque ninguém tem coragem. Qualquer tentativa é chamada de bolivarianismo. No Peru, Vargas Llosa foi contra a fusão das duas empresas que estabeleceriam um oligopólio, que o governo vetou. Ele não é de esquerda. Mas a discussão nem sequer chega aqui. Tentam logo sufocar. Aqui é meu feudal. Não tem acionistas investidores em Bolsa. Entrevistei [o megamilionário Warren] Buffet, que está comprando uma série de jornais regionais. Ele diz que os jornais se tornaram públicos, porque têm ações na bolsa. O sentido da palavra público aqui, não é o mesmo que eles têm lá. Os jornais daqui melhorariam se tivessem mais capitalismo. Mas não querem se modernizar, não querem autorregulação. Em jornal hoje, o papel é referencial. Vai haver mudança. Vão passar a ser referência, com edições consolidadas, tiragens menores e preços maiores (ENTREVISTA AO AUTOR).

7 ELIO GASPARI (EDITOR POLÍTICO DO JB ENTRE 1974 E 1978)

Viver a soldo do regime comunista cubano foi acusação repetida à exaustão por apoiadores da direita brasileira a legiões de esquerdistas. O jornalista Elio Gaspari, filiado na juventude ao Partido Comunista, foi o primeiro a poder ter comprovada tal imputação por meio de contracheque. Graças ao PCB, conseguiu seu primeiro emprego, em 1961, como arquivista da embaixada de Cuba, então sediada no Rio de Janeiro.

Antes janista, bandeou-se para o Partido Comunista ao participar, por acaso, de uma passeata. A influência do PCB levou-o a matricular-se no curso de história da Faculdade Nacional de Filosofia. Por causa dela, seu nome saiu pela primeira vez no **Jornal do Brasil**, em novembro de 1963. Integrava alista dos alunos expulsos por invadir a reitoria, em protesto por ações tidas como ideologicamente discriminatórias pelo diretor da faculdade, Eremildo Viana. Trinta e três anos depois dessa expulsão, o diretor emprestaria seu nome a personagem jornalístico criado por Gaspari: Eremildo, o Idiota.

Iniciou a carreira jornalística no jornal do partido, **Novos Rumos**, escrevendo a favor de uma ocupação de terras no norte fluminense e disfarçando-se de médico para cobrir a crise da Santa Casa de Santos. Com o golpe militar de 1964, **Novos Rumos** foi fechado, e Gaspari ficou desempregado.

Arrumou emprego temporário em agência de notícias, da qual era setorista do aeroporto do Galeão, entrevistando políticos e famosos que passavam nos terminais de embarque e desembarque. De lá, Ibrahim Sued convidou-o a trabalhar como assistente em sua coluna social, publicada então no **Diário de Notícias**. A função abriu as portas da sociedade ao jovem jornalista, que passou a ter contatos com dondocas e capitães da indústria, a fina flor da elite brasileira.

Em janeiro de 1974, Walter Fontoura, sucessor de Dines no comando do **JB**, convidou-o para assumir o cargo de “editor político”. Fontoura era mais afeito às questões administrativas e apresentou-se à redação como um “representante do dr. Brito”. Deu a coluna Informe JB a Gaspari e depois transferiu a ele o poder das decisões jornalísticas mais relevantes.

Os textos mais importantes do JB no meados dos anos 70 têm o estilo de Gaspari, mas não levam sua assinatura. Como editor, coordenava o trabalho de

dezenas de repórteres e não achava justo que capitalizasse para si os holofotes de um trabalho feito em equipe.

São fáceis de identificar, no entanto, o estilo do autor em diversos deles, como no perfil de Juscelino Kubitschek ("O homem que encerrou o ciclo", JB, 23.ago.76, p. 3), na edição de cobertura do acidente automobilístico que o matou no quilômetro 165 da Via Dutra.

Tirando os sapatos durante os jantares (sempre andou com uma pequena calçadeira no bolso das chaves e, com agilidade, os calçava com pequenos gestos na hora do café), com a expressão montada sobre um sorriso e sem uma crônica de momentos de ira, Kubitschek contribuiu, com todo o vigor de sua personalidade, para cinzelar o contorno da própria obra. De Brasília, uma decisão que poderia estar taticamente errada, restou sobretudo a legenda heroica do candango e a evidência de que, num país de problemas crônicos e soluções trôpegas, foi possível erguer uma cidade no meio da imensidão do planalto e para lá levar a capital do país (JB, 1976).

Mas a edição que o alçou a história, entre os editores do JB, foi a da morte de Carlos Lacerda. Coordenou a cobertura de dez páginas e escreveu um texto ("O homem e sua arma terrível, a metralhadora giratória", JB, 22 de maio de 1977, p.19) da melhor safra do chamado jornalismo literário, por projetar o homem em seu tempo, reunindo características ensaísticas e qualidade de narrativa. De quebra, inventou uma expressão de riqueza tão grande na sua imagem que seria repetida à exaustão dali por diante. Hoje "metralhadora giratória" é chavão desaconselhado nos bons textos, mas sua repetição maquinal consagrou a inteligência de sua criação.

Carlos, como Marx, Frederico, como Engels, Werneck de Lacerda foi, sem dúvida, a personagem mais brilhante da vida política brasileira do período constitucional de 1946 a 64. Tão brilhante quanto controvertido, projetou-se num regime que ajudou a destruir e foi destruído noutro, que ajudou a construir. Desejou, acima de tudo, a Presidência da República e, quatro anos depois de ter visto no poder aqueles que o desejavam, como o general Castelo Branco, viu-se despojado da cidadania política. Quiseram a fatalidade e o formalismo da atual fase política brasileira que vivesse o suficiente para assistir ao fim do prazo de dez anos da cassação de seus inimigos João Goulart e Juscelino Kubitschek, sem conseguir, contudo, viver o tempo para recuperar os seus, perdidos em 1968. (...)

Lacerda surpreendeu amigos e inimigos ao longo de todo o tempo com a sua capacidade de atravessar, pessoalmente, qualquer trincheira, quer para metralhar, quer para cumprimentar seu ocupante. (...) Acabar com Lacerda foi, de certa forma, o desejo secreto de todos aqueles apanhados pela metralhadora giratória. Uns, por terem sido feridos, outros, mais avisados, por terem escapado incólumes, mas de cócoras. (...)

Contam-se às centenas os casos de pessoas que, por não terem sido inteligentes, concordaram com Lacerda e, como maldição histórica, exatamente por continuarem não sendo inteligentes, passaram a discordar. A diferença entre ele e os outros, bem como a semelhança entre ele e

muitos dos que condenou, combateu e até mesmo perseguiu, era pura e simplesmente a posse da inteligência (JB, 1977)

No incêndio que destruiu 80% do acervo do Museu de Arte Moderna do Rio, em julho de 1978, a enumeração que Gaspari coloca na narrativa dá o clima nervoso do texto, contraposta à imagem de o desastre ter acontecido de madrugada, enquanto os cariocas estavam na cama.

O Rio de Janeiro perdeu ontem o seu Museu de Arte Moderna. Quarenta minutos de fogo, um extintor enguiçado, o atraso dos bombeiros e a falta de água consumiram, enquanto a cidade dormia, o acervo da instituição, avaliado superficialmente entre 10 e 15 milhões de dólares e segurado por 2,6 milhões. Arderam duas telas de Pablo Picasso, outras duas de Juan Miró e centenas de obras de artistas brasileiros colecionadas ao longo de 29 anos. Das mil obras, restam 50, e dos dois andares atingidos, cinzas (JB, 20 de julho de 1978, p.1).

Um caderno especial de dez páginas publicado em 1979 mescla o talento de editor de Gaspari e sua capacidade de interpretação jornalística. Anunciado o fim da censura prévia à imprensa, Gaspari decidiu publicar integralmente os 270 despachos que os jornais receberam com temas proibidos durante quase dez anos.

A primeira expedição de proibições tem dez pontos. O número um veta manifestações de “inconformidade com a censura”, claro. Os demais assuntos interditados são campanhas visando à revogação dos atos institucionais, contestação ao regime, notícias sensacionalistas que prejudiquem a imagem do Brasil, campanhas de descrédito de assuntos vitais para o governo, assaltos a estabelecimentos de crédito, tensão com a Igreja Católica, agitação nos meios sindicais e estudantis, publicidade sobre nações e pessoas do mundo comunista, críticas contundentes e exaltação da imoralidade, com notícias sobre homossexualismo, prostituição e tóxicos (JB, 18 de junho de 1978).

Os temas censurados parecem abrangentes o suficiente para impedir praticamente qualquer assunto. Mas os censores não pensavam assim e continuaram mandando despachos complementares, que o **JB** publicou um a um, quando a censura caiu. Alguns era esdrúxulos, como o enviado quando a censura proibiu a divulgação de discurso de senador que negava a existência da censura. Outros deixavam claro as personalidades marcadas pelo regime, como o que vetava qualquer referência, contra ou a favor, ao cardeal d. Helder Câmara, e o que determinava que o apresentador de TV Flávio Cavalcanti não poderia ser

entrevistado a respeito da suspensão de seu programa. Os temas de segurança eram os mais importantes, como o despacho que proíbe a divulgação de qualquer ação de repressão a terroristas ou prisão de comunistas. Só tinham dimensão igual aos temas políticos: "para evitar interpretações distorcidas, estão proibidas quaisquer notícias e comentários sobre sucessão presidencial e previsões de possíveis candidatos ou permanência do atual presidente."

A ação da censura sobre a imprensa brasileira pode ser dividida em quatro períodos, propõe Elio Gaspari. O primeiro vai de 13 de dezembro de 1969, quando foi editado o AI-5, até o dia 14 de setembro de 1972, quando chegou a primeira ordem escrita às redações. Nesse período, vigoraram tacitamente algumas restrições, sempre garantidas pela possibilidade de instalação, nas redações, de equipes de censores para a leitura prévia dos textos. O segundo período vai até 18 de junho de 1973, quando uma nota de 20 palavras liberou o noticiário da sucessão presidencial, já encerrada com a escolha do general Ernesto Geisel. O terceiro período começa em 15 de março de 1974, quando é empossado o novo presidente, e vai até 8 de outubro de 1975, quando as redações receberam uma nota proibindo notícias sobre manifestações estudantis. Ela viria a ser a última da série de 270. O período final vai até o dia 8 de junho de 1978, quando o coronel Rubem Ludwig anunciou, em Brasília, que os censores haviam abandonado as três últimas redações e, com isso, desapareciam as restrições excepcionais à liberdade de imprensa.

A capa do Caderno Especial do **JB** ("Os documentos da censura", de 18 de junho de 1978) é assinada por Gaspari, que analisa com sofisticação sua origem e o ambiente em que se propagou.

Entre 1972, e 1975, a imprensa brasileira esteve submetida a um sistema de censura baseado na emissão, pelo governo, de notas secas nas quais se comunicava o que não se podia publicar. Colecionadas, elas formam um maço de 270 ordens e são um raro documento para o estudo do metabolismo do arbítrio. Apesar do ecletismo pitoresco de alguns vetos, a Censura sempre soube o que pretendia apagar: a atividade dos órgãos de segurança e a disputa pela sucessão do presidente Médici.

Como os jornalistas, tomados como classe, não se mobilizaram para a tarefa de defesa da ideologia do regime, como ocorreu no fascismo e ocorre nos países comunistas e em diversas nações africanas, as 270 ordens constituem um monólogo dos censores com as redações que lhe eram hostis. Essa característica dá à documentação uma importância singular. Os maços contêm toda a Censura, e não apenas correções de curso ou bulas de última hora. Não vigorou no Brasil a ordem que Benito Mussolini deu aos diretores de jornais num discurso de 1928. "O que é nocivo se evita, e o que

é útil ao regime se faz”. Essa foi a ideia que acionou os censores, mas não os jornais. Por isso, as 270 ordens são hoje, como um vaso inscrito tirado de uma escavação, ata dos fantasmas do regime que as expediu. (JB, 1978)

Em sua conclusão, Gaspari aponta que, desligada do comando político do país, a censura foi resvalando administrativamente até cair nas mãos de interesses simplesmente paroquiais.

Encerrado o período, parece desnecessário constatar que nada do que há neste país é devido à censura e, se algo lhe pode ser creditado por alguma mentalidade pragmatista, muito mais lhe pode ser debitado. O maior dos débitos será sempre, sem dúvida, a educação de jovens num regime que não lhes permitiu saber o que vem a ser a liberdade de expressão. Outros, que a tiveram e depois a perderam, para agora começar a recuperá-la com as suas delícias e todos os seus perigos, aprendem, como ensinou Isak Dinesen, que, “no fim teremos os privilégios de apreciar e reapreciar. E isso que se chama Dia do Juízo” (JB, 1978)

Outro relato de memória relevante de Elio Gaspari só foi publicado no **Jornal do Brasil** em 1991, durante as comemorações dos seu centenário. Gaspari garimpou uma revelação nos arquivos, que mantém sob sua guarda, do general Golbery do Couto e Silva e de seu secretário Heitor Aquino Ferreira.

Em janeiro de 1977, o general Hugo de Abreu, então Comandante da Brigada Paraquedista _ só alguns meses depois ele assumiria a chefia do Gabinete Militar do governo Geisel _ redigiu um relatório confidencial com um plano de tornar inviável o jornal. No documento, intitulado “Medidas contra o **Jornal do Brasil**”, ele afirmava que a ação “contestadora e subversiva permanente” do **JB** exigia medidas repressivas do governo. Parece contraditório com o passado do jornal, mas integrado do que contestador, mas era um momento específico do regime.

Não é possível, numa situação ainda de consolidação do sistema revolucionário, quando o próprio Congresso sofre limitações, que um órgão de imprensa, na defesa de interesses escusos, continue a investir impunemente contra todos os atos do governo, visando dificultar-lhe a ação. Já foram tentadas, sem êxito, medidas de caráter suasório. Todas elas esbarraram na absoluta falta de escrúpulos do vice-presidente executivo do **JB**, sr. Nascimento Brito” (JORNAL DO BRASIL, 1991).

Sugere então suspensão do crédito e da publicidade oficial, pressões contra anunciantes privados e devassa fiscal nas empresas do grupo e nas declarações de renda de seus dirigentes.

Elio Gaspari relata que, ao descobrir documento nos arquivos de Golbery/Heitor de Aquino, telefonou para Nascimento Brito, já então na presidência do grupo em razão da morte da condessa Pereira Carneiro, cuja família detinha o controle do jornal. Gaspari leu o texto das medidas e ouviu o comentário bem-humorado de Brito: “Pois é, eles tinham um plano para acabar com o jornal e não conseguiram. Nós o fizemos sem ter plano nenhum”, numa referência ao desastre administrativo da gestão familiar (ENTREVISTA AO AUTOR).

7.1 O ITALIANO

Elio Gaspari nasceu em Nápoles, Itália, no dia 22 de março de 1944. Veio para o Brasil aos cinco anos com a mãe, já viúva, naturalizando-se brasileiro em 1985.

Aos 19 anos, por indicação de René de Carvalho, filho de Apolônio de Carvalho, um dos líderes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi trabalhar no jornal semanal **Novos Rumos**, onde assinava como Élio Parmegiani. Ia fazer vestibular para engenharia, por insistência da mãe; mas desistiu, optando pelo curso de história da antiga Faculdade Nacional de Filosofia da ex-Universidade do Brasil, em 1963.

Quando cursava o primeiro ano, envolveu-se na greve e foi expulso junto com outros estudantes pelo então diretor Eremildo Viana. O Ministro da Educação, Darcy Ribeiro, interferiu no processo e obteve a reintegração dos alunos expulsos, entre eles a de Gaspari (ABREU, 2000 e CONTI, 1999).

Com a derrubada do governo constitucional de João Goulart em 31 de março de 1964 e a tomada do poder pelos militares, tiveram início as chamadas comissões de inquérito visando identificar os supostos “subversivos” que atuavam em órgãos públicos. Na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, instalou-se um processo de perseguição a professores e estudantes acusados de defenderem ideias contrárias ao regime. Gaspari era um dos líderes grevistas e acabou expulso.

Retomou a carreira de jornalista em 1964, tendo sido contratado para trabalhar na revista **Veja** em julho de 1969. Entretanto, não pôde iniciar suas atividades na redação por ter sido preso. Havia sido chamado a depor em inquérito aberto pela Aeronáutica. Não tinha cometido crime algum, mas continuava comunista. Preso, foi mandado para ilha das Flores. Na penitenciária, conheceu a

história do funcionário público que desviara dinheiro do Banco do Brasil para movimentos de esquerda. Passou as informações sobre o Bom Burguês para Ibrahim Sued, que tentava tirá-lo da prisão. Sued publicou a notícia em primeira mão e foi intermediário dos contatos com um advogado amigo do ministro da Marinha que o liberou depois de 59 dias de cadeia.

Pôde então integrar a equipe da revista **Veja**, fundada em 1968, na qual trabalhou por seis anos. Foi inicialmente repórter. Ascendeu a editor de Brasil, no início de 1970, ficando com este cargo até sua data de saída, em dezembro de 1973.

Em 1974, convidado pelo jornalista Walter Fontoura, foi para o **Jornal do Brasil** como editor político. Ficou responsável também pela coluna "Informe JB".

Na véspera da saída do **Jornal do Brasil**, deu o último exemplo de talento na manchete que comemorava: "O regime do AI-5 acaba à meia-noite de hoje", em 30 dezembro de 1978. Com o fim do AI-5 ressurgiu o habeas-corpus, as penas de morte e de banimento foram suprimidas, os direitos parlamentares voltaram a ser invioláveis, o Poder Judiciário recuperou suas prerrogativas e os direitos políticos tornaram-se permanentes.

Em 31 de dezembro de 1978, mudou-se para Nova York. Ficou o primeiro semestre do ano seguinte participando de seminários sobre censura e de um curso de política brasileira, na Universidade Colúmbia.

Retornou à revista **Veja** como diretor-adjunto em 1979. Deixou o comando da redação da revista, que dividia com José Roberto Guzzo, em outubro de 1988. Em janeiro de 1989, Gaspari assumiu o posto de correspondente da revista em Nova York.

Em junho de 1993, voltou ao Brasil como editor especial de **Veja**, onde permaneceu até agosto de 1994. No mês seguinte, começou a publicar a página dominical em **O Estado de S. Paulo**. A página passou a ser publicada também em **O Globo** e no jornal **Zero Hora**, de Porto Alegre. Sem sintonia com a linha editorial dos proprietários de **O Estado de S. Paulo**, Gaspari pediu demissão em 1996. Em 3 de novembro do mesmo ano, sua página passou a ser publicada na **Folha de S. Paulo** e continuou a ser publicada no jornal **O Globo**.

Em 2002, começou publicar a coleção de livros "As Ilusões Armadas", reunindo os volumes: "A Ditadura Envergonhada" e "A Ditadura Escancarada". Em

2003, iniciou a série "O Sacerdote e o Feiticeiro", com os volumes "A Ditadura Derrotada", e "A Ditadura Encurralada".

Os livros se originaram de pesquisas e entrevistas de Gaspari a partir de amplo material coletado em arquivos confiados a ele por duas figuras proeminentes do regime militar. Golbery do Couto e Silva (1911-1987) criou o SNI em 1964, coordenando-o até 1967. De 1974 a 1981, chefiou o Gabinete Civil da Presidência da República. Guardava na garagem de um sítio, nos arredores de Brasília, cerca de 30 caixas com 5.000 papéis acumulados nos anos de poder. Quase tudo confidencial, organizado por Heitor Aquino Ferreira, ex-secretário de Golbery e de Ernesto Geisel (1907-1996), presidente de 1974 a 1979.

Em 1995, Heitor Aquino Ferreira transferiu o arquivo para Elio Gaspari, o mais próximo jornalista dos dois condestáveis do regime militar. Em meio aos papéis, havia ainda 70 rolos em cassetes que acumulavam 222 horas de gravação de conversas de Geisel e assessores, realizadas entre outubro de 1973 e março de 1974. Tudo feito sob a coordenação de Heitor Aquino Ferreira, seu secretário particular, que também cedeu seu diário pessoal, com 1.500 páginas de minuciosas anotações do cotidiano do poder. Um quinto volume da série está em preparação, em que o autor pretende narrar os bastidores da ditadura até o atentado do Riocentro, em 1981.

Mario Sergio Conti (1999) detalha como ocorreu a aproximação de Gaspari com Golbery. Em 1970, como editor de Brasil de **Veja**, marcou encontro com o general, já na reserva, presidindo uma empresa da área de petroquímica. "Eu sou o general do silêncio", ouviu de Golbery. Imaginou uma forma de marcar um segundo encontro. Pediu dicas de leitura de livros. O general ficou de pensar e encontraram-se pela segunda vez. Tornaram-se amigos por quase 20 anos a partir daí.

Alberto Dines afirma que Walter Fontoura chamou Gaspari para trabalhar no **Jornal do Brasil** em virtude de sua proximidade com Golbery. O convite ocorreu em janeiro, e Golbery voltou ao poder em março de 1974. Mas era homem de confiança de Geisel que havia sido escolhido presidente em janeiro daquele ano. Gaspari e Fontoura já eram amigos antes do convite e dissociam uma coisa da outra.

Gaspari manteve muitas fontes entre os meios militares, que dedicavam a ele especial atenção, como interlocutor e como investigado. Este autor encontrou no

Arquivo Nacional documentos como o de 20 de junho de 1969 no qual o Cenimar (Centro de Informações da Marinha) divulga informe exclusivo sobre o jornalista. Classifica-o como "comunista profissional, ex-funcionário da embaixada de Cuba", "tido como pessoa de grande inteligência". De acordo com o serviço de espionagem da Marinha, Gaspari teria atuação disfarçada de jornalista, ao dar expediente na sala de imprensa do Palácio do Itamaraty, do Ministério das Relações Exteriores, onde, na realidade, era só setorista do **Diário de Notícias**.

Consta-se que é a pessoa indicada para a redação até de minutas de acordos internacionais. Diz-se ainda que é um rapaz muito perseguido por "militares intolerantes" (sic). Elio tem prontuário neste serviço. A aproximação dele do Ministério das Relações Exteriores reforça antiga convicção de que Gaspari é informante de algum órgão, de outro país, de atuação internacional (SNI, 2012).

Em seguida, o centro de informações lista suas anotações sobre Gaspari: indiciado por atividades comunistas na faculdade de filosofia, de onde foi expulso, e por exibição de filme subversivo ("Encouraçado Potenkim") a marinheiros em novembro de 1966; ligado a grupo esquerdista em torno do médico e professor de filosofia Álvaro Vieira Pinto e de Maria Yeda Linhares (educadora e futura deputada e secretária de Educação do Rio); participou do comício em favor das reformas de base, em 13 de março de 1964, entre operários da Petrobras, entre outras anotações menores.

Também o SNI o acompanhava. Já editor do **Jornal do Brasil**, Gaspari foi a Angola participar da cobertura da guerra civil travada naquele país. O jornal publicou uma série de reportagens suas a respeito. Sobre a viagem, o SNI informou:

Elio Gaspari, redator político do JB, teria estado em Luanda, Angola, em outubro e novembro de 1975, onde teria sido preso e torturado pelo MPLA (Movimento pela Libertação de Angola, grupo que saiu vencedor da guerra civil no país e conquistou o poder). Antecedentes de EG, entre os quais se destacam: é filiado ao PCB, foi funcionário da embaixada de Cuba; foi expulso da Faculdade Nacional de Filosofia por subversão, tendo sido indiciado em inquérito policial. (SNI, 2012).

Em outro relato, o SNI registra que estudantes registraram ter sido ameaçados de morte por Gaspari, então ainda na faculdade, porque se recusavam a aderir à greve na universidade. Acusava-o ainda de fornecer armas a militantes.

Elio Gaspari é considerado perigoso pela sua violência. É membro ativo do Partido Comunista e trabalha na Embaixada de Cuba. É um dos intermediários entre esta e o diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Filosofia. Além de fornecer material de propaganda de Cuba, transmitiu armas cubanas para alunos da faculdade. Estes têm um depósito, que não foi localizado, segundo informações de colegas seus. (...) Preparador da guerrilha no interior da faculdade, dispondo barricadas de sabão nos andares para serem atirados pelas escadas nos visitantes, assim como organizou armadilhas com arames e cordéis. É adestrado no sistema cubano de guerrilhas e participou de agitações de camponeses no interior do Estado do Rio (SNI, 2012).

É claro que Gaspari nunca pegou em armas, não havia depósito de armas dos estudantes nem foi treinado em Cuba, como afirmaram os militares. Mas estes o mantinham sob vigília até mesmo quando trabalhou com o insuspeito Ibrahim Sued na insuspeita TV Globo. A descrição do Cenimar é de 1966, que realça o estupor sobre como um "comunista sem respeito às formas de convivência social" trabalhava com um colunista social.

Elio Gaspari, ex-funcionário da embaixada cubana no Rio, responsável pelas ligações entre o adido cultural daquela embaixada e estudantes universitários, para os quais o mencionado adido fazia palestras em apartamentos em Copacabana, e ainda ex-membro de célula do PCB na Faculdade de Filosofia, está trabalhando na equipe de Ibrahim Sued na TV Globo, canal 4, onde o conhecido cronista apresenta um programa diário. O sr. Gaspari desconhece o menor respeito por qualquer das formas de convivência social que se conhece. É de nacionalidade italiana e dotado de um revoltante cinismo e nítida frieza (SNI, 2012).

8 MARCOS SÁ CORRÊA (EDITOR DO JB ENTRE 1985-1991)

Marcos Sá Corrêa afirma que a revelação da operação Brother Sam, um dos maiores furos (informação exclusiva) da imprensa brasileira, foi uma descoberta acidental. Era repórter especial do **Jornal do Brasil**, em 1975, trabalhando diretamente com o editor político Elio Gaspari. Atrás de informações sobre o regime que tinha pouco mais de uma década e vivia sob a administração Ernesto Geisel, frequentava, junto com Gaspari, a casa de um depositário de papéis importantes do começo do regime, o almirante Paulo Castelo Branco, filho do marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Ele tinha uns armários cheios de documentos de 1963, que foram pesquisados por dezenas de historiadores. O Castelo Branco era do período letrado do regime militar. Gostava de escrever, tinha papéis da conspiração, e o filho abria aquilo sem nenhuma restrição. Você ia lá, metia a mão e encontrava providências sobre a tortura, coisas que não estavam em nenhum outro acervo oficial. Em uma dessas ocasiões, o Paulo comentou que, semanas antes, um brasileiro da Universidade do Texas chamado John Dulles, filho do Foster Dulles, passou por lá e disse que documentos importantes sobre o período de 1964 começavam a ser liberados na biblioteca presidencial do Lyndon Johnson. Isso foi em meados do ano. Passada a correria inútil da cobertura da eleição municipal, o Elio se lembrou: “Vamos ver aquilo?” E fui parar em Austin (REVISTA DE HISTÓRIA, 2008).

O começo da pesquisa foi desnorteante, de acordo com Sá Corrêa. O nome em código da operação militar ajudou: Brother Sam. A partir da sequência de vezes que o nome passou à sua frente, em papéis esparsos, percebeu que sempre vinha marcado com uma tarja azul. Eram telegramas internos do governo, e, seguindo a tarja azul, voltou à papelada decidido a copiar aqueles que tinham uma faixa daquela cor. Reuniu três centenas de cópias. Antes de embarcar para o Brasil, fez cópias das cópias e deixou no apartamento do correspondente do **JB** em Nova York.

Quando vi que tinha topado com uma coisa bombástica, comecei a ter conversas cifradas por telefone com o Elio, e ele deduziu que vinha um negócio grande. Instruiu-me a não sair de Nova York sem tirar cópia de todas as cópias, para não correr o risco de pegarem os documentos no aeroporto. Tirei e deixei na casa da correspondente do **Jornal do Brasil** em Nova York, sem dizer o que era. Mas desembarquei no Brasil sem problemas, e fui direto para o **JB**. O Elio me levou ao editor do jornal, que era o Walter Fontoura. Expliquei o que era e ele me disse: “Olha, melhor você falar com o Nascimento Brito”. Era o dono do **JB**. Eu nunca tinha visto o doutor Brito naquele tempo. Ele me perguntou: “Você roubou esses

papéis?”. Eu disse “não”, e contei resumidamente como tinha obtido aquilo. “Então, pode dar”. Montou-se uma força-tarefa dentro do jornal para produzir todo o conteúdo em quatro dias. Fechamos a edição com aquela sensação de que ia ser apreendida. Eu e o Elio fomos jantar de madrugada, depois passamos no jornal para pegar alguns exemplares, porque, se fosse apreendido tudo, a gente teria alguns (REVISTA DE HISTÓRIA, 2008).

Não era a manchete, o título principal, mas estava no alto da capa do **Jornal do Brasil**, no sábado, 18 de dezembro de 1976: "EUA liberam seus papéis sobre a queda de Goulart". O lide é claro:

Chamava-se Brother Sam a operação 'destinada a assegurar a presença dos Estados Unidos' no litoral brasileiro, à altura de Santos, durante os primeiros dias de abril de 1964. Ela mobilizou o porta-aviões Forrestal, seis destróieres e quatro petroleiros, que traziam diesel, querosene e 136 milhões de litros de gasolina. A operação está registrada em 17 documentos nas oito caixas relacionadas com o Brasil na Biblioteca Lyndon Johnson, onde estão guardados os papéis mandados à Casa Branca, entre 1963 e 1969. Foram liberados pelo governo americano, e cada cópia pode ser obtida por 15 centavos de dólar (JB, 1976).

A série de reportagens assinada por Marcos Sá Corrêa rememorava como circulavam a época rumores sobre a participação americana no golpe e citava uma entrevista do ex-governador Carlos Lacerda ao canal 9 de Nova York, na qual um marinheiro interpelou-o dizendo que estava em um destróier que chegou a ser mandado em direção ao Brasil, mas voltou ao atingir a linha do Equador. Lacerda participava de uma entrevista no programa 'Firing Line', de William Buckley Jr.. Durante muito tempo, esse aparte num programa de televisão foi tudo quanto de concreto se ouviu falar a respeito da Operação Brother Sam.

O texto lembrava que Thomas Skidmore, um brasilianista que passara a noite de 31 de março hospedado com o embaixador Lincoln Gordon, revelara, num artigo da época, que chegara a haver consultas entre os conspiradores brasileiros e diplomatas americanos sobre a possibilidade de que o governo dos Estados Unidos pudesse dar apoio material à revolução.

A descoberta de Sá Corrêa tinha grande impacto jornalístico e político. E o Departamento de Estado dos Estados Unidos foi avisado dois dias antes de sua publicação, por meio de um comunicado confidencial do Consulado dos EUA no Rio para Washington, datado de 16 de dezembro de 1976, enviado às 14h em ponto.

Diz o texto do informe americano que o consulado havia sido procurado pelo banqueiro José Luiz de Magalhães Lins, sobrinho do governador mineiro Magalhães

Pinto, informando que o **JB** havia obtido um “baú” de documentos oficiais americanos que seriam comprometedores para ele e para uma série de políticos e empresários brasileiros bem relacionados com as autoridades norte-americanas.

Magalhães Lins recebeu a informação do superintendente e vice-presidente executivo do **Jornal do Brasil**, Nascimento Brito, de quem era amigo. Acrescentou que Nascimento Brito contou a ele sobre a remessa de documentos porque o nome de Magalhães Lins, entre outros proeminentes brasileiros, aparecia em inúmeros textos como fonte de informação. O superintendente do **Jornal do Brasil** disse que a redação publicaria uma série de reportagens a respeito, mas que ele manteria o nome de Magalhães Lins fora do noticiário, se possível. A preocupação de Lins era maior com seu tio. Magalhães Pinto aparecia, nos documentos, não só como conspirador para derrubar João Goulart em 1964. A CIA documentou, em mensagem datada de 23 de novembro de 1965, "encontro entre o governador de Minas Gerais e o almirante Silvio Heck, para discutir os planos de deposição do presidente Castelo Branco" (DEPARTAMENTO DE ESTADO, 2013).

Em resumo, um dos donos do **Jornal do Brasil** vazou a informação exclusiva obtida pela redação _antes de ser publicada_ para um dos personagens envolvidos. Este a repassou para o governo americano. Nas reportagens do **JB** sobre os documentos, não aparece o nome de José Luiz de Magalhães Lins. Em 1995, quando o Banco Nacional, do qual foi acionista, quebrou, o mercado colocava o **Jornal do Brasil** entre um dos seus maiores devedores, com um passivo na casa dos US\$ 50 milhões em valores da época (HERKENHOFF, 2010, p.7).

Escrito pelo embaixador John Hugh Crimmns (1919-2007), o despacho de alerta da diplomacia americana analisava possibilidades sobre a temida divulgação de documentos.

Como Magalhães Lins não é familiarizado com nosso sistema, é difícil determinar, pela descrição feita em seu telefonema, se os documentos em questão são aerogramas, telegramas ou memorandos confidenciais ou são uma mistura dos três. Ele deixou claro que Nascimento Brito deu a ele uma cópia xérox de um tipo de documento, assinado por Philip Raine como encarregado, com a classificação de 'uso oficial limitado' inscrita no telegrama. Magalhães Lins está compreensivelmente preocupado a respeito dos prováveis constrangimentos a ele em razão da série de mensagens liberadas. É um contato frequente e próximo dos agentes políticos da embaixada americana. Ele apela para que a embaixada faça o que for possível para barrar qualquer outra liberação de documentos constrangedores (DEPARTAMENTO DE ESTADO, 2012).

Em seguida, o embaixador pede socorro a Washington sobre a origem dos documentos aos quais Sá Corrêa teve acesso. Informava precisar urgentemente de detalhes que fossem possíveis identificar o período coberto pelos documentos, personagens envolvidos neles e nomes de fontes brasileiras citadas. Finalmente, agradeceria se o Departamento de Estado desse sugestões de procedimentos, baseado no conhecimento do manejo e da natureza dos documentos, para que pudesse avaliar a pressão vinda dos questionamento dos envolvidos.

No final da noite, em outro despacho confidencial enviado às 21h55, Crimmins revelou novo contato por telefone com Magalhães Lins.

Garantiu que o **Jornal do Brasil** tem um "baú cheio" de documentos (telegramas, aerogramas e memorandos) datados de 1964 até pelo menos 1969 (ele comentou que havia alguns exageros nas acusações narradas por Nascimento Brito). Magalhães Lins não tem ideia de onde ou como o **Jornal do Brasil** obteve estes documentos, mas observou que o jornal tem contatos com "The New York Times". Ele expressou preocupação sobre a possibilidade de esses documentos serem publicados, incluindo nomes de numerosos brasileiros que foram fontes da embaixada durante estes anos e que estão em posição pública importante agora (REVISTA DE HISTÓRIA, 2008).

Crimmins afirmou, ao final de seu despacho, que Magalhães Lins repassou para a embaixada uma cópia de um dos documentos.

É um telegrama confidencial da embaixada para os Estados Unidos de 8 de fevereiro de 1967. Tem como tema a escolha de ministros de Costa e Silva e traz marca inscrita de 'cópia da biblioteca Lyndon B. Johnson'. Pelas marcas do telegrama em si fica claro que é uma cópia de documento do Conselho de Segurança Nacional. O telegrama, que parece autêntico, é de uso oficial limitado. Reporta que Magalhães Lins antecipou que Magalhães Pinto tinha sido sondado pelo presidente Costa e Silva para ser ministro das Relações Exteriores e que Delfim Netto tinha aceitado ser ministro da Fazenda. Em sequência, a mensagem cita Carlos Chagas, que é descrito como um confidente de Costa e Silva e chefe da Sucursal de Brasília do jornal **O Estado de S.Paulo**, tendo ele dito que o ministério inteiro será conhecido em dez dias (REVISTA DE HISTÓRIA, 2008).

Crimmins encerrou sua mensagem a Washington afirmando que Magalhães Lins se esforçava para impedir a publicação _ "ao menos dos documentos mais sensíveis" _ por meio de contatos de "alto nível" com os serviços de segurança. O embaixador disse que os americanos não tinham nenhum papel nessas tratativas e que Lins esperava que os documentos fossem publicados no final de semana.

De fato, o **Jornal do Brasil** começou a publicá-los no sábado, estendendo a divulgação dos documentos também para as edições de domingo e segunda-feira.

John Crimmins, embaixador em Brasília, trabalhou duro no primeiro dia do fim de semana, analisando a documentação com sua equipe. Resumiu-a assim para Washington, em mensagem enviada às 13h15:

A edição de 18 de dezembro do **Jornal do Brasil** apresenta, em traduções, o que aparenta ser o texto completo de 20 distintos e recentemente desclassificados (liberados da classificação de secreto) documentos do governo dos Estados Unidos. Análise detalhada mostra que 17 são originados ou recebidos pelo estafe do Departamento de Estado. Um é supostamente um telegrama da CIA com informações colhidas em campo, outro é memorando de avaliação política do embaixador Lincoln Gordon, transmitido por meio de memorando da CIA. O último é um memorando da Casa Branca (REVISTA DE HISTÓRIA, 2008).

Entre tantos documentos, Crimmins aponta apenas "alguns erros factuais" na explicação de acrônimos do governo americano e do sistema de inteligência. Se a embaixada americana se empenhava em checar os documentos divulgados e escarafunchava atrás de novas informações, reinava o clima de prévia de feriado natalino no Ministério das Relações Exteriores brasileiro. No sábado, pela manhã, o embaixador não teve sucesso em localizar nenhum integrante da cúpula do ministério. No começo da tarde, Crimmins conseguiu falar por telefone com o chefe do Departamento das Américas do Itamaraty, tentando obter informações antecipadas do segundo lote de documentos a serem publicados pelo **Jornal do Brasil**. Assinalou para Washington sua surpresa, em despacho às 17h25:

O embaixador Araújo não tinha lido as reportagens do 'Jornal do Brasil' e não fez nenhum comentário, exceto demonstrar preocupação com os procedimentos de liberação dos documentos pelos Estados Unidos. Expressando agradecimento pelos dados fornecidos pela embaixada, disse que chamaria imediatamente a atenção da Secretaria-Geral do Itamaraty para o caso (REVISTA DE HISTÓRIA, 2008).

Nos despachos publicados, destaca-se a relevância do relatório de 27 de março de 1964, no qual o embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon, relatava à cúpula do governo americano que a crise política brasileira aproximava-se de um desfecho, com a provável derrubada do presidente João Goulart. Antecipava que o principal líder da revolução a ser deflagrada era o general Castelo Branco. Em sua reportagem, Marcos Sá Corrêa anotou:

O relatório de Gordon reflete a segurança de suas previsões, pois no dia 27 ainda não havia explodido a crise dos marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos, que uniria contra Goulart a oficialidade ofendida com a quebra

da disciplina militar, nem o discurso do Automóvel Club, que foi pronunciado no dia 30 (JB, 1976).

Este discurso de João Goulart foi tido como incendiário e historicamente tomado como deflagrador da reação dos militares que determinou o golpe de 1964. Entre os políticos brasileiros, a publicação do documento causou embaraços e discursos indignados. Tancredo Neves, líder da maioria do PSD na Câmara dos Deputados em 1964, foi definido como desonesto pela CIA, em texto enviado à Casa Branca, sob os cuidados do assessor para segurança nacional, Mc George Bundy, homem destacado pelo presidente Lyndon Johnson para ser seu representante no acompanhamento da situação brasileira.

Entre os documentos revelados havia uma série de minibiografias de políticos brasileiros, escritas para orientar os luminares de Washington, como a de Tancredo Neves.

Político conservador da velha escola e moderadamente nacionalista, conhecido por sua inteligência (embora nem tanto pela honestidade) e por suas tendências anticomunistas, apesar de ter sido acusado de associar-se a economistas comunistas no primeiro ano da administração Kubitschek, quando deteve um posto importante no setor da fazenda. Ministro da Justiça durante a ditadura de Getúlio Vargas. Tem forte apoio político em Minas Gerais e é considerado fiel aos grandes proprietários e aos interesses industriais daquele estado. Tem por vezes manifestado desejo de se manter em bons termos com os Estados Unidos (DEPARTAMENTO DE ESTADO, 2012).

No dia seguinte à divulgação dos documentos pelo "JB", Tancredo foi à Câmara defender-se. Exortou o governo brasileiro a reagir ao seu par americano e, em especial, à CIA.

O governo, pelo Itamaraty ou pelo SNI (Serviço Nacional de Informações), está na obrigação de esclarecer a opinião pública informando-a das providências em curso para pôr cobro às indébitas intromissões da funesta organização. Repilo com a maior veemência, por injuriosa e vil, a torpe suspeita levantada contra minha idoneidade por um informante anônimo da CIA em comunicado de 1964 dirigido aos Estados Unidos. As aleivosias visando à honestidade dos homens públicos, vagas e infundadas, são uma constante na vida nacional. É o pesado tributo que eles pagam pelo exercício do seu munus (encargo em latim). (...) Tive a sorte de, no curso de minha vida pública, haver sido sucedido, nos cargos administrativos que exerci, por adversários delegados de confiança de governos hostis, os quais, ao assumirem as suas responsabilidades, promoviam, como lhes cumpria, rigoroso levantamento da situação anterior. Nunca um só deles pôde arguir contra mim irregularidades, falha ou deslize administrativo (JB, 1976).

Tancredo Neves aproveitou-se de um erro primário cometido pela agência de inteligência americana para desqualificá-la. Disse que o informante americano havia sido indigno e inepto. O texto dizia que Tancredo fora ministro de Vargas durante o Estado Novo (37-45), mas de fato exerceu cargo de confiança do presidente durante mandato constitucional (51-54). Às 13h54 de 23 de dezembro, dia seguinte ao pronunciamento de Tancredo, o embaixador John Crimmins enviou um resumo da repercussão no Brasil da divulgação dos documentos secretos norte-americanos.

O ex-primeiro ministro Tancredo Neves fez uma forte defesa de sua reputação e conclamou o governo brasileiro a dizer o que estava fazendo para encerrar as atividades da CIA no país”. Na minha visão, as biografias (produzidas pela CIA) não parecem conter muitas críticas pessoais, mas sim relatos factuais, junto de avaliações do cenário político, visões e atitudes em relação aos Estados Unidos (JB, 1976).

Formalmente, os governos brasileiro e norte-americano não se manifestaram sobre a divulgação dos documentos secretos. Engraçado, por ser contraditório, foi o telefonema que o general Octavio Costa, chefe de gabinete do ministro do Exército, Sylvio Frota, em 1976, deu ao embaixador Crimmins. O general surpreendeu perguntando por que os americanos tinha decidido liberar aqueles documentos. Ele viu a ação como ato conspiracional e avaliou que maculava aqueles brasileiros que tinham sido fontes de informação. Especulação similar teria sido ouvida em vários outros círculos militares, incluindo a ideia de que a liberação de documentos era estratégia da administração republicana para causar desconforto nos antecessores democratas, escreveu Crimmins à Secretaria de Estado em Washington.

O general Octavio Costa reclamou de que a divulgação dos documentos sobre como os Estados Unidos ajudaram a desestabilizar o regime democrático brasileiro era uma forma de desestabilizar o regime ditatorial que o sucedeu.

Sá Corrêa não sofreu nenhum tipo de pressão direta depois da publicação do documento. Não pôde ser informado sobre os documentos recém-descobertos, mostrando que Nascimento Brito antecipou a documentação a ao menos uma pessoa próxima sobre a documentação que obtivera. Guardou apenas uma reclamação.

Uma das pessoas que mais se queixaram comigo foi o Tancredo Neves, porque tinha umas fichas da CIA dizendo quem era quem no Brasil, e publicamos tudo. O Tancredo ligou dizendo “Você acabou comigo”, porque a ficha dele dizia que era desonesto. Eu me dava com o Tancredo. Ele ficou magoado e dizia: “Mas como é que você publica um negócio que diz que eu

sou desonesto?” E eu respondia: “Como eu vou censurar a CIA?” (REVISTA DE HISTÓRIA, 2008).

Sá Corrêa comandou o **Jornal do Brasil** em 1989, ano da primeira eleição direta a presidente da República depois da redemocratização. Estimulou que o jornalismo usasse ferramentas de interpretação, em vez de limitar-se ao registro dos fatos. Criou uma seção na primeira página do jornal em que os fatos apareciam comentados pelos melhores textos do jornal (como Roberto Pompeu de Toledo e Flávio Pinheiro), sem que necessariamente fossem assinados. Foi a fórmula que arrumou para destacar notícias que passariam despercebidas, se não tivessem sido alçadas à primeira página com rigor e estilo. O exemplo mais famoso está a seguir, com origem da frase "estupra, mas não mata".

Desastres de campanha - Cada vez mais risonho e franco nas tiradas com que procura construir uma campanha, o candidato do PDS à Presidência da República, Paulo Maluf, acabo mergulhando no desastre ao tentar ser engraçado, durante palestra em Belo Horizonte em que o assunto era criminalidade. “Se está com vontade sexual, está bom: estupra. Mas não mata”, disse Maluf. O candidato não ganhou apenas, com isso, o troféu da frase mais desastrada da campanha, até agora, nem terá apenas que se haver com as feministas. Contra sua manifestação há ainda a letra fria do Código Penal (JB, 2308/89, p.1).

Outro exemplo foi a divulgação de um segredo familiar do então candidato petista à Presidência ("Lula tem filha cuja existência nunca revelava"):

Trata-se de Lurian Cordeiro da Silva, de 15 anos, estudante da sétima série num colégio de São Bernardo do Campo. Lurian é fruto de um namoro de Lula com a enfermeira Miriam Cordeiro, num tempo em que ainda não havia se casado com sua atual mulher, Marisa. O candidato do PT registrou Lurian como filha sua, jamais deixou de vê-la e ultimamente até a aproximou de seus outros quatro filhos _ mas, ainda assim, sempre preferiu omitir sua existência. Certa vez, numa festa a que compareceu Lurian, o ator Antônio Fagundes perguntou-lhe quantos filhos tinha e Lula, mesmo com a filha ao lado, não a mencionou. “Tenho quatro”, respondeu. “Todos homens”. (JB, 26/04/1989, p.1)

A reportagem foi questionada por Lula, que afirmou que o texto expunha sua família, algo que procurava preservar. Pode-se discutir até onde vão os limites da privacidade para pessoas públicas. Mas a reportagem era correta, sem julgamentos ou preconceitos. O problema foi o que gerou oito meses depois. Na véspera do segundo turno da eleição presidencial de 1989, Fernando Collor, então no PRN, levou ao ar, no horário eleitoral gratuito, depoimento da ex-namorada do seu

oponente no pleito decisivo dali a cinco dias. Miriam Cordeiro afirmou, em rede nacional, algo que não contara ao **Jornal do Brasil**. Disse que Lula ofereceu dinheiro para que abortasse: "Não posso apoiar para presidente um homem que acabou com minha vida" (JB, 13/12/1989, pág. 3). No mesmo dia, uma assessora de Collor pediu demissão, afirmando que Miriam Cordeiro recebera dinheiro para fazer o depoimento contra Lula.

8.1 O REPÓRTER-FOTOGRAFICO

Marcos Sá Corrêa se define como jornalista e fotógrafo, sendo que a primeira carreira só decolou em razão da segunda. Carioca, nascido em 21 de dezembro de 1946, estudante de história, decidiu escrever sobre o pintor Alberto Guignard, famoso por retratar paisagens mineiras. Fez algumas fotos para ilustrar o texto e levou o conjunto à revista **Manchete** _que não só o publicou, como pagou por ele. Achou que foi dinheiro fácil. Pendurou uma Pentax de terceira mão no pescoço e iniciou estágio, em 1967, no Departamento de Fotografia do **Jornal do Brasil**, ainda na avenida Rio Branco.

No primeiro dia, foi enviado para fotografar um parlamentar no antigo escritório da representação do Senado no Rio. O senador não apareceu. Voltava a pé do plantão sem ter gasto uma só chapa do rolo de filme Tri-X que lhe deram para a estreia, quando uma ventania de fim de tarde virou pelo avesso as barracas da feira do livro que então funcionava na praça Marechal Floriano, no centro da cidade. Seu flagrante de um livreiro com o topete esvoaçando, abraçado aos livros que batiam as páginas em revoada, foi parar na primeira página da edição seguinte. Pareceu-lhe ainda mais fácil do que a missão anterior, mas logo sofreu a primeira decepção com o jornalismo. O crédito da foto saiu em nome de Marcos Villas-Bôas, em vez de Sá Corrêa. O veterano Luiz Antônio Villas-Bôas Corrêa, seu pai, já era uma das marcas do **JB**. Marca tão forte que atropelou o nome do filho, no descuido do redator da primeira página.

Sá Corrêa foi editor das revistas **Veja** e **Época**, diretor de **O Dia** e do site de notícias **No**. Em 2004, lançou o site de jornalismo ambiental **O Eco**. Publicou 12 livros. Foi editor-chefe do **Jornal do Brasil** entre janeiro de 1985 e abril de 1991.

Assumi o jornal logo depois de um período em que a direção havia malufado e deixou-o quando o mesmo corpo diretor ainda se entusiasmava com o presidente collarido, que sofreria impeachment no ano seguinte. Antes da metade do caminho, descobriu que **JB** respirava por aparelhos. Em 1988, houve dias em que o estoque de papel só dava imprimir duas edições subseqüentes, e fornecedores ameaçavam não abastecer o jornal de sua matéria-prima se não fossem pagas entregas anteriores. No sexto ano à frente do **JB**, desistiu. Não sabia como enfrentar os salários atrasados da equipe e a falta de dinheiro para viagens, contratações e pagamento de colaboradores.

Lembra que sofreu um choque ao comparar a redação de **Veja** com a do **JB**, a casa pródiga ao qual voltara anos depois de sua iniciação no jornalismo.

Quando cheguei ao **Jornal do Brasil** vim aculturado de uma revista semanal, que já havia implantado a diversificação de interesses em sua pauta. Tomei um susto ao descobrir que o **JB** sequer tinha uma editoria de ciência e tecnologia, coisas que as revistas semanais já tinham havia dez anos. Fiz isso no **Jornal do Brasil** e **O Globo** e outros jornais seguiram o mesmo caminho. Os jornais estavam concentrados em faixas de interesse restrito. O jornal tem que possuir informações muito bem apuradas para aplicação imediata na sobrevivência das pessoas (ENTREVISTA AO AUTOR).

Faz uma interpretação ampla e acurada sobre a reforma do JB na década de 50.

Deixando de lado o aspecto gráfico da reforma do JB, o que era ela? Um salto imenso no sentido da diversificação. Na época, os jornais eram muito especializados: jornais comerciais, populares, policiais e o JB era essencialmente de classificados. O JB na época tomou um pouco feição de revista. Abriu o espectro de cobertura para falar de esporte, de lazer, essencialmente literário, cinema. Os grandes movimentos culturais dos anos 60 não foram só acompanhados pelos jornais, mas foram mesmo provocados. O grande debate dos anos 60 foi o Cinema Novo. Lá estavam os jornais. Os grandes cadernos de entretenimento se consolidaram nessa época. Foi uma fase que modernizou brutalmente a imprensa brasileira (ENTREVISTA AO AUTOR).

Um dos melhores textos da imprensa brasileira, Sá Corrêa reúne clareza, sofisticação e ironia em sua produção. É famosa no **Jornal do Brasil** a nota que escreveu sobre o editor Álvaro Pacheco, que era conhecido por ser poeta bissexto e suplente de senador. No texto de Sá Corrêa, tornou-se "suplente de poeta e senador bissexto".

A mais insuperável lesão que um jornalista traz em sua carreira é não saber escrever. E, depois de certa idade, dificilmente aprende. Se a pessoa chegar sabendo português, o resto aprende. Quando comecei em redação, havia aquele sujeito sabia dizer o que tinha visto, mas não sabia pôr no papel em mais de cinco linhas. Fui daquela geração que desprezou o diploma obrigatório para jornalista. Até me dar conta de que a qualidade média do jornalista na redação tinha melhorado absurdamente com a exigência do diploma (ENTREVISTA AO AUTOR).

As diferenças nas modernas redações se ampliam, não só com a tecnologia, mas também pelas novas formas de trabalho.

Quando comecei, jornalismo era um emprego de verdade, com carteira assinada, uma carreira estabelecida e previsível. Hoje, o jornalismo brasileiro está voltando a ser um subemprego. Os contratos profissionais deixaram de ser contratos profissionais. Tudo isso é uma desmoralização da profissão numa época em que ela está tecnicamente mais equipada (REVISTA DE HISTÓRIA, 2008).

Critica que os novos hábitos de leitura e a redução do volume de papel em razão do preço, espalharam uma praga no jornalismo: a sensação permanente de leviandade, determinada pela taxa de compressão do texto. Muita informação tem de ser espremida em um espaço limitado, não pela dimensão da notícia, mas pela falta de tempo do leitor e de dinheiro para o papel por parte do veículo.

Em razão disso, foi um dos pioneiros a se dedicar ao jornalismo na internet. Primeiro no site **No.** e no portal **O Eco** e depois no blog que criou, criativamente chamado de **Colunismo a quilo. Sirva-se à vontade.**

Na internet, os fatos jornalísticos nunca estão consumados, eles continuam acontecendo. Quando você escreve uma coisa e alguém te avisa que fez besteira, você ganha uma informação a mais, instantânea, que pode ser publicada. Hoje, acho o jornal uma velharia. Todos os jornais em papel vão morrer nos próximos vinte anos, no máximo, e já vão tarde. Eles são a pior maneira de se divulgar notícia. “Jornalismo” vai virar um anacronismo. É uma palavra que se baseia no nome de um produto que, fisicamente, terá deixado de existir. Estamos sentados na praia de um tsunami, achando tudo tranquilo porque a maré está baixa... (REVISTA DE HISTÓRIA, 2008).

Afirma que as mudanças tecnológicas atuais são comparáveis aquelas dos primórdios da imprensa, com a invenção de Gutenberg.

O computador e a Internet acabam com o intermediário da multiplicação de informação, que sempre foi um produto da revolução industrial. Você tinha que ter alguma máquina de replicação para que um texto virasse dez mil ou cem mil. O tamanho desse alcance era dado pela potência de saída da sua máquina. É assim na imprensa escrita, no rádio, na televisão. Esses três meios dependem de uma empresa jornalística poderosa para terem maior alcance. Na Internet, quem decide o alcance de uma notícia é quem vai ler.

Se você tiver um notebook aqui e agora, ligado na Internet, e escrever uma coisa que o mundo inteiro esteja precisando desesperadamente saber, não há nenhuma diferença no alcance dessa notícia e da mesma notícia publicada pelo Globo. A Internet chega a mais de 22 milhões de domicílios no Brasil, e olha que somos retardatários nisso. Mesmo assim, a soma de casas com Internet já é três vezes maior que a soma de todos os jornais diários publicados no Brasil. Grandes, pequenos, médios, regionais, locais, nacionais... Todos eles juntos têm sete milhões de exemplares (REVISTA DE HISTÓRIA, 2008).

Reclama que os jornais encolheram da borda para o centro. Classifica de espantoso o número de empregos que desapareceram nas redações, desde a virada do milênio. Este é um dos motivos da crise atual da imprensa, "da infinita desimportância e chatura dos jornais brasileiros", aponta. Hoje, as grandes revistas de informação e os jornais todos são feitos, cada vez mais, em uma só redação, com o aporte de notícias de Brasília. "É um desperdício, porque Brasília não é mais produtora de notícia. Dá sempre a mesma notícia (idem)", reclama.

Em 7 de fevereiro de 2011, Sá Corrêa caiu da escada em casa, na Gávea, e bateu com a cabeça no chão. Ficou em coma dois meses. Está ainda hoje em recuperação, com a capacidade de memória, fala e escrita prejudicada. Dois dias antes do acidente, escreveu em seu blog seu último texto ("Palmas para a paisagem que restou"):

O Rio de Janeiro exagerou no sábado passado. Fez um dia de sol sem nuvem, azul varrido e verão ventilado pela brisa que vinha do mar frio. Parecia de encomenda ir ao Pão de Açúcar, a pretexto _ é claro _ de mostrá-lo a gente de fora. Carioca que se preza só pega o bondinho com turista empurrando (CORRÊA, 2011).

A abertura é lírica e bem-humorada como o autor. Mas é uma crítica contumaz à desordem ambiental e urbana da cidade. Lembra ele que, nas primeiras décadas do século 20, desapareceram no Rio, debaixo de aterros, 36 ilhas, 56 praias e 9 enseadas da Baía de Guanabara. E que a prefeitura e a Câmara Municipal discutem as regras urbanísticas da cidade, sem nunca terminá-las e implantá-las.

Se os executores do Plano Diretor quiserem levar a sério a tarefa de tratar a paisagem como patrimônio inalienável do Rio, deveriam começar pela instalação de placas lembrando cada marco natural que a cidade desterrou e esqueceu. Senão, o que restou continuará parecendo inexaurível aos deserdados. Como o pôr-do-sol que os turistas aplaudiram no Pão de Açúcar no sábado (CORRÊA, 2011).

9 MARIO SERGIO CONTI (EDITOR DO JB EM 2001)

No começo do século XXI, o **Jornal do Brasil** era o retrato do passado. O prédio da avenida Brasil, inaugurado no Carnaval de 1973, quase 30 anos depois parecia fantasmagórico. Dos nove andares, havia apenas dois em funcionamento. A entrada principal não era mais usada para conter custos com recepcionistas e elevadores.

Era comum o elevador ser acionado no sexto andar, onde funcionava a redação, mesmo tendo sido direcionado para o térreo, e fazer o percurso incluindo uma inesperada parada no nono andar. Este era destinado à direção do jornal, mas havia sido abandonado muito anos antes. Com a repetição dessa parada não planejada, muitos funcionários saudavam o andar abandonado: "Boa noite, condessa", como se vagasse por ali a proprietária do jornal, morta em 1983.

Não eram esses os principais problemas. As dívidas estavam na casa da centena de milhão, com cálculos que chegavam até R\$ 750 milhões (ISTOÉ, 2000), os computadores sucateados, a redação enfrentava da simples falta de lâmpadas e papel higiênico ao envelhecimento dos sistemas operacionais de texto, diagramação e fotografia. Sem investimento em tecnologia, o departamento de foto do **Jornal do Brasil** reunia 40 profissionais (mas só um terço era fotojornalista), muitos deles em funções superadas como operador de laboratório, entre outros setores sepultados pela fotografia digital (CONTI, 2012).

Sem alternativa, a família Nascimento Brito fez um acordo com o empresário Nelson Tanure. A empresa DocasNet, de Tanure, investiria R\$ 80 milhões para dividir o controle do JB Online, o braço do jornal na internet. Empresa enxuta e saneada, o JB Online passaria, aos poucos, a assumir os funcionários do impresso até que "o velho **Jornal do Brasil**" ficasse apenas com o imponente edifício-sede, na avenida Brasil, e as dívidas. O prédio seria mais tarde depenado por invasões que furtaram janelas inteiras de vidro e esquadrias de alumínio. Em 1º de abril de 2005, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva desapropriou a área, que foi repassada ao Ministério da Saúde para adaptação do prédio como nova sede do Instituto Nacional de Traumatologia-Ortopedia (Into).

Como novo proprietário por 60 anos da marca **Jornal do Brasil**, Nelson Tanure saiu em busca de um diretor de Redação, a nova nomeação do cargo de

editor do jornal. Dois amigos de Tanure _ o ex-executivo da Rede Globo José Bonifácio de Oliveira, o Boni, e Heitor Aquino Ferreira, ex-assessor de Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva_ indicaram Mario Sergio Conti.

A primeira vez que o nome de Mario Sergio Conti _ paulista nascido em 1954 _ saiu nos jornais, em diversos jornais, foi em 1977, na lista dos 700 estudantes presos após a invasão da PUC (Pontifícia Universidade Católica), de São Paulo, por tropas comandadas pelo coronel Erasmo Dias. Tentava-se rearticular a UNE (União Nacional dos Estudantes) e Conti era militante da facção trotskista Libelu (Liberdade e Luta), sob o codinome Carlos.

Abandonou a luta política e tornou-se, no ano seguinte, repórter da **Folha de São Paulo**, onde ficou por cinco anos. Primeiro na cobertura de geral e depois na parte de cultura. Em 1983, transferiu-se para a revista **Veja** como repórter e galgou postos até ser editor, primeiro de Artes e Espetáculos, depois de Brasil. Em maio de 1991, foi nomeado diretor de redação da revista. Em 1992, ganhou o prêmio Editor do Ano do World Press Review pela cobertura do afastamento de Fernando Collor da Presidência. Foram 19 capas dedicadas ao tema. Desentendeu-se com Roberto Civita e deixou **Veja** em 1998. Em 1999, escreveu o livro "Notícias do Planalto, a Imprensa e Fernando Collor", ganhador do prêmio Jabuti de reportagem em 2000.

Tanure me chamou para dirigir o **Jornal do Brasil** por indicação de dois amigos comuns, Boni e Heitor. Ele andou sondando os dois sobre nomes. Ambos disseram: é o Mario. Ele me chamou, eu disse: não quero. O jornal está quebrado, é muito difícil recuperá-lo com a Globo sendo o que é. E tinha a coisa pessoal de ter de mudar para o Rio com a família. Disse: não quero. Ele insistiu. Eu, na maior irresponsabilidade, disse que só topava com algumas condições editoriais. Primeiro: quem faz o jornal sou eu. Não é você. Você não pode colocar nem tirar nada do jornal. Quem coloca e tira sou eu. Segundo ponto: quero fazer um jornal assim: dois cadernos, mais finos, para a elite carioca. Primeira caderno: política, internacional e economia e acabava com esportes (em uma só página). No segundo caderno, o B, artes e espetáculos, ampliando para ciência, tecnologia, ensaios. Só isso. Matérias mais longas, mais bem escritas. A segunda página vai ter perfis de personagens do dia ou totalmente fora do dia. Quero fazer um jornal que não vá ter a obrigação de dar tudo, mas que vai ser chique e inteligente. Vai escolher os assuntos a que se dedicar. Você topa? Ele topou tudo (ENTREVISTA AO AUTOR).

Ao comunicar a um dos responsáveis por sua indicação que havia aceitado o convite de Tanure, Conti ouviu que deveria sacramentar tudo em contrato. "Pede o dinheiro antes", sugeriu Boni (ENTREVISTA AO AUTOR).

Fiz o jornal que quis. Mas ele (Tanure) não sabia que não queria aquele jornal. Minha conclusão é que ele é burro. Queria um jornal de qualidade. Jornal de qualidade é aquele que incomoda. Não tem outra definição. Pode ser bonito, bem arrumado, mas tem de incomodar. Ele queria ganhar dinheiro, mas também ganhar prestígio político. Ficamos lá seis meses, o jornal deu uma melhorada, mas não chegou a ser o que queríamos. Planejavamos o novo projeto gráfico. O JB para sobreviver tem de ter a coragem de publicar o que O Globo não publica. São interesses concretos. A Globo atenua, e nós temos de publicar. Disse ao Tanure: você perde anúncio, o presidente vai ligar. Ele não sabia o que era esse mundo do jornalismo. Quando ligavam para ele, assustou-se. Liberdade de imprensa é a liberdade de provocar problemas. Cada coisa que sai vira um escândalo. Tanure nunca falava diretamente. Mandava um assessor reclamar. Tanure é amigo de tal juiz. Está errada a matéria? Não. Então, amém. Nunca ele diretamente, mas sei que foi ficando puto. Jader, Antonio Carlos, tudo amigão dele. Queria ganhar dinheiro, ganhar prestígio político. O que ele fez? Começou a segurar o dinheiro necessário para a modernização do jornal (ENTREVISTA AO AUTOR).

Foi uma reportagem do **JB** de Conti que levou o senador Antonio Carlos Magalhães a renunciar ao mandato para não ser cassado. À época, presidente do Senado, ACM era acusado de quebrar o sigilo de votos do painel da Casa, por meio de programa de computador que identificava as opções dos parlamentares durante as votações secretas. A reportagem de Daniela Pinheiro era manchete do jornal “Colocamos a lista num envelope pardo”:

A ex-diretora do Prodasen Regina Célia Peres Borges, 52 anos, chorou duas vezes durante entrevista exclusiva ao Jornal do Brasil, na qual contou com detalhes como o líder do governo, José Roberto Arruda, do PSDB, falando em nome de Antonio Carlos Magalhães, deu a ordem para que ela obtivesse a lista nominal dos votos sobre a cassação do senador Luiz Estevão. (...) “A primeira coisa que falei foi que não dava, que era impossível violar aquele sistema. Ele ficou me olhando e disse ter informações de que era possível sim. O senador Arruda falou que o presidente Antonio Carlos queria a lista” (JB, 19/04/2001, pág. 1)

Conti trouxe de volta ao **JB** nomes como Millôr Fernandes e Ivan Lessa, contratou mais de 40 profissionais, entre eles o autor deste estudo. A tiragem permaneceu em 70 mil exemplares, mas os anunciantes ensaiaram voltar a programar o jornal entre os de primeira linha.

Sua carta compromisso aos leitores foi publicada em página inteira no primeiro dia de sua gestão. Procurava tornar públicas as medidas que assegurara para si em contrato e se tornariam o guia para os próximos passos do jornal, na opção por “compartilhar a busca da verdade com o leitor:

Independência editorial significa que os repórteres dispõem de liberdade para apurar todas as notícias que considerem relevantes. Os editores têm independência para estampá-las na sua inteireza. Os articulistas são livres para analisar a luta política, a cena econômica e o panorama cultura. Há espaço para a crítica e para a denúncia. A redação tem liberdade para publicar o que acredita ser a verdade sem ceder a qualquer interferência _ a não ser as ditadas pela responsabilidade, pela boa-fé, pela decência e pelo rigor profissional. (...) A independência editorial exige que os interesses comerciais estejam separados do conteúdo do jornal. Eles não se misturam. Nenhum anunciante, nenhuma empresa, nenhuma consideração de ordem comercial pode interferir nas notícias, artigos, colunas, ensaios, charges e fotos que o jornal publica. Independência editorial significa independência política. O jornal faz questão de veicular as ideias de todas as correntes de opinião que existem na sociedade brasileira. (...) O **JB** continuará tendo como norte a excelência jornalística. Procurará publicar reportagens exclusivas. Não terá receio em perturbar os poderosos. Buscará destrinchar a complexidade da vida contemporânea _ mas sem ser chato. Sempre que cabível, trará os fatos com leveza e bom humor. Com elegância, também. Prezará a inteligência. Fugirá da vulgaridade e do sensacionalismo. Será curioso. Reconhecerá seus equívocos. Terá a ambição de aprofundar temas sem perder a clareza. Contra a cacofonia das imagens televisivas, valorizará a lógica e a coerência. Usará com criatividade e correção os recursos da língua portuguesa. (CONTI, JB: 2001)

Em 2001, o Brasil tinha apenas 13 anos de operação da internet (1988 é a data do início experimental no país e 1995 marca o início da exploração comercial da rede). Eram apenas cinco milhões de usuários em 2001. Hoje são mais de 90 milhões de usuários. Vivia-se o auge da chamada "bolha da internet", com investimentos maciços em empresas de tecnologia, cujas ações despencariam mais de 70% nos próximos dois anos. O **JB** havia sido o primeiro jornal brasileiro a entrar na mídia digital, em 8 de fevereiro de 1995 (JB, 1995).

Neste cenário de mudanças ainda indefinidas, o **JB** que Conti queria fazer tinha inspirações bastante tradicionais, fincava-se mais no passado, sem tentar antecipar o futuro, reconhece Conti.

Não tinha pressão de internet, nem migração de leitor. O modelo que queríamos era do **International Herald Tribune** e **Le Monde**. Estávamos em plena época da cadernização, uma confusão de vamos dar tudo, dar o máximo possível de notícias. Nós não queríamos dar tudo. Queríamos publicar o que achávamos interessante e que fomos capazes de fazer boas matérias. Eu achava que seria um caminho. Já tinha a dúvida se, no jornal impresso, funciona a fórmula da internet. O que está em xeque é o conceito, noção de publicação. Tem de ter começo, meio e fim. Mas tem de ter alma. Coisa que você identifica. Na internet é muito difícil fazer isso (ENTREVISTA AO AUTOR).

Reverendo as opções de quase 15 anos atrás, Conti afirma que apostaria ainda na antiga fórmula para enfrentar a múltipla concorrência da atenção do leitor estabelecida pelos meios digitais.

Estive em Nova York agora, lendo **New York Times** e **New York Observer**, que virou um jornal semanal. The New York Times é um baita jornal, é a voz da América. Não dão tudo, é bem escrito, gostoso de ler. Tem coisas profundas, coisas engraçadas, cobre tão bem a política e o mundo, como a área de moda. As resenhas dos restaurantes são bem feitas. Possui 18 sucursais no exterior. É menor do que os jornais brasileiros em páginas muitas vezes, mas operação custa 20 vezes mais. Passa um mês entrevistando gente na Coreia antes de publicar um texto. No Brasil, leio o mesmo NYT na internet. Volta a questão da noção de publicação. Fica mais difícil pela máquina. É a questão do computador. Você passa da **Folha** para **Estadão**, para **O Globo** para UOL. Você faz uma maçaroca na cabeça e fica difícil de entender. Daí o papel do jornal de racionalizar, hierarquizar, explicar (ENTREVISTA AO AUTOR).

No final de agosto de 2001, Conti e Tanure tiveram o último desentendimento, o que levou à saída do diretor de Redação. Tanure queria reduzir os custos com a manutenção da Redação, o que contrariava o acordo que os dois tinham assinado seis meses antes.

Conti e grande parte da equipe que trouxera para o jornal saíram quase imediatamente, incluindo este autor. Foi o último suspiro do **Jornal do Brasil**. A equipe que Conti convocara para o **JB** brincava que se reunia para tentar tomar Canudos, numa evocação de que os princípios republicanos tinham de ser resgatados no combate ao fervor religioso e ao compadrio. Caíram como o coronel Moreira Cesar caiu em Canudos, sem atentar para a frase Euclides da Cunha sobre Antônio Conselheiro: "um homem bom às avessas" (CUNHA, 2004). Assim o **Jornal do Brasil** terminou seus anos: um jornal bom às avessas.

10 CONCLUSÃO

O jornalista é uma entidade abstrata que não existe; o que existe são jornalistas diferentes segundo o sexo, a idade, o nível de instrução, o jornal, o meio de comunicação, como definiu Pierre Bourdier (2007). São esses homens e mulheres que fazem o jornal todos os dias, perpetuam com seu trabalho uma obra histórica.

No curto espaço em que trabalhei no **Jornal do Brasil**, menos de sete meses, entre abril e setembro de 2001, deparei-me com três personagens, que, a partir daí, sempre estiveram presentes na minha narrativa do período. Foram descobertas impactantes, por sua carga de surpresa e comicidade. A repórter que tinha como função escutar o noticiário das rádios e televisões sofria de problemas de audição; uma das fotógrafas com mais frequência escalada para imagens importantes da edição era estrábica. Havia ainda a acusação, nunca comprovada, de que uma estagiária do jornal tinha como segundo emprego a venda de prazeres carnais, para a qual dava como contato o número de seu ramal no **Jornal do Brasil**. As contribuições que podia dar para a mítica do jornal eram limitadas a expandir, na realidade, seu anedotário, apesar de refletirem experiências reais.

Recordo o dia em que, como era o responsável pela edição de todo o jornal no final de semana, um jovem repórter aproximou-se com uma dúvida que lhe atordoava. Havia sido anunciado que a família Nascimento Brito tinha transferido o controle do jornal. Mas ele recebera minutos atrás uma ligação de Manoel do Nascimento Brito em pessoa, pedindo a cobertura jornalística para a morte de um grande amigo. O repórter parecia verdadeiramente desnortado. Perguntei quem era o amigo, e ele respondeu: Carlos Scliar (1920-2001). Disse ao repórter para esquecer que se tratava de um amigo do dr. Brito e colocar em mente que era um dos maiores pintores brasileiro. Sua morte era notícia relevante para um jornal do porte do **JB**. Dr. Brito, que morreria em 2003, já não era proprietário do jornal, mas se mostrara fonte valiosa, dando uma informação até então desconhecida por todos.

Outra lembrança pouco edificante é a de um almoço em que representava a redação no encontro entre um proeminente senador da República, católico e franciscano, e um dos diretores da empresa que editava o **JB**. Em determinado momento, o diretor perguntou se o senador franciscano já havia enfrentado o único

mal de estar nos braços do povo: a inevitável apalpação do traseiro. O senador não compreendeu se a questão era de fato aquela que imaginava ser e virou-se para mim, como pedindo tradução. Disse a ele que o diretor queria saber se já se sentira traído por seus eleitores de alguma forma, tentando dar lustre à questão nada nobre.

Dessas experiências pessoais nada poderia alimentar a mítica do que foi o **Jornal do Brasil** para o jornalismo brasileiro. Os relatos e feitos de Janio de Freitas, Alberto Dines, Elio Gaspari, Marcos Sá Corrêa e Mario Sergio Conti são a essência da constituição desse mito na imprensa nacional. É certo que muitos outros nomes colaboraram para a construção do ideário em torno do jornal, incluindo os proprietários. Mas, ao dedicar espaço aos nomes citados, podemos cobrir simbolicamente mais de 60 anos de jornalismo, exemplificando e entendendo fatos das décadas de 1950, 1960, 1970, 1980 e 2000.

Não se buscou fazer um inventário de todos os editores, mas sim um mapeamento de linhagens jornalísticas. Foram trabalhos que formaram e influenciaram gerações de jornalistas, que espalharam essas ideias por diversos outros órgãos de imprensa. Além do retrato corporativo, os relatos colhidos permitiram ampliar o entendimento histórico, político e econômico do período em que esses jornalistas se relacionaram com os patrões e o poder nacional.

Para o fazer jornalístico, é relevante acompanhar os demarcadores da evolução de um jornal, a partir do ponto de vista de seus editores. Das questões administrativas mais prosaicas à investigação histórica importante, os relatos dos editores permitem engrandecer o entendimento de período rico do jornalismo.

Como contextualizou Muniz Sodré (1984), o jornalismo escrito sempre se caracterizou por uma participação mais política do que propriamente econômica no processo histórico brasileiro. Frisou que, mesmo estruturada como empresa comercial, a imprensa prestava serviços explicitamente políticos. Defendendo interesses de grupos econômicos ou de partidos, ela ainda se definia pelos critérios políticos. A partir dos anos 60, em sua fase industrial monopolista, as empresas de informação convertem-se em operadores de sistema de tecnologia avançada, com a progressiva integração das massas urbanas. "Preparava-se assim a despolitização dos meios de informação, para levá-los a melhor servir ao processo de acumulação e à administração burocrática do espaço social" (SODRÉ, 1984, p. 99).

A etapa atual do capitalismo financeiro globalizado agrega à antiga dinâmica das trocas econômicas um vasto discurso de legitimação, baseado num modelo

cultural que procura consolidar formas de vida e de consumo específicos, com as diferenças culturais assumindo primeiro plano (SODRÉ, 2006 (b), p. 155-156).

Nelson Traquina (2013) aponta que a conexão entre fontes e jornalistas faz das notícias uma ferramenta importante de governo e das autoridades estabelecidas. As notícias em geral tendem a apoiar as interpretações oficiosas dos acontecimentos (p. 201), mas nem sempre.

Devido à importância da “relativa autonomia” dos jornalistas, a existência de valores e normas profissionais, bem como a pujança de toda uma cultura que atrai um número significativo de jovens que já acreditam na mitologia jornalística, a crescente capacidade por parte de diversos agentes sociais em participar e, às vezes, vencer (n)o xadrez jornalístico, defendemos a posição que seria mais correto afirmar que o jornalismo é um Quarto Poder que defende sobretudo o *status quo*, mas periodicamente realiza o seu potencial de contrapoder (SODRÉ, 2006, pág. 202).

Assim, o Quarto Poder não é um campo fechado; pode ser mobilizado por movimentos sociais e contestatórios que sabem criar estratégias de comunicação que seduzem na luta simbólica no circuito das sociedades democráticas. No entender de Raquel Paiva (2008), o papel fundamental de uma movimentação contra-hegemônica é o de fazer pensar, o de propiciar novas formas de reflexão, com o objetivo precípua e final de libertar as consciências. A nosso ver, quando o jornalismo exerce o contrapoder, perfila-se como contra-hegemônico, mesmo que não possa fazê-lo da forma radical de uma rádio comunitária.

Um exemplo recente de cobertura em que não houve espaço para o jornalismo atuar como contrapoder ou contra-hegemônico foram as manifestações de junho do ano passado, ainda carentes de explicações políticas e acadêmicas mais aprofundadas. Atraíram a atenção de jornalistas de todo o mundo, que não conseguiam compreender na inteireza suas razões e desdobramentos. Houve quem as chamassem de "jornada de junho", "revolta de junho", "eventos de junho", com os nomes variando conforme a origem mais ou menos marxista do interlocutor. A "Jornada de Junho" original está consagrada em "O 18 de Brumário de Luís Bonaparte", célebre análise de Karl Marx sobre o processo que levou a França da Revolução de 1848 para o golpe de Estado de 1851.

A "revolta de junho" está longe de fácil explicação. É atribuída ao compositor Tom Jobim uma frase que regozija seus concidadãos: "O Brasil não é para principiantes". Há nela a graça, entendida como uma característica nacional,

entremeada com a cumplicidade necessária para entender fenômenos que seriam tipicamente brasileiros. De certa maneira, é um desdobramento do conceito de "brasileiro cordial" tão bem aplicado por Sérgio Buarque de Holanda _a partir de expressão que tomou do escritor Ribeiro Couto_ e tão pouco compreendido em geral. Interpretado como um elogio por suposta decantada docilidade, a partir de estabelecimento da prioridade das relações afetivas em detrimento à razão, poucos refletem sobre a agudeza da crítica do sociólogo com seu conceito:

A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter do brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar boas maneiras", civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e transbordante. Na civilidade, há qualquer coisa de coercitivo _ ela pode exprimir-se em mandamentos e sentenças. (...) Nenhum povo está mais distante dessa noção ritualista da vida do que o brasileiro. Nossa forma ordinária de convívio social, é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir na aparência _ e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no "homem cordial": é a forma natural e viva que se converteu em fórmula (HOLANDA, 1995).

De acordo com Elvia Bezerra, especialista na obra de Ribeiro Couto, o poeta santista cunhou a expressão "homem cordial" na década de 1930 no Rio de Janeiro, em carta enviada a um embaixador mexicano que servia no Brasil e que depois a transformaria em artigo. "É da fusão do homem ibérico com a terra nova e as raças primitivas que deve sair o 'sentido americano' (latino), a raça nova produto de uma cultura e de uma intuição virgem _ o Homem Cordial", escreveu Couto. A partir da apropriação do termo por Sérgio Buarque de Holanda houve muito debate entre sociólogos, historiadores, críticos literários.

Um dos mais inflamados opositores foi o poeta Cassiano Ricardo, que atacou Buarque de Holanda por atribuir docilidade aos brasileiros. O sociólogo explicou que a cordialidade a que se refere não vem de bondade, mas estranha todo formalismo e convencionalismo social, não abrange, apenas e obrigatoriamente sentimentos positivos e de concórdia. "A inimizade pode ser tão cordial como a amizade, visto que uma e outra nascem do coração, procedem, assim, da esfera do íntimo, do familiar, do privado (HOLANDA, 1995)." Em resumo, a cordialidade de Buarque de Holanda significa passionalidade, aversão às convenções ou formalismos sociais, podendo ser positiva ou negativa.

O mês de junho de 2013 surpreendeu estrangeiros e brasileiros. Irromperam manifestações nada cordiais que levaram milhões de pessoas às ruas por dias seguidos, em dezenas de capitais. Se for preciso um marco zero, o reajuste nos preços das passagens de ônibus, trem e metrô em São Paulo desencadeou um movimento que, de uma agenda limitada, passou a ser o de maior contestação às estruturas políticas brasileiras desde o impeachment do presidente Fernando Collor em 1992 e as campanhas em defesa das eleições diretas para presidente em 1984.

Meses antes, na fase final do julgamento de lideranças políticas envolvidas com corrupção, o chamado mensalão, meios de comunicação fizeram reportagens atestando suposta apatia da população frente aquele que é rotulado como o maior escândalo da história recente. Quando do anúncio da sentença do Supremo Tribunal Federal, com a condenação de mais de 30 envolvidos na corrupção do mensalão, a Rede Globo transmitia ao vivo da praça dos Três Poderes, em Brasília. É um espaço de 25 mil metros quadrados, com capacidade para receber até 150 mil pessoas em grandes eventos, como posses presidenciais. No dia do julgamento, menos de cem pessoas estavam à frente do Supremo Tribunal Federal. Isto em outubro de 2012, menos de um ano antes do que ficou conhecido como a "revolta de junho".

No final de outubro de 2011, a revista **Veja** chegou a fazer uma convocatória para que o país fosse às ruas. Vivia-se o auge dos "indignados" europeus, e a revista listou dez motivos com os quais os brasileiros deveriam se indignar. Usou como ilustração para sua capa a máscara símbolo de Guy Fawkes, ativista inglês do século 16, cuja imagem foi adotada pelo movimento anarquista Anonymous, por sua participação em conspiração que pretendia explodir o parlamento inglês. Na página 80 da reportagem, havia uma foto de mascarados, em que aparecia em destaque um cartaz branco escrito em tinta preta "ordem e progresso". Em segundo plano, um cartaz preto, com um círculo e a letra V em vermelho. A legenda da revista não poderia ser mais simpática: "Novos vingadores _ manifestantes com a máscara V de Vingança em Brasília: por aqui, os protestos são contra os políticos corruptos". O texto da reportagem deixava claro o que incentivava:

A corrupção se disfarça de desperdício e se reproduz nos labirintos da burocracia e nas insondáveis trilhas da selva tributária brasileira. Por essa razão, a vitória contra a corrupção passa também pela racionalização tributária, pela simplificação do estado cartorial brasileiro e pela diminuição do estado, que consome 40% da riqueza nacional e não devolve em serviços um décimo disso. Os brasileiros começam agora a acordar para

essa realidade e a reagir a ela nas ruas. (...) Agora, as pessoas as pessoas começam a marchar nas ruas contra a corrupção (VEJA, 26.out.2011, p 79-80).

Não poderia a revista **Veja**, em tão poucas linhas, expressar melhor tudo o que desejava. Queria as pessoas nas ruas contra a corrupção sim, mas também em favor de ideias liberais como Estado menor, com menos pagamento de imposto, já que a burocracia e as políticas estatizantes do atual governo brasileiro só geram mais desperdício, sejam por uma máquina ineficiente, seja por servidores desonestos.

De certa forma, a revista respondia a um artigo muito citado por comentaristas na imprensa brasileira publicado no jornal espanhol **El País**. Escrito por Juan Arias, um dos decanos dos correspondentes estrangeiros em atuação no Brasil, "¿Por qué Brasil no tiene indignados?", havia sido publicado três meses antes e questionava certa paralisia dos meios sociais nacionais a constantes revelações sobre corrupção na administração pública.

Ni siquiera los jóvenes, trabajadores o estudiantes han presentado hasta ahora la más mínima reacción ante la corrupción de los que les gobiernan. (...) Hay quién achaca la apatía de los jóvenes al hecho de que una propaganda exitosa les ha convencido de que Brasil es hoy envidiado por medio mundo (y lo es en otros aspectos). O que la salida de la pobreza de 30 millones de personas les ha hecho creer que todo va bien, sin entender que un ciudadano de clase media europea equivale aún hoy a un rico de aquí. Otros achacan el hecho a que los brasileños son gente pacífica, poco dada a las protestas, a quienes les gusta vivir felices con lo que tienen y que trabajan para vivir, en vez de vivir para trabajar. Todo esto es también cierto, pero no explica aún por qué, en un mundo globalizado, donde se conoce al instante todo lo que ocurre en el planeta, empezando por los movimientos de protesta de millones de jóvenes que piden democracia o le acusan de estar degenerada, los brasileños no luchan para que el país, además de ser más rico, también sea más justo, menos corrupto, más igualitario y menos violento a todos los niveles. Así es el Brasil que los honestos sueñan dejar para sus hijos, un país donde la gente todavía no ha perdido el gusto de disfrutar de lo poco o mucho que tiene y que sería aún mejor si surgiera un movimiento de indignados, capaz de limpiarlo de las escorias de corrupción que golpean a todas las esferas del poder (ÁRIAS, 2011).

O artigo de Arias repercutiu na imprensa e levou a discussões sociológicas sobre a passividade nacional. A ideia do homem cordial foi por muitas vezes citada, em geral fora de seu contexto original. A capa de **Veja**, quase três meses depois, foi uma tentativa de aproveitar-se desse momento da discussão. Com seu discurso antipetista, que na ótica da revista é uma agremiação por demais estatista, pouco afeita aos ideários liberais econômicos, **Veja** tratou até o incendiário Guy Fawkes

com benevolência. Então era só uma máscara, não um ideário perigoso. Mas isso iria mudar quando estourasse a revolta de junho de 2013. Quase dois anos depois, os jovens brasileiros mostrariam sua indignação ao correspondente espanhol, em particular, e ao Brasil, em geral. As imagens de cartazes dos ativistas multiplicaram-se nas redes sociais: "Fechamos as ruas para abrir novos caminhos". Ou: "Cidade muda não muda".

A chamada mídia tradicional traça uma disputa empresarial pelo predomínio neste novo campo, o das mídias sociais, onde a comunicação, antes verticalizada, sempre de cima para baixo, horizontaliza-se cada vez mais, com múltiplas vozes participantes. Como analisou Manuel Castells, há uma grande interpenetração entre os meios de comunicação de massa e as redes de comunicação baseadas na Internet. De acordo com ele, a crescente interação entre redes verticais e horizontais de comunicação não significa que a mídia tradicional está dominando as formas novas e autônomas de geração e conteúdo.

Significa que há um processo de convergência, que gera uma nova realidade midiática, cujos contornos e efeitos serão, em última instância, decididos pelas lutas políticas e comerciais à medida que os donos das redes de telecomunicação se posicionarem para controlar o acesso e o tráfego em favor de seus parceiros de negócios e de seus clientes favoritos. O crescente interesse da mídia empresarial por formas de comunicação baseadas na internet indica a importância da ascensão de uma nova forma de comunicação social, que conceituei como auto comunicação de massa (CASTELLS, 2012).

A revista **Veja** escolheu como imagem-símbolo da jornada de junho uma manifestante caminhando com aparente tranquilidade em uma área recentemente conflagrada no Rio de Janeiro, palco constante de distúrbios. Carregava nos ombros a bandeira nacional. E no foco central da sua capa estava de volta a expressão tão cara a **Veja**: "Ordem e progresso".

Talvez haja aqui a mesma falta de entendimento de conceitos que vitimou o "homem cordial" de Sérgio Buarque de Holanda. A nova arquitetura política a ser erguida a partir dos novos meios de comunicação exige novos discursos, interpretações e posturas. As redes sociais são complementares à mídia tradicional. Não suas concorrentes. Seus atores, os jovens, têm agora novas ferramentas para assumirem o protagonismo político e refundarem fazeres político-administrativos vinculados a uma sociedade baseada em outras formas de comunicação. Nem

melhores nem piores. Mas diferentes. No passado, eram menos rápidas, menos horizontalizadas. No presente, são múltiplas e voláteis.

Como afirma Andreas Huyssen, é fácil atribuir os conflitos que vivemos a maquinações da indústria da cultura e à proliferação das novas mídias. Existe uma "lenta, mas palpável transformação da temporalidade em nossas vidas, provocada pela complexa intersecção de mudança tecnológica, mídia de massa e novos padrões de consumo, trabalho e mobilidade" (HUYSSSEN, 2000).

A análise da jornada de junho é uma forma de exemplificar como editores atuam no mundo jornalístico, sendo intermediadores entre patronato e sociedade. Nem sempre atuam com talento, eficiência, visão política. Nem todos se qualificam e afinam as posturas dentro do sentido mais ético. Alguns falham em razão da própria perplexidade ou avaliação errônea. Alguns erguem um jornal à imagem e semelhança de seus conceitos. Outros perecem com os jornais que ajudaram a enterrar.

Bourdieu (1997) define que um campo é um espaço social estruturado por forças, com dominantes e dominados, relações constantes de desigualdade, exercidas em seu interior, onde ocorrem lutas que podem transformar ou conservar tal campo de forças (p. 57-58).

Diferente da ideia hegemônica de que a concorrência favorece uma diversidade de conteúdo nos produtos jornalísticos, o autor acredita que, quando essa lógica funciona sob as mesmas restrições, as mesmas pesquisas de opinião, os mesmos anunciantes, ocorre uma homogeneização entre os produtos jornalísticos. Para Bourdieu, esse é apenas um dos aspectos a interferir no grau de autonomia dos órgãos de imprensa e dos jornalistas (p. 30-31).

Em sua análise clássica sobre a televisão, Bourdieu acredita que existem vários tipos de censuras exercidas tanto entre jornalistas quanto entrevistados: há influências pelas forças políticas (aquelas advindas do poder exercido pelo Estado, seja através da publicidade ou da subvenção, ou ainda da vinculação de um determinado órgão de imprensa a um determinado partido); a autocensura exercida pelos profissionais de imprensa decorrente das circunstâncias de precariedade de emprego nas profissões, favorecendo maior conformismo político; há, ainda, as influências econômicas, determinadas, entre outros aspectos, pela lógica da concorrência e disputa por fatias de mercado de anunciantes e audiência (p. 19-20).

Para Bourdieu, as receitas provenientes da publicidade (assim como a concentração de anunciantes) e da ajuda do Estado (seja em publicidade ou subvenção) vão influir no grau de autonomia do órgão de difusão. Já quanto ao grau de autonomia de um jornalista particular, ele enumera vários aspectos: o número reduzido de empregadores potenciais; a posição do seu jornal entre os outros jornais; sua posição no próprio órgão (efetivo, free-lancer etc.); capacidade de produção autônoma da informação. Mas não são apenas forças econômicas que vão influir no campo jornalístico, de acordo com o autor. As instâncias governamentais, por exemplo, exercem pressão por meio do monopólio da informação legítima (principalmente quando se trata das *fontes oficiais*), assim como outros campos:

(...) Em primeiro lugar, esse monopólio proporciona às autoridades governamentais e à administração, (...), mas também às autoridades jurídicas, científicas etc., armas na luta que as opõe aos jornalistas e na qual tentam manipular as informações ou os agentes encarregados de transmiti-las, ao passo que a imprensa tenta, por seu lado, manipular os detentores da informação para tentar obtê-la e assegurar para si sua exclusividade. Sem esquecer o poder simbólico excepcional conferido às grandes autoridades do Estado pela capacidade de definir, por suas ações, suas decisões e suas intervenções no campo jornalístico (entrevistas, entrevistas coletivas etc.), a *ordem do dia* e a hierarquia dos acontecimentos que se impõem aos jornais. (p. 103-104)

Bourdieu aponta a existência de um tipo de “intelectual-jornalista” mediador entre o campo jornalístico e os campos especializados, interferindo, assim, em outros campos de produção cultural.

Esses ‘intelectuais-jornalistas’, que se servem de seu duplo vínculo para esquivar exigências específicas dos dois universos e para introduzir em cada um deles poderes mais ou menos bem adquiridos no outro, estão em condição de exercer dois efeitos principais: de um lado, fazer adotar formas novas de produção cultural, situadas em um meio-termo mal definido entre o esoterismo universitário e o exoterismo jornalístico; do outro lado, impor, em especial através de seus julgamentos críticos, princípios de avaliação das produções culturais que, conferindo a ratificação de uma aparência de autoridade intelectual às sanções do mercado e reforçando a inclinação espontânea de certas categorias de consumidores à ‘alodoxia’, tendem a reforçar o efeito de índice de audiência ou de lista de *best-sellers* sobre a recepção dos produtos culturais e também, indiretamente e a prazo, sobre a produção, orientando as escolhas (as dos editores, por exemplo) para produtos menos requintados e mais vendáveis (p. 111).

Acreditamos que os editores-síntese aqui retratados não estão imunes às armadilhas enfrentadas pelo "jornalista-intelectual" de Bourdieu. Mas têm carreira exemplares para sinalizar rumos futuros a serem tomados. O jornal vive a pressão dos novos tempos. O mundo está em mudança. Ou, como preferiu outra manifestante, na mesma passeata a que estava presente a personagem da capa de **Veja**, ao cobrir com uma fita adesiva três letras do dístico da bandeira nacional: está "EM PROGRESSO", mesmo que à custa da ordem.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves. In: Dicionário Histórico Biográfico. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2001

ABREU, João Batista de. **As Manobras da Informação**. Rio de Janeiro: Mauad, 2000

AMERICAN JOURNALISM REVIEW (AJR). **Cities Without Newspapers**. vol. 31, número3, abril/maio 2009. Disponível em: <<http://ajrarchive.org/article.asp?id=4755>>. Acesso em: junho de 2014

ÁRIAS, Juan. **EL País Internacional**, 2011. Disponível em: <<http://internacional.elpais.com/>>. Acesso em: Junho de 2014

ARQUIVO DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA. Disponível em: <www.foia.state.gov> Acesso em: Junho de 2014.

BALZAC, Honoré de. **Os Jornalistas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa – Brasil – 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007

_____. **O Cruzeiro: uma revista síntese de uma época da história da imprensa brasileira**. in Ciberlegenda. Niterói: UFF, 2002

BAUMAN, Zygmunt. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998

BEZERRA, Elvia. **Ribeiro Couto e o Homem Cordial**. in Revista Brasileira número 44. Rio de Janeiro: 2005.

BUTCHER, Pedro. **A Dona da História**. Dissertação de mestrado. UFRJ, 2006

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BOYNTON, Robert S. **The New New Journalism - Conversations with America's Best Nonfiction Writers on their Craft**. Nova York: Vintage Books, 2005.

CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: da pirâmide invertida à pirâmide deitada**. Universidade da Beira Interior, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/canavilhas-joao-webjornalismo-piramide-invertida.pdf>> Acesso em: abril de 2014

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012

_____. Compromisso com o leitor. **Jornal do Brasil**. 7.abr.2001.

_____. **Titulo da entrevista**. São Paulo, 2014. Entrevista concedida a Plínio José da F. J.

CORRÊA, Marcos Sá. Colunismo a Quilo. **Palmas para a paisagem que restou**. Disponível em: <www.marcossacorrea.com.br> . Acesso em: Junho de 2014

COSTA, Cecília. **Diário Carioca**. O jornal que mudou a imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Cadernos da Biblioteca Nacional, 2011

_____. **Odylo Costa, filho**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000

COSTA, Cristiane. **Pena de Aluguel**. Escritores Jornalistas no Brasil 1904-2004. São Paulo: Companhia das Letras, 2005

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Cotia: Ateliê Editorial, 2004

D'ARAUJO, Maria Celina. In: Dicionário Histórico Biográfico. Rio de Janeiro: FGV, 2001

DINES, Alberto. **O Papel do Jornal e a Profissão do Jornalista**. São Paulo: Summus, 2009

_____. **Titulo da entrevista**. São Paulo, 2014. Entrevista concedida a Plínio José da F. J.

DONOS DA MÍDIA. **O mapa da comunicação social**. Disponível em: <<http://donosdamidia.com.br/inicial>>. Acesso em :agosto de 2013.

ELHAJJI, Mohammed. **Por um Jornalismo Auto-reflexivo**. In: Ética, Cidadania e Imprensa. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder. Formação do patronato político brasileiro**. São Paulo: Editora Globo, 1957, 2001

FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. Disponível em : <www.FNDC.org.br>. Acesso em: 30.ago.2013.

FOGEL, Jean-François e PATINO, Bruno. **Une Press Sans Gutenberg**. Paris: Grasset, 2005

FOLHA DE S. PAULO. **Arquivo digital**. Disponível em: <www.folha.com.br>. Acesso em: abril de 2014

FOLHA DE S. PAULO. **Em Homenagem, colunista defende reinvenção dos jornais**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 14 jul. 2012, p. A9

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal, 2008

FREITAS, Janio. **Titulo da entrevista**. Rio de Janeiro, 1990. Entrevista concedida a Plínio José da F. J.

GASPARI, Elio. **Titulo da entrevista**. São Paulo, 2014. Entrevista concedida a Plínio José da F. J.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978

_____. **Os Jornais e os Operários**. 1916. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>>. Acesso em: abril de 2014

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003

HELLER, Agnes. **Uma Teoria da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993

HEMEROTECA DIGITAL. **Correio da manhã**. Rio de Janeiro (RJ). Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/correio-da-manh%C3%A3>>. Acesso em: Abril de 2014.

HEMEROTECA DIGITAL. **Jornal do Brasil**. Biblioteca Nacional Digital Brasileira. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/jornal-do-brasil>>. Acesso em: abril de 2014

HERKENHOFF, Alfredo. **Memórias de um Secretário - Pautas e fontes**. Rio de Janeiro: Zit Gráfica e Editora, 2010

HESMONDHALGH, David. **Neoliberalism, Imperialism and the Media**. Nova York: Routledge, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1936, 2006.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IANNI, Octavio. **Enigmas da Modernidade-Mundo**. Rio de Janeiro: Record. 2000

JORNAL DO BRASIL. **Condessa, 110 anos**. Rio de Janeiro: 2009, p. 11.

LESSA, Washington. **A reforma do Jornal do Brasil**. In: AGUILERA, Yanet. (organizadora). In: Preto no branco: a obra gráfica de Amílcar de Castro. São Paulo: Discurso Editorial; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

LIMA, Alceu Amoroso. O Jornalismo como Gênero Literário. Rio de Janeiro: Agir, 1969

LIMA, Venício. Observatório da Imprensa. **A quem interessa a confusão?**. Edição 627. 2011. Disponível em: <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a-quem-interessa-a-confusao>>. Acesso em: mar.2014

LOPES, Fernanda Lima. **Ser Jornalista no Brasil - Identidade Profissional e Formação Acadêmica**. São Paulo: Paulus, 2013.

LOWENTHAL. **Como conhecemos o passado**. Projeto História. São Paulo: Novembro de 1998. N° 17.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações - Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

MARX, Karl & ENGELS Friedrich. **A Ideologia Alemã (I)**. São Paulo: Hucitec. 1984

MASTRINI, Guillermo e MESTMAN, Mariano. **Desregulación o re-regulación?: De la derrota de las políticas a las políticas de la derrota**. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2005.

MELO, José Marques. **Jornalismo - Compreensão e reinvenção**. São Paulo: Saraiva, 2009

MEYER, P. “**Rescatando el periodismo de calidad**: La supervivencia en la Web 3.0”. Revista Infoamérica - Iberoamerican Communication Review, edição nº 2. Málaga: Cátedra Unesco de la Universidad de Málaga. Disponível em: <<http://www.infoamerica.org/icr/n02/meyer.pdf>>. Acesso em: Junho de 2014.

MIÈGE, Bernard. **The Cultural Commodity**. 1979. In: Media, Culture and Society

MINC, Alain. **A Nova Idade Média**. São Paulo: Ática, 1994

MORAES, Letícia Nunes. **Leituras da Revista Realidade (1966-1968)**. São Paulo: Alameda, 2007

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. et ali. (org.) **História e Imprensa**. Representações culturais e práticas de poder. DP&A; Faperj, 200

O ESTADO DE S.PAULO. Arquivo digital. Disponível em: <www.estadao.com.br>. Acesso em: abril de 2014

O GLOBO. Arquivo digital. Disponível em: <www.oglobo.com.br>. Acesso em: abril de 2014

PAIVA, Raquel. **O Espírito Comum: Comunidade, Mídia e Globalismo**. Rio de Janeiro: Mauad, 1997

_____. **Contra-mídia-hegemônica**. In: COUTINHO, E. Granja. Comunicação e contra-hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008

_____. e SANTOS, Cristiano Henrique Ribeiro (Orgs.). **Comunidade e contra-hegemonia**: rotas de comunicação alternativa. Rio de Janeiro: Faperj, 2008

PALMA, Glaíse Bohrer. **Jornalismo online: o caso JB**. Dissertação de mestrado, UFRJ, 1999

PARA EXPRESSAR A LIBERDADE. **Por uma nova lei de comunicação**. Disponível em: <paraexpressaraliberdade.org.br>. Acesso em: Junho de 2014

PEDRO, Margarete Vieira. **O Movimento das Diretas-Já pela Ótica de Janio de Freitas na Folha de S.Paulo**. Tese de doutorado. Universidade Metodista de São Paulo, 2009

PORTAL DA COMUNICAÇÃO. **Negócios da Comunicação**. Ed. 32. 2009. Disponível em: <<http://portaldacomunicacao.uol.com.br/graficas-livros/32/sumario.asp>> . Acesso em: abril de 2014

RAMOS, Murilo Cesar. **Às Margens da Estrada do Futuro**. Brasília: Coleção FAC, 2000

REVISTA DE HISTORIA. **O historiador vai ter que aprender a escrever em linguagem de gente**. 2008. Disponível em: <www.revistadehistoria.com.br>. Acesso em: Junho de 2014.

REVISTA EXAME. Acervo digital. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/tanure-processa-minoritario-da-hrt-por-injuria-2://www.istoe.dinheiro.com.br/noticias/negocios/20060208/formula-tanure/14905.shtml>> . Acesso em abril de 2014

REVISTA ISTOÉ. Acervo digital. Disponível em: <www.istoe.com.br> . Acesso em: abril de 2014

REVISTA VEJA - Arquivo digital. Disponível em: <www.veja.com.br>. Acesso em: abril de 2014

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos Anos 1950**. Rio de Janeiro: e-papers, 2007

RICOEUR, Paul. **Les oubliés de l' histoire parlent**, Editions du Roure, 2005. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/o_bom_uso_das_feridas_da_memoria>. Acesso em: março de 2014

RODRIGUES, Nelson. **O Óbvio Ululante**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

_____. **A Menina sem Estrelas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994

SÁ CORRÊA, Marcos. **Titulo da entrevista**. Rio de Janeiro, 1990. Entrevista concedida a Plínio José da F. J.

SALAVERRIA, Ramón (1999) **De la pirámide invertida al hipertexto**. Disponível em <<http://www.unav.es/fcom/mmlab/mmlab/investig/piram.htm>>. Acesso em: março 2014.

SNI (coleção). **Documento acessado no Arquivo Nacional**. Brasília: 2012.

SODRÉ, Muniz. **A Narração do Fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis: Editora Vozes, 2009

_____. **Antropológica do Espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Editora Vozes, 2006 (a)

_____. **As Estratégias Sensíveis**. Afeto, mídia e política. Petrópolis: Editora Vozes, 2006 (b)

_____. **Claros e Escuros**. Identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

_____. **A Máquina de Narciso**. Televisão, indivíduo e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: A tribo jornalística - uma comunidade transacional. Vol. II. Florianópolis: 2013.

TV BRASIL. **Jornal da Abi**. Rio de Janeiro, 2012. Ed. 374 e 375. Disponível em : < http://tvbrasil.org.br/observatoriodaimprensa/sobre_dines/jornal_da_abi_2009.htm>. Acesso em: maio de 2014.

VILLAS-BÔAS CORRÊA, Luis Antonio. **Titulo da entrevista**. Rio de Janeiro, 1990. Entrevista concedida a Plínio José da F. J.

VOLTOLINI, Artur. Fazendo Mídia. **Jânio de Freitas fala sobre UPPs, eleições e (mau) jornalismo**. 2005. Disponível em: < [www. http://www.fazendomedia.com/janio-de-freitas-fala-sobre-upps-eleicoes-e-mau-jornalismo/.com](http://www.fazendomedia.com/janio-de-freitas-fala-sobre-upps-eleicoes-e-mau-jornalismo/) >. Acesso em: março de 2014

WEINGARTEN, Marc. **The Gang that Wouldn't Write Straight**. Nova York: Crown Publishers, 2005

WILLIAM SHAWN, 85, Is Dead; **New Yorker's Gentle Despot**. The New York Times. Nova York, 9.dez.1992

ANEXOS

ANEXO 1: Edição de caderno do centenário do JB

ANEXO 2 - Poema de Drummond em caderno sobre a inauguração da sede do JB

JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro — Domingo, 7 de abril de 1991

EDIÇÃO DO CENTENÁRIO

O velho e o novo

M. F. DO NASCIMENTO BRITO

E voz corrente que donos não mandam nos seus jornais. O paradoxo tem graça mas, no caso do **JORNAL DO BRASIL**, posso garantir que é verdade: a direção não manda. Pede, dentro do respeito pelos que escrevem e do respeito dos que escrevem pelo jornal em que trabalham. A ética do jornalismo começa dentro da redação.

A série de depoimentos dos que passaram pela redação do **JORNAL DO BRASIL**, exprime reconhecimento pela liberdade que lhes foi concedida. Aqui não encontraram as famigeradas listas de nomes proibidos de serem publicados. Essa prática generalizada no passado foi a semente da censura abolida com a queda do Estado Novo mas com presença assídua nas crises políticas brasileiras, conforme se viu depois de 1968.

Passados 24 anos, a reforma do **JORNAL DO BRASIL** não cabe mais no enfoque de capricho pessoal que se costuma atribuir à Condessa Pereira Carneiro. Foi uma iniciativa mais alta, para uma necessidade comprovada na prática.

Reforma ou modernização? É certo que, sem uma das duas, a rádio e o jornal não teriam resistido à acelerada transformação que sacudiu o Brasil ao longo dos anos 60. Jornais importantes ficaram no meio do caminho porque não se deram conta da necessidade de mudar. E, depois que o mercado se alterou, já era tarde. Não foi pressentida pelos seus proprietários, nos anos 50, a drástica redução do número de jornais que se deixaram ofuscar, nos anos 60, pelo prestígio político e o claro da liberdade de imprensa. O cenário parecia inalterável, mas fazia indicações valiosas. Falta atenção consciente aos jornais, que não captaram os sinais da revolução gráfica e editorial a caminho. Antes do **JORNAL DO BRASIL**, as exceções foram O Estado de S. Paulo, o Correio da Manhã e o Diário Carioca, que lançou o mais moderno padrão editorial.

Era geral o atraso dos jornais brasileiros, que não perceberam a necessidade de se estruturarem como empresas. Confundiu-se o conceito de empresa com o de balcão de negócios. A modernização da imprensa, retardada pelo paternalismo estatal, que alternava coação e financiamentos de favor político, de tão acanhada, se acomodava no conceito de equipamento. A publicidade operava no favor e nas relações pessoais, e a imprensa se considerava superior aos padrões éticos indispensáveis para resguardar os jornais em suas relações com empresas e governos.

O Estado Novo, por intermédio do DIP, censurava os jornais com a mão direita e subsidiava com a esquerda. A cota de dólar favorecido para a importação de papel, mantida depois da reconstitucionalização, contribuiu para engraiar na opinião pública a suspeita que pairava sobre a imprensa. Empréstimos de favor político aos bancos oficiais inibiam a liberdade de informação e a criatividade comercial. O mercado publicitário progredia a passos lentos antes da industrialização. A imprensa operava no campo comercial mediante relação pessoal, e não com números que atestassem a sua posição no mercado. Era o que se podia chamar de publicidade de fundo de quintal.

Os anos 50 apressaram uma sociedade com aspirações de consumo, mas era incipiente e tímida a confiança dos empresários no capitalismo. O conceito tradicional de prestígio político não se harmonizava com as práticas de mercado. A industrialização acelerou a transformação subjetiva da sociedade, e as novas aspirações da classe média definiram o contorno do mercado de consumo. Era a estréia dos bens duráveis. Os jornais, porém, não perceberam o horizonte novo na expectativa social e não se prepararam para os novos tempos que pediam profissionais.

No plano político, os sinais crescentes de industrialização e consumo puseram em circulação conceitos



dos leitores no **JB** é que o jornal diverge deles e os contesta sem que eles se sintam diminuídos. O prestígio das cartas dos leitores é a prova da igualdade democrática com que se tratam o jornal e os seus leitores.

Os anos 50 acenaram com o automóvel como símbolo social, depois que começou a ser primeiro montado e aos poucos produzido no Brasil. Nos anos 60 expandiu-se o espírito da classe média com um toque de modernidade. O impacto da crise do petróleo, no começo dos anos 70, travou a onda modernizadora da economia e inverteu a tendência política: a classe média caiu em si e se voltou para a expectativa democrática. O autoritarismo recolheu-se à sua insignificância, e a oposição foi lançada além da sua capacidade. Feita com material de demolição dos regimes socialistas do Leste europeu, a Constituição de 88 chegou, no mínimo, com 20 anos de atraso. Mais despesa do que receita é inflação certa.

A outra vertente da modernização do **JORNAL DO BRASIL** foi o tratamento dado à opinião editorial para exprimir sentimentos sociais, sem concessão a demagogia e sem se distanciar da capacidade dos leitores para debetê-la. Não cortar o leitor nem pretender levá-lo a concluir contra as suas convicções, mas simplesmente ajudá-lo a pensar objetivamente. E, sobretudo, fortalecer o sentimento ético como denominador comum da sociedade. O liberalismo não é para o **JORNAL DO BRASIL**, um escudo conservador contra o tempo, e sim uma versão moderna das liberdades transplantadas para o plano social e aplicadas nas relações entre os cidadãos e deles com o Estado.

Jornal é opinião, é inútil tergiversar. Antes de ser notícia, é opinião. Jornal sem opinião é omissão. O leitor quer manter-se informado, mas quer também ser ajudado a entender o que lê, sem se sentir constrangido nem enganado.

Reivindico para mim o mérito de ter aberto e mantido, no **JORNAL DO BRASIL**, por tantos anos, esse canal com a opinião pública. Essa relação entre o leitor e o jornal, por ser recíproca, implica respeito mútuo. Não foi um caminho fácil de percorrer. Foi longo e áspero. O mundo dos interesses (privados ou governamentais) prefere a liberdade de imprensa em tese, mas colide com ela na prática. Empresários e governantes não gostam de ter seus atos e palavras focalizados em ângulo crítico. É um hábito antidemocrático das elites brasileiras mobilizar influência para pedir a omissão do jornal. O desenvolvimento não aboliu do comportamento da sociedade a insistência em abafar a notícia que desgraça os interesses econômicos ou políticos, e a sociedade tem o direito de saber.

Não recio dizer que o **JORNAL DO BRASIL** contribuiu para alargar as fronteiras da liberdade de imprensa, para dentro do próprio jornalismo e na atuação comercial, recusando-se a omitir notícia e comentário, e muito menos a recorrer a favores ou a amizades onde só devem prevalecer as razões de mercado.

Guardo-me de citar nomes. Fui o único a acompanhar a reforma todo o tempo. Agradeço a todos que passaram pela empresa ao longo dessa modernização. É uma prova de respeito que ofereço aos que deram — e todos deram alguma contribuição — parcelas de dedicação, entusiasmo, talento, comprometimento. Destaco a Condessa Pereira Carneiro, por ter confiado a um ex-aviador e advogado, antes dos 30 anos, a responsabilidade de dirigir a rádio e o jornal, e o ministro Aníbal Freire da Fonseca, pelos conselhos valiosos e oportunos, que só um homem com a sua cultura podia oferecer. Faço-o agora como uma homenagem que encontra no centenário do jornal a sua melhor oportunidade.

Do editorial de apresentação do **JORNAL DO BRASIL**, escrito por Rodolfo Dantas, um dos seus fundadores, ao governo de Fernando Collor de Mello, um século de história dividido em 10 páginas — uma para cada década — é mostrado através de trechos de reportagens publicadas pelo **JORNAL DO BRASIL**, além de uma cronologia e algumas das frases mais famosas dos últimos 100 anos. Páginas ímpares de 19 a 39

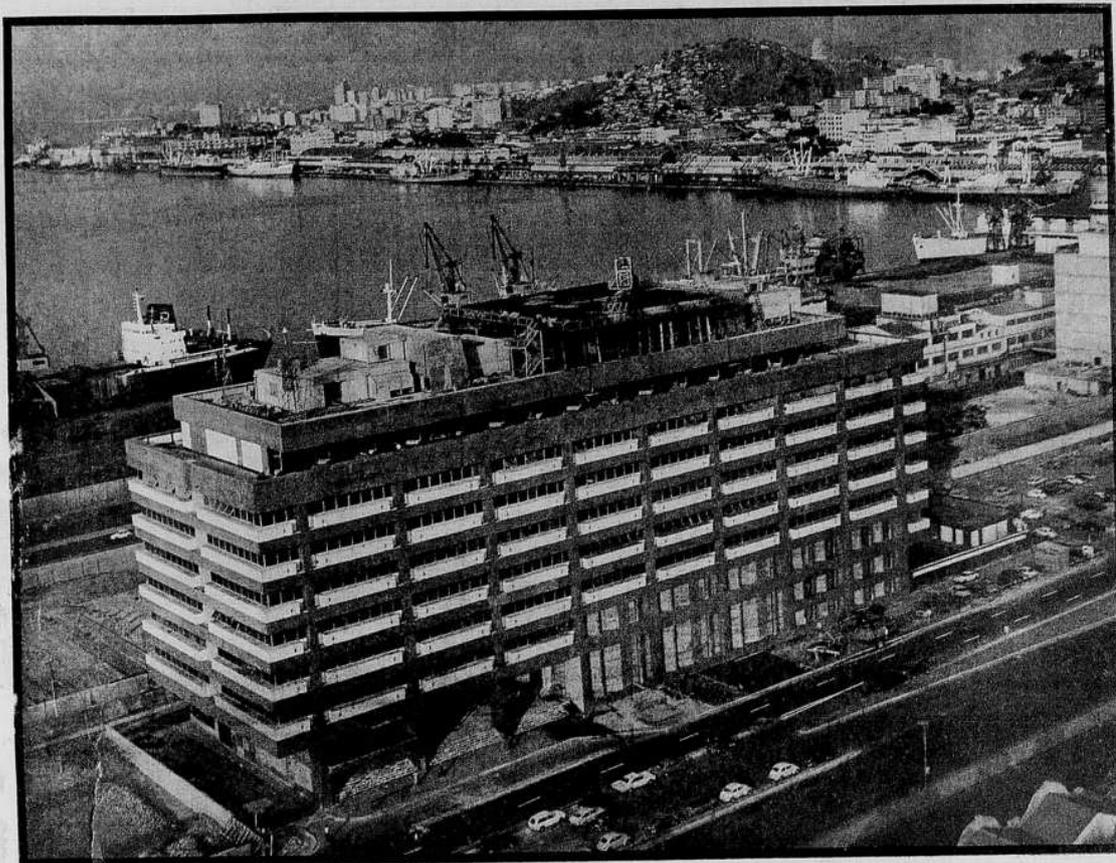
Quatro artigos retratam as fases do **JORNAL DO BRASIL**. O primeiro mostra os origens do jornal, monarquista no primeiro momento e dedicado aos anúncios classificados; o segundo tem como tema a reforma editorial que revolucionou o jornalismo brasileiro; o terceiro é sobre a difícil relação do **JB** com o regime autoritário, e o último conta a readaptação da volta à democracia. Páginas 3 a 9

Uma pesquisa realizada pela agência Razões e Motivos com 300 assinantes do **JB** mostra que 61% deles consideram o jornal o meio de comunicação com mais qualidade, à frente de rádios, revistas e televisão. As perguntas, feitas por telefone, foram sobre os mais diversos temas. Parlamentarismo ou presidencialismo? Pena de morte? Legalização do jogo do bicho? O nu na TV? Respostas, páginas 10 a 17

JORNAL DO BRASIL

AVENIDA
BRASIL, 500

AV. BRASIL, 500 □ Suplemento Especial do JORNAL DO BRASIL □ Quarta-feira, 15/8/73



Carlos Drummond de Andrade

A CASA DO JORNAL, ANTIGA E NOVA

Rotativa
do acontecimento.
Vida fluindo
pelos cilindros,
rolando
em cada bobina,
rodando
em cada notícia.

No branco da página
explode.
Todo jornal
é explosão.

Café matinal
de fatos
almoço do mundo
jantar do caos:
radiofoto.

Reestruturam-se os cocos
do casaco
em diagramação
geométrica.

A cada mês

de microvida
contido
na instantaneidade do segundo,
a vibração eletrônica
da palavra-imagem
compõe

decompõe
recompõe
o espelho de river
para servir
na bandeja de signos
a universalidade
do dia.

A casa da notícia
com degraus de mármore
e elevador belle époque
alcada em torre
e sirena
chama os homens
a compartilhar
o novo
no prazer nervoso
dos telegramas.
Olha a guerra,
olha o reide,
olha o craque da Bolsa,

olha o crime, olha a miss,
o traspasse do Papa,
e o novo cisne plúmbeo
do Campo de Santana.

Foto e repórter
unidos
re-unidos
num só corpo de pressa
transformam-se em papel
na edificação-máquina
da maior avenida,
devalendo ao tempo
o testemunho do tempo.

Na superfície impressa
ficam as pegadas
da marcha contínua:
letra recortada
pelo fina lâmina
do copydesk;
foto fulante
de incrível fotógrafo
Conde colenda:
na narina? na alma
do Presidente?;

libertário humor
da caricatura
de Raul e Luís
a - 50 anos depois -
Luz e Zivaldo
Paoli de informação
repleto, a render-se
dia e noite
à fome sem paz
dos linotipos,
casa entre terremotos
óperas, campeonatos
revoluções
plântão de farmácias
dividendos, hidrelétricas
pequenos, classificadas
de carências urgentes,
casa de paredes de acontecer
chão de pesquisa
teto de detector
pátria do telex infatigável
essa que não dorme
ouvindo afiado atento
ao murralho mínimo
do que vai, do que pode
quem sabe? acontecer.

Um dia
a casa ganha nova dimensão
nova face
sentimento novo
diversa de si mesma
e continuamente
pousa no futuro
naveio
locomotiva
jato
sobre as águas, os caminhos
os projetos
brasileiros
nossa central de notícias
cravada na estrela dos rumos
N S E O
em cobertura total
da vida total:
conhecimento
comunicação.
Todo jornal
há de ser explosão
de amor feito luzidez
a serviço pacífico
do ser.

Carlos Drummond de Andrade

PRIMEIRA PÁGINA

Desde o século passado as ilustrações ajudavam a amenizar a leitura do noticiário no **JORNAL DO BRASIL**. Informavam, divertiam ou satirizavam acontecimentos como a rebelião dos cubanos, o carnaval e a virada para o século 20. Já com fotos, em 1905, o JB também progredia editorialmente, apoiando a abertura da Av. Central, contra as opiniões da época.



ANEXO 4 - Páginas históricas do JB

PRIMEIRA PÁGINA

Momentos de combate — Em 31 de agosto de 1893, Rui Barbosa publica, sob a censura de Floriano Peixoto, o habeas corpus impetrado em favor do almirante Wandenkolk, líder da Revolta da Armada. Em 1º de abril de 1964, a invasão da sede do jornal por fuzileiros navais chega à primeira página com o título *Gorilas invadem o JB*. De novo sob censura, em 1º de

dezembro de 1968, o noticiário sobre a decretação do AI-5 vem substituído por anúncios classificados e uma previsão do tempo desafiadora: "O ar está irrespirável." A 12 de setembro de 1973, o governo proibiu manchetes e fotos na primeira página sobre o assunto. O JB, então, a ocupou todinha apenas com texto. Estava cumprida a lei — sem foto e sem manchete — e a obrigação de informar seu leitor.

JORNAL DO BRASIL

Page 1 of the 1964 edition of Jornal do Brasil. Main headline: **HABEAS-CORPUS**. Sub-headline: **Em favor dos srs. almirante Wandenkolk, capitão-tenente Huel Bacellar e 1º tenente Antônio Correia**. Text: **PETIÇÃO DIRIGIDA AO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**. The page contains dense columns of text and a small photograph of a group of men in military uniforms.

JORNAL DO BRASIL

S. PAULO ADERE A MINAS E ANUNCIA MARCHA AO RIO CONTRA GOULART

Page 1 of the 1964 edition of Jornal do Brasil. Main headline: **S. PAULO ADERE A MINAS E ANUNCIA MARCHA AO RIO CONTRA GOULART**. Includes a photograph of a group of people and several sub-headlines: **I Exército parte contra Minas**, **Deflagrada greve geral no País**, **'Gorilas' invadem o JB**, **Lacerda disposto à resistência**, **Juscelino faz apelo para a paz**, **Tensão no Brasil preocupa EU**.

JORNAL DO BRASIL

Governo baixa Ato Institucional e coloca Congresso em recesso por tempo ilimitado

Page 1 of the 1968 edition of Jornal do Brasil. Main headline: **Governo baixa Ato Institucional e coloca Congresso em recesso por tempo ilimitado**. Includes a large photograph of a group of men in suits and several columns of text. Sub-headlines include: **O Ato Institucional n.º 5**, **Bonifácio declara que Ato resulta de várias crises**, **O Ato Complementar n.º 38**.

JORNAL DO BRASIL

Page 1 of the 1968 edition of Jornal do Brasil. Main headline: **Governo baixa Ato Institucional e coloca Congresso em recesso por tempo ilimitado**. Includes a large photograph of a group of men in suits and several columns of text. Sub-headlines include: **O Presidente Salvará o Brasil**, **Resistência ao movimento**, **Em seu primeiro comunicado**, **O grupo de Alameda**, **A Junta Militar**, **O movimento militar**.

ANEXO 5 - Reprodução da primeira página da primeira edição do JB

PRIMEIRA PÁGINA

Comandado por Rodolfo Dantas, o JORNAL DO BRAZIL surgiu em 9 de abril de 1891 — uma semana depois do previsto — para fazer oposição à República. De tendência monarquista, tinha entre seus colaboradores a nata da intelectualidade da época: Barão do Rio Branco, Aristides Espinola, Gusmão Lobo, Antonio de Souza Pinto, Sancho Constâncio Alves. Rui Barbosa logo iria se unir a eles. Joaquim Nabuco estava na primeira equipe, mas seu artigo, enviado da Europa, não foi publicado no número de estreia. Ele simplesmente não chegou a tempo, pois o vapor atrasou... O estilo de diagramação imitava o do francês Temps. Mas em vez das seis colunas do modelo, o JB adotou o esquema de seus colunistas.

JORNAL DO BRAZIL

REPUBLICA DE VILLENUEVA DE RIO DE JANEIRO - QUINTA-FEIRA 9 DE ABRIL DE 1891

ANEXO I 10 - DIA DE SOLISTAS DIAS - 34 N. 1

verão e a temperatura elevada do país... a temperatura elevada do país... a temperatura elevada do país...

publico pessoal, pelo comércio, em geral... publico pessoal, pelo comércio, em geral... publico pessoal, pelo comércio, em geral...

Quem não sabe falar em Telemundo?... Quem não sabe falar em Telemundo?... Quem não sabe falar em Telemundo...

Estava aliado todo o mundo... Estava aliado todo o mundo... Estava aliado todo o mundo...

Os casos mais interessantes no momento... Os casos mais interessantes no momento... Os casos mais interessantes no momento...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

As notícias de ontem... As notícias de ontem... As notícias de ontem...

